

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano XVIII — Julho /Dezembro de 1957 — N.º 71/72

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística
da Sociedade Brasileira de Estatística, editado trimestralmente
pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Diretor responsável: HILDEBRANDO MARTINS DA SILVA

Secretário: VALDEMAR CAVALCANTI

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 166 — TELEFONES { Redação - 52-3605
Assinaturas - 42-7142

Assinatura anual: Cr\$ 80,00

S U M Á R I O

GIORGIO MORTARA	
ASPECTOS ECONÔMICOS DA COMPOSIÇÃO POR IDADE DA POPULAÇÃO DO BRASIL	81
A POPULAÇÃO ATIVA NO MUNDO (Escritório Internacional do Trabalho)	86
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	104
<i>INFORMAÇÕES GERAIS</i>	
O Recenseamento da China — Instituto Nacional de Estudos Demográficos de França (Revista "Population", n.º 4 ...	112
<i>ESTUDOS E SUGESTÕES</i>	
Considerações sobre as tábuas de mortalidade italianas — Orêncio Longino de Arruda Gomes	118
<i>LEGISLAÇÃO</i>	
Resoluções da JEC (Ns. 539 a 557)	129
Mudança da Capital Federal (Lei 3 273)	138
Guias de importação (Decreto 42 914)	138
<i>REPORTAGEM</i>	
XXX Sessão do Instituto Internacional de Estatística	141
<i>ATRAVÉS DA IMPRENSA</i>	
Vaticínios demográficos — Emigração espanhola para as Américas — A Escola de Estatística da Bahia	143
<i>RESENHA</i>	
Atividades da JEC — Visita do Diretor de Estatística da França — Concurso Bulhões Carvalho — Concurso Teixeira de Freitas — Simpósio de Biblioteconomia — Secretário-Geral do CNE — Pequenas notícias	146
<i>ÍNDICE GERAL DE 1957</i>	156

GIORGIO MORTARA

ASPECTOS ECONÔMICOS DA COMPOSIÇÃO POR IDADE DA POPULAÇÃO DO BRASIL

A COMPOSIÇÃO por idade de uma população depende da marca dos nascimentos, dos óbitos e dos movimentos migratórios ocorridos no curso de um período de cerca de cem anos. A grande variedade do andamento desses fenômenos dá lugar a tipos diferentes de composição por idade, entre os quais, entretanto, se salientam, na época atual, dois tipos opostos.

Um destes é característico dos países nos quais tanto a natalidade como a mortalidade se mantiveram constantemente elevadas, sendo porém elevada também a diferença entre elas e rápido, portanto, o crescimento natural da população. Encontram-se nestes países altas proporções de crianças e de adolescentes e baixas proporções de velhos.

O outro tipo de composição por idade é característico dos países nos quais tanto a natalidade como a mortalidade se mantiveram relativamente baixas, sendo pequena a diferença entre elas e lento, portanto, o crescimento natural da população. Encontram-se nestes países baixas proporções de crianças e de adolescentes e altas proporções de velhos.

Do primeiro desses tipos pode servir como exemplo o Brasil, do segundo, a França. Em ambos estes países as imigrações nos últimos cem anos excederam as emigrações, mas na Índia, outro exemplo do primeiro tipo, e na Suécia, outro exemplo do segundo, verificou-se o contrário. A influência dos movimentos migratórios fica secundária. Imediatamente, a imigração aumenta e a emigração diminui a representação das classes adultas, mas sucessivamente a imigração faz aumentar e a emigração faz diminuir a proporção das classes infantis e aquela aumenta, esta diminui, a das classes senis, verificando-se assim certa compensação de efeitos.

COMO a capacidade de produção e a necessidade de consumo individuais variam em relação à idade, a composição da população segundo a idade influi seja sobre a sua capacidade de produção seja sobre a sua necessidade de consumo.

A contribuição das crianças para a atividade econômica é nula nas primeiras idades e muito escassa nas seguintes, a contribuição dos velhos é, também, reduzida. No que diz respeito ao consumo, as exigências das crianças e dos velhos ficam abaixo das dos adultos. Por isso, querendo-se uma primeira indicação da influência da composição por idade sobre a capacidade de produção e a necessidade de consumo, costuma-se discriminar a população em grandes grupos de idade, que — de maneira imprecisa, mas simples — podem ser qualificados como os grupos das crianças, dos adultos e dos velhos.

Adotando-se como limites, entre o primeiro e o segundo grupo o 15º aniversário, e entre o segundo e o terceiro, o 65º aniversário, verifica-se que as crianças constituem 41,9% da população do Brasil e apenas 23,3% da população da França, enquanto os velhos constituem apenas 2,4% da primeira, mas 12,1% da segunda. A proporção dos adultos atinge 55,7% no Brasil, mas sobe para 64,6% na França.

Tomando como referência o número dos adultos, calcula-se que para 1 000 dêles há 752 crianças e 44 velhos, isto é, 796 em conjunto, no Brasil, e 360 crianças e 188 velhos, isto é, 548 em conjunto, na França. Fica, portanto, evidente a desvantagem econômica do tipo brasileiro de composição por idade, onde a proporção dos habitantes nas idades de mais intensa atividade econômica é fortemente menor do que no tipo francês. Note-se, ainda, que no primeiro tipo é muito elevada a proporção das crianças e muito baixa a dos velhos, enquanto no segundo êstes constituem mais de um terço do total dos menos ativos ou inativos, trazendo uma contribuição não desprezível para a produção (mas também para o consumo, como veremos mais adiante).

A primeira seção da tabela II contém dados paralelos aos expostos acima para a Índia e a Suécia, como também para os Estados Unidos e a Itália. Nestes dois últimos países a composição por idade apresenta um tipo intermediário aos dois ilustrados pelos exemplos do Brasil e da França, porém mais próximo do segundo do que do primeiro dêles.

As proporções dos diferentes grandes grupos de idade podem servir apenas como dados de primeira e grosseira aproximação para a apreciação da influência econômica da composição por idade da população.

Basta observar que pela discriminação destes grupos ficam implicitamente considerados como economicamente equivalentes o rapaz de 15 anos, o adulto de 40 e o de 64 anos, de um lado, e o recém-nascido e o septuagenário do outro, para ver a insuficiência desse critério.

Para se obter uma aproximação maior, é preciso levar em conta a diferente capacidade de atividade econômica, isto é, de produção, e a diferente necessidade de consumo, características das diferentes idades (com referência, naturalmente, a coletividades de casos e não a casos individuais, que podem se afastar muito das respectivas médias).

Um método simples de aplicação deste critério de segunda aproximação consiste na determinação de medidas da capacidade de produção e da necessidade de consumo características de cada idade, que pode ser efetuada tomando-se como unidades, respectivamente, a máxima capacidade de produção e a máxima necessidade de consumo atingidas na idade adulta.

Querendo exemplificar a aplicação à população do Brasil do critério agora especificado, consideraremos os dois sexos em conjunto e suporemos que os valores mais elevados da capacidade de produção e da necessidade de consumo se mantenham constantes nos 25 anos do intervalo entre os 25º e 50º aniversários. Trata-se, obviamente, de uma hipótese simplificadora, justificada, todavia, pela consideração de que a diminuição do vigor físico no curso desse intervalo de idade fica compensada, no que diz respeito à capacidade de produção, pelo ganho em habilidade e em experiência.

É claro que em tôdas as idades anteriores ao 25º aniversário ou posteriores ao 50º, os valores que serão atribuídos à capacidade de produção, tomando-se como unidade a do adulto de idade incluída entre esses limites, ficarão inferiores à unidade, e até nulos nas idades infantis ou decrepitas. Inferiores, também, à unidade (mas nunca nulos) ficarão os valores que serão atribuídos à necessidade de consumo nos mesmos intervalos de idade.

Um exemplo de séries desses valores — “coeficientes de produção” e “coeficientes de consumo” — é dado nas colunas centrais da tabela I. Cumpre advertir que na determinação destes coeficientes se procurou levar em conta não somente a produção e o consumo de bens e de serviços que dão lugar a trocas monetárias, mas também a produção e o consumo de bens e de serviços que não dão lugar a pagamentos em moeda e que em parte não podem ser avaliados sem arbitrio quase ilimitado (como, por exemplo, os serviços prestados pela mulher no seu próprio lar e para esse lar).

Multiplicando o número dos habitantes de cada grupo de idade, constante da primeira coluna da tabela I, pelos respectivos coeficientes de produção e de consumo, obtêm-se os dados das duas últimas colunas da mesma tabela, que representam, respectivamente, o número correspondente de unidades adultas de produção ou de consumo

TABELA I

Redução da população do Brasil (1950) a unidades adultas de produção e de consumo

IDADE (Anos completos)	POPULAÇÃO (Milhares)	COEFICIENTES		UNIDADES ADULTAS	
		De produção	De consumo	De produção (Milhares)	De consumo (Milhares)
Pré-natal	(2 340)*	—	0,25	—	585
0 a 4	8 371	—	0,33	—	2 762
5 a 9	7 015	0,02	0,44	140	3 087
10 a 14	6 309	0,20	0,57	1 262	3 596
15 a 19	5 502	0,50	0,75	2 751	4 127
20 a 24	4 991	0,85	0,92	4 242	4 592
25 a 29	4 132	1,00	1,00	4 132	4 132
30 a 34	3 245	1,00	1,00	3 245	3 245
35 a 39	3 041	1,00	1,00	3 041	3 041
40 a 44	2 389	1,00	1,00	2 389	2 389
45 a 49	1 977	1,00	1,00	1 977	1 977
50 a 54	1 585	0,97	0,98	1 537	1 553
55 a 59	1 066	0,92	0,95	981	1 013
60 a 64	936	0,85	0,90	796	842
65 a 69	515	0,70	0,85	361	438
70 a 74	360	0,48	0,80	173	288
75 a 79	185	0,20	0,74	37	137
80 e mais	209	0,03	0,65	6	136
TOTAL	51 828**			27 070	37 940***

* Número anual estimado dos nascimentos

** Excluído o período pré-natal. Ficam ainda excluídos 116 000 habitantes de idade não declarada

*** Inclusive o período pré-natal

Os 51,8 milhões de habitantes presentes em 1950 correspondem a 27,1 milhões de unidades adultas de produção e a 37,9 milhões de unidades adultas de consumo. Ou seja, para 1 000 habitantes, têm-se 522 unidades de produção e 732 unidades de consumo; e para 1 000 unidades de produção, 1 402 unidades de consumo

O cálculo paralelo para a França dá, para 1 000 habitantes, 654 unidades de produção e 816 unidades de consumo; e para 1 000 unidades de produção, 1 248 unidades de consumo

A proporção mais elevada entre as unidades de consumo e as unidades de produção indica com melhor aproximação do que os resultados dos cálculos anteriores a desvantagem econômica do tipo brasileiro de composição por idade em comparação com o tipo francês

Aproxima-se do primeiro tipo a Índia (para 1 000 habitantes, 561 unidades de produção e 756 unidades de consumo; para 1 000 unidades de produção, 1 347 unidades de consumo); do segundo tipo, a Suécia (para 1 000 habitantes, 671 unidades de produção e 821 unidades de consumo, para 1 000 unidades de produção, 1 224 unidades de consumo)

Ficam em posição intermediária, porém mais próxima do segundo tipo do que do primeiro, os Estados Unidos (para 1 000 habitantes, 626 unidades de produção e 794 unidades de consumo; para 1 000 unidades de produção, 1 269 unidades de produção e 821 unidades de consumo; para 1 000 unidades de produção e 807 unidades de consumo, para 1 000 unidades de produção, 1 247 unidades de consumo)

ALGUNS esclarecimentos de método serão úteis para a melhor compreensão dos dados expostos

Primeiro: no cálculo do consumo, é preciso levar em conta também a demanda de bens e de serviços que se verifica antes do nascimento da criança.

Ao período pré-natal foi atribuído o coeficiente de consumo de 0,25, isto é, um quarto do consumo anual do adulto

Segundo os coeficientes de produção e de consumo por idade representam apenas estimativas de larga aproximação, faltando elementos para uma rigorosa determinação deles

Terceiro esses coeficientes são decerto diferentes nas diversas populações e variam, através do tempo, em cada população. Apesar dessa variabilidade, achou-se conveniente aplicar os mesmos coeficientes para as diversas populações nos cálculos resumidos no presente estudo, sendo o seu objetivo avaliar a influência econômica da composição por idade da população, *independentemente* das circunstâncias físicas, biológicas e sociais que contribuem, na realidade, para determinar as diferenças entre os coeficientes apropriados para os diversos países

Quanto a unidade adulta de produção é sempre maior do que a unidade adulta de consumo. No caso do Brasil, representando-se por R a produção total e por $0,9 R$ o consumo total anual da população, a unidade adulta de produção seria dada, segundo nossos cálculos, pelo quociente de R por 27 070 000, e a unidade adulta de consumo, pelo quociente de $0,9 R$ por 37 940 000

Quinto a composição por idade das diversas populações consideradas é a constante de censos ou de estimativas referentes a anos próximos a 1950, isto é: 1950 para o Brasil e a Suécia, 1951 para a Índia e a Itália, 1954 para os Estados Unidos e a França

Os resultados comparativos dos cálculos efetuados mostram que a maior proporção de inativos determina uma carga mais pesada para os ativos nas populações do tipo Brasil-Índia do que nas do tipo França-Suécia. Ou, melhor, *determinaria* uma carga mais pesada se os coeficientes de produção e de consumo fossem efetivamente os mesmos nos diversos países

De fato, onde há uma proporção muito elevada de crianças e de adolescentes, o trabalho deles é explorado muito mais do que onde essa proporção é baixa, ficam, portanto, mais elevados os coeficientes de produção para essas idades, enquanto talvez fiquem mais baixos os coeficientes de consumo

Uma conseqüência desfavorável do maior emprêgo do trabalho dos meninos e dos adolescentes é a dificuldade que eles encontram em freqüentar as escolas primárias e secundárias, e o conseqüente obstáculo à aplicação, nos respectivos países, de processos aperfeiçoados de produção agrícola ou industrial, que exigem um certo grau de cultura geral e técnica nos que os devem aplicar

Nem sempre o trabalho dos velhos é mais explorado onde eles são relativamente mais numerosos, antes amiúde é mais explorado nos países atrasados, onde eles são menos numerosos

ALGUMAS influências econômicas das diferenças na composição por idade das diversas populações consideradas são postas em relêvo pelos dados das segunda e terceira seções da tabela II

Nas populações do tipo Brasil-Índia, a composição por idade tende a determinar — independentemente de qualquer diferença dos coeficientes de produção — uma contribuição proporcionalmente maior das crianças, e uma contribuição proporcionalmente menor dos velhos para a produção, do que nas populações do tipo França-Suécia

Mas nas populações do primeiro tipo é muito maior a participação das crianças e muito menor a dos velhos, no consumo, do que nas do segundo tipo (independentemente de qualquer diferença dos coeficientes de consumo)

Segundo nossos cálculos, as crianças contribuem com 5,2% para a produção e com 26,5% para o consumo no Brasil, em comparação, respectivamente, com apenas 2,2% e 13,1% na França

E os velhos contribuem com apenas 2,1% para a produção e 2,6% para o consumo no Brasil, em comparação, respectivamente, com 7,9% e 11,6% na França

TABELA II

Distribuição percentual por grandes intervalos de idade da população efetiva e da população expressa em unidades de produção e em unidades de consumo

PAÍS	IDADE (Anos)			Total
	Até 14	15 a 64	65 e mais	
POPULAÇÃO EFETIVA				
Brasil	41,86	55,69	2,45	100,00
Índia	37,45	58,97	3,58	100,00
Estados Unidos	28,96	62,60	8,44	100,00
Itália	26,10	65,70	8,20	100,00
Suécia	23,44	66,32	10,24	100,00
França	23,29	64,58	12,13	100,00
UNIDADES DE PRODUÇÃO				
Brasil	5,18	92,69	2,13	100,00
Índia	4,50	92,56	2,94	100,00
Estados Unidos	2,86	91,11	6,03	100,00
Itália	3,00	91,24	5,76	100,00
Suécia	2,16	91,08	6,76	100,00
França	2,19	89,86	7,95	100,00
UNIDADES DE CONSUMO				
Brasil	26,44	70,93	2,63	100,00
Índia	23,06	73,18	3,76	100,00
Estados Unidos	16,62	75,03	8,35	100,00
Itália	14,98	77,01	8,01	100,00
Suécia	12,92	77,27	9,81	100,00
França	13,08	75,30	11,62	100,00

Os cálculos efetuados e os ligeiros comentários que os acompanham ilustram dois grandes problemas econômicos do nosso tempo: o dos efeitos do "envelhecimento" das populações mais adiantadas na evolução demográfica e o dos efeitos da excessiva "infantilidade" das populações mais atrasadas. Problemas que apresentam um aspecto comum o da menor produtividade do grupo de idade (senil ou infantil) com elevada representação relativa.

Os esforços para o maior aproveitamento do trabalho senil visam à solução do primeiro problema; a difusão da limitação voluntária da prole tende a encaminhar para a solução o segundo. Um e outro problemas, entretanto, podem ser tornados menos preocupantes pela organização mais racional da atividade econômica, mercê da qual pode ser aumentada a produtividade do trabalho manual e intelectual, sem aumento, e amiúde com diminuição, do esforço do trabalhador.

A POPULAÇÃO ATIVA NO MUNDO

DISTRIBUIÇÃO POR SETORES ECONÔMICOS

ÊSTE estudo, publicado pela "Revue Internationale du Travail", em seu número 5, vol. LXXIII (maio de 1956), é o segundo de uma série de três, preparados pelos técnicos do Escritório Internacional do Trabalho. O primeiro artigo, "A População Ativa no Mundo", foi publicado pela REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, n.º 68, ano XVII (Outubro-Dezembro de 1956). O artigo final, que focaliza a distribuição por profissão e segundo a situação na profissão, da população ativa, será incluído em nosso próximo número.

A tradução do presente trabalho foi feita por Dorival Barbi Moreira

UM artigo publicado, recentemente, sob o mesmo título, examinava alguns dos principais aspectos demográficos da distribuição da população ativa no mundo¹. Entre as questões tratadas, figuravam as relações existentes entre a população total e a população ativa, a distribuição da mão-de-obra, por idade e por sexo, e a evolução da proporção das mulheres, dos trabalhadores jovens e dos trabalhadores velhos, na população ativa. O presente estudo tem por objeto examinar, mais particularmente, os aspectos econômicos do mesmo tema: a distribuição da população ativa entre os principais setores econômicos; a distribuição atual da mão-de-obra industrial, nas principais indústrias de transformação, bem como as tendências dessa distribuição e, ainda, a correspondente distribuição da produção nacional, por setores de atividade².

A comparação internacional das estatísticas sobre a população ativa, sua composição e sua distribuição, está sujeita a numerosas restrições, pelo fato de as definições, a classificação e a apresentação dos dados estatísticos, sob a forma de tabelas, variarem de um país para outro. As diferenças de métodos, de concepção e de organização dos trabalhos estatísticos, notadamente, limitam a comparabilidade dos dados. Essas dificuldades foram analisadas, detalhadamente, no artigo precedente, relativo à população ativa. As comparações internacionais tornaram-se, igualmente, mais difíceis pelas diferenças de alcance das estatísticas dos diversos países e pelo fato de não serem tôdas elas igualmente seguras, voltaremos a êsses dois últimos pontos nas secções competentes, do presente artigo.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA POR SETORES ECONÔMICOS

A DISTRIBUIÇÃO da população ativa, entre os diferentes ramos de atividade econômica de um país, dá uma idéia bastante exata da sua estrutura econômica e do seu desenvolvimento industrial. Para maior facilidade, classificamos os diferentes ramos de atividade econômica em três grandes setores, aos quais daremos, no correr do artigo, inclusive nas tabelas, salvo indicação contrária, as seguintes definições:

- 1) "setor agrícola", que compreende a agricultura propriamente dita, a silvicultura, a pesca e a caça;
- 2) "setor industrial", que compreende a exploração das minas e das pe-

¹ "A população ativa no mundo: Aspectos demográficos" Revista Internacional do Trabalho, vol. LXXIII, n.º 2, fevereiro de 1956, pág. 169/195.

² Os aspectos sociais desse mesmo tema serão estudados dentro em breve, em um terceiro artigo; compreenderão a distribuição da população ativa por profissões (profissões liberais, atividades comerciais e ocupações industriais etc.) e segundo a situação na profissão (empregadores, trabalhadores familiares não remunerados etc.)

dreiras, as indústrias de transformação, a construção e os serviços do gás, da água e da eletricidade;

3) "setor dos serviços", que compreende o comércio, os transportes, os entrepostos, as comunicações, bem como os serviços públicos e privados

Distribuição da população ativa mundial por setores econômicos e regiões

A TABELA I indica a distribuição da população ativa em 1950, entre os três grandes setores econômicos acima mencionados, nas diferentes regiões do mundo. Os dados dessa tabela não devem ser considerados senão como indicação muito generalizada da distribuição da mão-de-obra mundial entre os diferentes setores.

TABELA I

Estimativa da distribuição da mão-de-obra no mundo, em 1950, por setores econômicos¹ e regiões²

REGIÃO	Mão-de-obra (milhões)	MÃO-DE-OBRA; POR SETOR; EM PERCENTAGEM DA MÃO-DE-OBRA TOTAL		
		Agricultura	Indústria	Serviços
África:				
África do Norte	24	73	10	17
África tropical e meridional	65	76	11	13
TOTAL	89	75	11	14
América:				
América do Norte	66	13	37	50
América Central	18	62	16	22
América do Sul	41	55	18	27
TOTAL	125	34	28	38
Ásia:				
Sudoeste da Ásia	13	70	10	20
Ásia central e meridional	173	74	10	16
Sudeste da Ásia	65	78	6	16
Ásia oriental	277	71	11	18
TOTAL	528	73	10	17
Europa:				
Europa ocidental	90	20	42	38
Europa meridional	58	58	22	20
Europa oriental	42	47	29	24
TOTAL	190	38	33	29
Oceânia	5	17	37	46
U.R.S.S.	88	45	30	25
TOTAL GERAL	1 025	59	18	23

¹ O "setor agrícola" compreende a agricultura propriamente dita, a silvicultura, a pesca e a caça; o "setor industrial" compreende a exploração das minas e das pedreiras, a construção e os serviços do gás, da água e da eletricidade; e o "setor dos serviços" compreende o comércio, os transportes, os entrepostos, as comunicações, bem como os serviços públicos e privados

² África do Norte: Países da África, banhados pelo Mediterrâneo, países da África Ocidental Espanhola, Etiópia, Eritréia, Somália, Sudão
 África tropical e meridional: Resto da África
 América do Norte: América, acima do México
 América do Sul: Continente sul-americano (abaixo do Panamá)
 América Central: Resto da América (inclusive as ilhas Caraíbas e o México)
 Sudoeste da Ásia: Países da Ásia a oeste do Afeganistão e do Paquistão
 Ásia central e meridional: Afeganistão, Índia, Paquistão e Ceilão
 Ásia oriental: China, Coreia, Japão, Mongólia
 Sudeste da Ásia: Resto da Ásia.
 Europa meridional: Penínsulas Ibérica e Itálica, Iugoslávia, Grécia e Turquia.
 Europa oriental: República Democrática Alemã, Polónia, Hungria, România, Bulgária, Albânia
 Europa ocidental: Resto da Europa

Com efeito, para muitas regiões, os dados se baseiam em estatísticas incompletas; em alguns casos importantes, notadamente na Rússia, na China e no sudeste da Ásia, não se possuem estatísticas recentes sobre a população ativa e os dados indicados, que se baseiam nas escassas informações disponíveis,

não representam senão ordens de grandeza. De modo geral, a margem de erro é maior para os dados em percentagens do que para os dados absolutos, que indicam os totais efetivos da mão-de-obra, em cada região.

A agricultura, atividade ancestral do homem, continua a ser o setor que ocupa o maior número de trabalhadores, no mundo. Estima-se que em 1950, num total mundial de pouco mais de um bilhão de trabalhadores, a agricultura ocupava mais de 600 milhões. O setor dos serviços ocupava o segundo lugar, com pouco mais de 200 milhões de trabalhadores e a indústria vinha em terceiro, com pouco menos de 200 milhões.

Eis aí um fato bastante surpreendente, se se considera que a revolução industrial, iniciada na Europa Ocidental, há dois séculos, se estendeu a outras partes do mundo e que, desde a metade do último século, o desenvolvimento econômico do globo progrediu muito nitidamente. No plano mundial, entretanto, a agricultura não deixou de ser o principal meio de vida da maior parte da humanidade.

Por outro lado, uma simples vista sobre a tabela I é o bastante para que se perceba a razão desse fenômeno. As regiões, onde a indústria fez os maiores progressos, não representam senão uma parte da população ativa do mundo. Várias regiões importantes, como a América Central, a América do Sul e a Europa Meridional, permaneceram nesse plano, muito aquém do norte e oeste da Europa, da Oceânia e da América do Norte, quanto às regiões mais povoadas da Ásia, elas não entraram ainda na grande corrente da revolução industrial. Na Ásia e na África, a agricultura ocupa mais de 70 por cento da população ativa, contra 13 por cento na América do Norte e 20 por cento na Europa Ocidental.

A mão-de-obra do mundo é, no conjunto, concentrada em três regiões: o noroeste e o centro da Europa, a América do Norte e a Oceânia. Os países dessas regiões, que representam, apenas, 15 por cento da população ativa mundial, fornecem 30 por cento da mão-de-obra industrial do mundo, em compensação, a Ásia possui a metade da população ativa do globo e, somente, um quarto da mão-de-obra industrial. As outras regiões se encontram entre esses extremos.

A revolução industrial não tem, evidentemente, como único efeito, a modificação das técnicas de produção. Ela transforma toda a estrutura da economia introduzindo a divisão do trabalho, que se faz acompanhar de um novo sistema de distribuição e de troca dos bens e dos serviços, no quadro da "economia monetária". Esse processo acarretou, nos países industrializados, o desenvolvimento do comércio, dos transportes, das comunicações, da finança e de toda uma gama de serviços especializados, pertencentes ao grande setor dos serviços. Nas regiões, cuja economia é muito desenvolvida, o setor dos serviços ocupa, geralmente, tantos trabalhadores quanto a indústria. Com efeito, em alguns casos, particularmente evidentes, como na América do Norte e na Oceânia, os trabalhadores dos "serviços" formam quase a metade da mão-de-obra total.

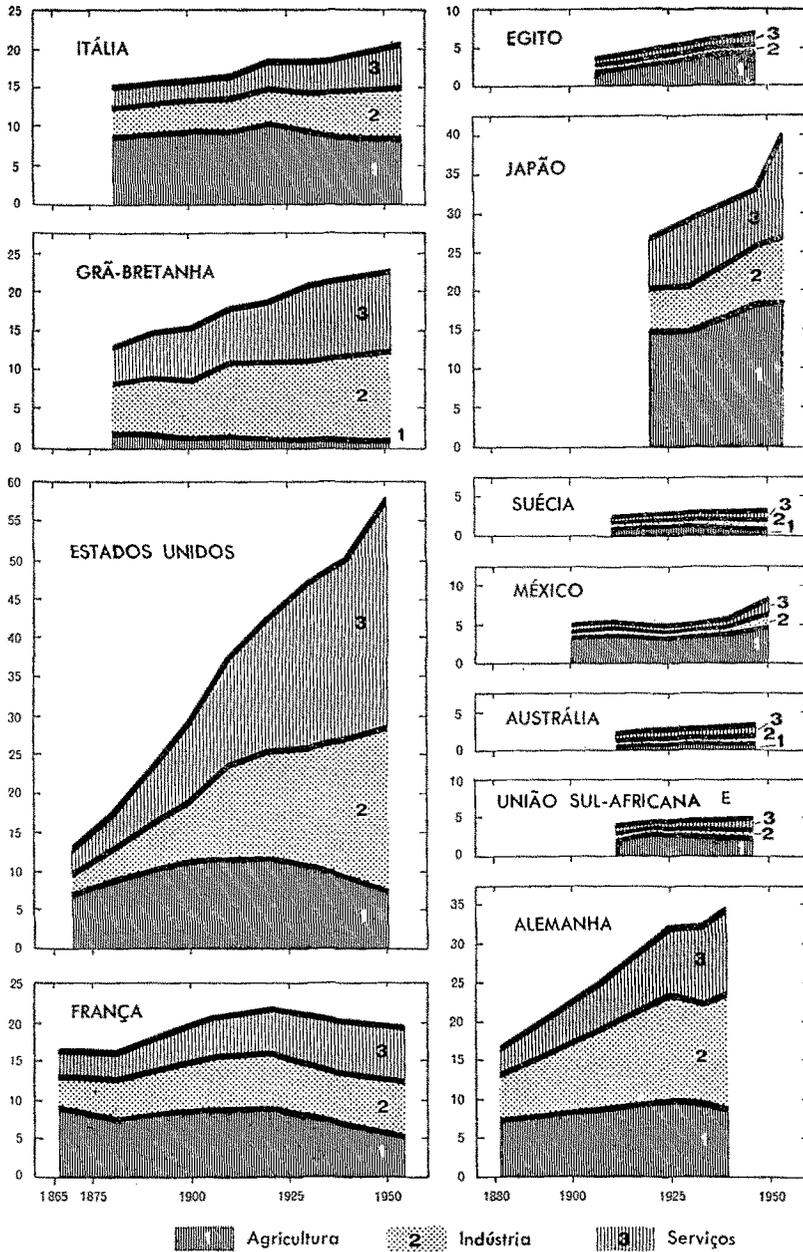
Nas regiões pouco desenvolvidas da Ásia, da África, das Américas Central e do Sul, onde a mão-de-obra empregada na indústria e nos serviços é fraca, relativamente ao efetivo ocupado na agricultura, é curioso observar-se que os serviços ocupam, geralmente, maior número de trabalhadores do que a indústria. Esse fenômeno se explica, em parte, pela história econômica dessas regiões, no decorrer dos últimos 150 anos. Com efeito, esse período foi marcado, nessas regiões, por um desenvolvimento considerável do comércio exterior — exportação de produtos primários e importação, da Europa, de produtos manufaturados. Essas trocas permitiram a organização de uma rede de comunicações, de transportes e de distribuição. Os portos que serviam ao comércio exterior tornaram-se grandes centros urbanos e ficaram, inicialmente, desprovidos de indústrias.

É esse fenômeno que explica o desenvolvimento precoce do setor dos serviços, nas regiões economicamente pouco avançadas, desenvolvimento que foi, em seguida, acelerado pela industrialização recente dessas regiões. Um terceiro fator contribui, igualmente, para o desenvolvimento do emprego nesse setor: a mão-de-obra. E, notadamente, a mão-de-obra não especializada, é, nessas regiões, um recurso abundante e pouco dispendioso, diferentemente dos produtos manufaturados. Tal fato, juntamente com as características econômicas dessas regiões, traduz-se pelo emprego de grande número de trabalhadores em toda uma série de profissões, dependente da categoria dos serviços pessoais, particularmente os serviços domésticos.

Nos países industrializados, ao contrário, essas categorias de trabalhadores não ocupam senão um lugar bastante limitado no setor dos serviços.

DIAGRAMA I

Evolução da distribuição da mão-de-obra por setores econômicos



Distribuição atual da mão-de-obra em alguns países

A TABELA II indica a distribuição da população ativa de 22 países, entre os três grandes ramos de atividade; o ano de referência é aquele para o qual se possuem os dados estatísticos mais recentes. Os dados relativos aos diversos países escolhidos mostram uma situação bastante semelhante à que é ressaltada pelas estimativas regionais da tabela I. Pode-se, no entanto, discernir algumas variações importantes no corpo de uma mesma região. Por exemplo, a Argen-

tina, cuja industrialização é bastante incrementada, não conta senão 26 por cento de sua população ativa na agricultura, o que a distingue, nitidamente, do conjunto da sua região. Salientam-se, igualmente, diferenças muito sensíveis entre a Turquia, cuja maioria dos trabalhadores está ocupada na agricultura, e a Itália, embora esses dois países pertençam à mesma zona geográfica.

TABELA II

Distribuição da mão-de-obra por setores econômicos¹ em vinte e dois países

PAÍS	Ano	MÃO-DE-OBRA (milhares)				MÃO-DE-OBRA POR SETOR; EM PERCENTAGEM DA MÃO-DE-OBRA TOTAL		
		Agricultura	Indústria	Serviços	Total	Agricultura	Indústria	Serviços
África:								
Egito	1947	4 398	835	1 495	6 729	65,4	12,4	22,2
União Sul-Africana:								
População branca	1951	145	314	496	956 ²	15,2	32,8	52,0
Outras	1946	2 250	785	1 025	4 061 ²	55,4	19,3	25,3
América:								
Argentina	1947	1 622	1 827	2 617	6 066 ²	26,7	30,1	43,2
Brasil	1950	10 370	2 231 ³	4 470	17 071 ²	60,7 ³	13,1 ³	26,2
Canadá	1951	1 007	1 877	2 334	5 219 ²	19,3	36,0	44,7
Estados Unidos	1950	7 331	21 623	29 488	58 442	12,5	37,0	50,5
México	1950	4 829	1 333	1 781	7 943	60,8	16,8	22,4
Ásia:								
Índia	1951	103 014	13 733	22 592	139 339	73,9	9,9	16,2
Japão	1954	18 060	8 880 ⁴	12 990	39 930 ²	45,2	22,3 ⁴	32,5 ⁴
Paquistão	1951	17 125	1 037	2 789	21 551 ²	79,5	7,6	12,9
Tailândia	1947	7 624	211	1 047	8 882 ²	85,8	2,4	11,8
Europa:								
Alemanha (Rep. Fed.)	1954	5 076	11 424	8 142	24 643	20,6	46,4	33,0
Austria	1951	1 080	1 243	985	3 308 ²	32,6	37,6	29,8
Bélgica	1947	423	1 698	1 262	3 382 ²	12,5	50,2	37,3
Espanha	1950	5 271	2 709	2 641	10 621 ²	49,6	25,5	24,9
França	1954	5 280	7 154	6 786	19 220	27,5	37,2	35,3
Holanda	1947	747	1 288	1 731	3 767 ²	19,8	34,2	46,0
Itália	1954	8 468	6 454	5 615	20 537 ²	41,2	31,4	27,4
Reino Unido	1951	1 214	11 336	10 495	23 045 ²	5,3	49,2	45,5
Suécia	1950	632	1 267	1 183	3 082 ²	20,5	41,1	38,4
Turquia	1950	10 897	944	878	12 718	85,7	7,4	6,9
Oceânia:								
Austrália	1947	198	1 140	1 368	3 006 ²	16,6	37,9	45,5

¹ Para a composição de cada setor econômico, veja a nota I da tabela I

² Exceto as pessoas "de atividade mal definida", os "desempregados" e as pessoas "que procuram trabalho pela primeira vez". O total é, por conseguinte, inferior ao da tabela II do artigo anteriormente publicado, sob o mesmo assunto ("A população ativa no mundo: Aspectos demográficos", op. cit., pp. 178-179)

³ As "minas e pedreiras" estão incluídas no "setor agrícola"

⁴ Os serviços do gás, da água e da eletricidade estão compreendidos nos "serviços"

Contudo, de maneira geral, a distribuição da mão-de-obra nos diversos países de uma mesma região, diferencia-se bem pouco da que caracteriza o conjunto da região

Evolução anterior

DIAGRAMA I e a tabela III ilustram a evolução da distribuição da população ativa entre os principais setores econômicos, em alguns países. Para os Estados Unidos e certo número de países da Europa, as estatísticas disponíveis permitem que se acompanhe a evolução dessa distribuição, no decorrer dos últimos oitenta anos. Para os outros países, a ausência de dados satisfatórios, que se refiam a época tão distante, limita a análise, obrigatoriamente, a um período mais curto.

Quando se procura interpretar o sentido das variações da distribuição da mão-de-obra no tempo, é importante ter em mente que a população da maior parte dos países aumentou de modo variável, mais pronunciadamente no correi

dos últimos anos. Esse aumento se fez acompanhar, evidentemente, de um crescimento patente da população ativa. As mudanças ocorridas na distribuição da mão-de-obra, no decorrer de certo espaço de tempo, são, portanto, a resultante de dois fatores: a modificação da distribuição da população, tal como a mesma se apresentava no começo do período considerado, e a distribuição, entre os diferentes setores econômicos, dos novos efetivos de mão-de-obra que vieram juntar-se à população ativa, durante esse período.

Estando a população ativa em aumento constante, a evolução da sua distribuição, por setor econômico, pode ser analisada sob dois aspectos diferentes,

TABELA III

Evolução da distribuição da mão-de-obra por setores econômicos¹ em doze países

PAÍS	Ano	MÃO-DE-OBRA (milhares)				MÃO-DE-OBRA POR SETOR; EM PERCENTAGEM DA MÃO-DE-OBRA TOTAL		
		Agricultura	Indústria	Serviços	Total	Agricultura	Indústria	Serviços
Alemanha	1882	7 133	5 990	3 372	16 495	43	37	20
	1907	8 556	9 982	6 099	24 637	35	40	25
	1925	9 762	13 478	8 769	32 009	31	42	27
	1939	8 934	14 418	10 917	34 269	26	42	32
Alemanha (Rep. Fed.)	1929	5 274	7 347	5 256	17 877	30	41	29
	1939	5 399	8 424	6 232	20 065	27	42	31
	1954	5 076	11 424	8 142	24 643	21	46	33
Estados Unidos da América	1870	6 910	2 830	3 185	12 925	53	22	25
	1880	8 682	4 139	4 571	17 392	50	24	26
	1890	10 121	5 973	7 225	23 318	43	26	31
	1900	11 122	7 894	10 058	29 073	38	27	35
	1910	11 834	11 622	13 916	37 371	32	31	37
	1920	11 719	13 951	16 763	42 434	28	33	39
	1930	10 753	15 498	21 242	47 492 ²	23	33	45
	1940	9 317	17 560	23 197	50 074 ⁴	19	35	46
França	1866	8 535	4 384	3 724	16 643	51	26	23
	1881	7 890	4 444	4 210	16 544	48	27	25
	1896	8 501	5 660	4 774	18 935	45	30	25
	1906	8 855	6 338	5 528	20 721	43	30	27
	1921	9 024	6 662	6 034	21 720	41	31	28
	1936	7 204	6 379	6 677	20 260	36	31	33
	1954	5 280	7 154	6 786	19 220	28	37	35
Grã-Bretanha	1881	1 638	6 372	4 785	12 795	13	50	37
	1891	1 582	7 176	5 888	14 646	11	49	40
	1901	1 385	7 158	6 851	15 394	9	47	44
	1911	1 550	9 023	7 269	17 842 ²	9	51	40
	1921	1 381	9 142	8 236	18 759 ⁴	7	49	41
	1931	1 258	9 717	9 919	20 894 ⁴	6	47	47
	1951	1 116	11 086	10 281	22 482 ⁴	5	49	46
Itália	1881	8 600	3 850	2 600	15 050	57	26	17
	1901	9 443	3 879	2 640	15 926	59	24	17
	1911	9 086	4 387	2 929	16 402	55	27	18
	1921	10 264	4 508	3 659	18 431 ²	56	24	20
	1931	9 356	4 924	4 001	18 341	51	27	22
	1936	8 843	5 375	4 128	18 346 ⁴	48	29	23
	1954	8 468	6 454	5 615	20 537 ⁴	41	32	27
Austrália	1911	480	668	790	1 939 ⁴	25	34	41
	1921	532	790	974	2 296 ⁴	23	34	43
	1933	588	935	1 150	2 673 ¹	22	35	43
	1947	498	1 140	1 388	3 006 ⁴	17	38	45
Egito	1907	2 440	380	605	3 425 ⁴	71	11	18
	1917	2 626	429	949	4 003 ⁴	65	11	24
	1927	3 525	556	1 169	5 250 ⁴	67	11	22
	1937	4 308	610	1 177	6 095 ⁴	71	10	19
	1947	4 398	835	1 495	6 729	65	13	22
Índia	1931 ⁵	100 037	15 352	25 300	141 035 ⁴	71	11	18
	1951	103 014	13 733	22 592	139 339 ⁴	74	10	16
Japão	1920	14 661	5 721	6 350	26 733 ⁴	55	21	24
	1930	14 687	5 951	8 411	29 049 ⁴	51	20	29
	1954	18 060	8 880	12 990	39 930 ⁴	45	22	33
México	1900	3 177	934	401	4 512 ⁴	70	21	9
	1910	3 596	1 106	436	5 138 ⁴	70	22	8
	1921	3 488	561	454	4 504 ⁴	77	13	10
	1930	3 626	743	587	4 957 ⁴	73	15	12
	1940	3 831	746	1 117	5 694 ⁴	67	13	20
	1950	4 824	1 319	1 774	7 917 ⁴	61	17	22

TABELA III

Evolução da distribuição da mão-de-obra por setores econômicos¹ em doze países

PAÍS	Ano	MÃO-DE-OBRA (milhares)				MÃO DE-OBRA POR SETOR; EM PERCENTAGEM DA MÃO-DE-OBRA TOTAL		
		Agricultura	Indústria	Serviços	Total	Agricultura	Indústria	Serviços
Suécia	1910	1 016	565	535	2 116 ¹	48	27	25
	1920	1 058	808	609	2 565 ¹	41	32	27
	1930	1 041	927	904	2 872 ¹	36	32	32
	1940	864	1 070	1 032	2 966 ¹	29	36	35
	1950	632	1 267	1 183	3 082 ¹	21	41	38
União Sul-Africana	1911	2 186	577	935	3 698 ¹	50	16	25
	1921	3 018	547	666	4 231 ¹	71	13	16
	1946	2 418	1 026	1 466	1 010 ¹	49	21	30

¹ Para a composição de cada setor econômico, ver a nota 1 da tabela I

² Fronteiras de 1934

³ Os dados não foram ajustados a fim de fazê-los concordar com o total correspondente da tabela III, do artigo anteriormente publicado sobre o mesmo assunto ("A população ativa no mundo: Aspectos demográficos", op cit, pp 178-179)

⁴ Exceto as pessoas "de atividade mal definida", os "desempregados" e as pessoas "que procuram trabalho pela primeira vez" O total é, por conseguinte, inferior ao da tabela III mencionada na nota 3 acima

⁵ Englobando toda a península indiana

⁶ Inclusive os empregados domésticos que recebem salário

porém interligados as mudanças nos números absolutos e as mudanças nas percentagens. Esses dois movimentos não são sempre, necessariamente, paralelos.

Em todos os países que figuram na tabela III, com exceção da Índia e do México, a proporção da mão-de-obra total ocupada na agricultura está, desde há muito tempo, em diminuição contínua. Na Alemanha, na França, na Itália e na Suécia, países da Europa, onde uma proporção bem forte da população no começo do século, trabalhava na agricultura desde o fim do século XIX, a proporção enfraqueceu, regularmente, porém, a partir de 1920, com uma rapidez crescente. Desde essa data, os efetivos da mão-de-obra agrícola desses países diminuem tanto em números absolutos quanto em percentagem da população ativa.

O número de trabalhadores do setor industrial aumentou regularmente, em quase todos os países indicados na tabela III. O mesmo aconteceu com os números percentuais. As únicas exceções a essa tendência geral para o aumento são o México, a União Sul-Africana e, por motivos inteiramente diferentes, a Grã-Bretanha. Este último país já era fortemente industrializado em 1880 a proporção dos trabalhadores da indústria atingia nessa data 50 por cento da população ativa. Esta proporção quase se manteve, com fracas variações, no decorrer dos últimos 70 anos.

No que se refere aos efetivos do setor dos serviços, quase todos os países registraram um aumento importante, tanto em números absolutos quanto em proporção. Quase por toda parte, a taxa de crescimento dos efetivos nesse setor chegou a exceder a do setor industrial. É interessante constatar-se que a diminuição da parte da agricultura, no conjunto da população da Grã-Bretanha foi inteiramente compensada pelo aumento do setor dos serviços.

Nos Estados Unidos a população ativa aumentou grandemente entre 1870 e 1950, passando de cerca de 13 milhões a perto de 58 milhões. Apesar do aumento dos efetivos da mão-de-obra agrícola que, em números absolutos, passaram de 7 milhões, em 1870, a 12 milhões, em 1910, a proporção da agricultura, no conjunto da população ativa, caiu de 53 por cento, em 1870, a 32 por cento, em 1910. A partir dessa data, no entanto, o número de trabalhadores ocupados na agricultura diminuiu regularmente e, em 1950, retornara ao seu nível de 1870, que não representava mais que 13 por cento da população ativa total. Durante o mesmo período (1870-1950), os efetivos do setor industrial aumentaram sete vezes e os do setor dos serviços decuplicaram.

No que concerne à península indiana, as estatísticas do ano de 1931 referem-se à região que compreende, atualmente, a Índia e o Paquistão; não podem, portanto, ser comparadas diretamente com os dados ulteriores. Pode-se, no entanto, concluir dessas estatísticas que a proporção da mão-de-obra total ocupada na agricultura aumentou, com relação aos outros setores, entre 1931 e 1951, contrariamente a todos os outros países analisados. No Japão, onde a população ativa aumentou de mais de 10 milhões de trabalhadores, entre 1930 e 1954, o setor agrícola não se desenvolveu no mesmo ritmo dos outros dois, de maneira que a proporção da população ativa, que êle representa, diminuiu, enquanto aumentava a da indústria e, mais ainda, a do setor dos serviços.

O despovoamento da agricultura, que parece ser um fenômeno quase universal, assumiu proporções muito grandes nos países industrializados. O constante desenvolvimento do número de empregos, nos setores não agrícolas desses países, absorve não somente o aumento evidente da população ativa — o que, nos Estados Unidos, por exemplo, não é fato insignificante —, mas também implica uma transferência do setor agrícola para os outros setores.

Nos países menos desenvolvidos, onde a taxa de crescimento da população ativa é geralmente mais elevada que nos países industrializados, a proporção dos novos trabalhadores, que entram no setor agrícola, é geralmente menor que a proporção da mão-de-obra agrícola, relativamente ao total da população ativa. Eis porque, embora não haja nesses países transferência de trabalhadores da agricultura para os outros setores e, embora o número de trabalhadores da agricultura continue a aumentar em dados absolutos, a proporção do setor agrícola no conjunto da população ativa diminui. Isto ocorre, por exemplo, no México e no Egito. O Japão, que constitui um caso um tanto especial, se coloca nesse ponto da mesma categoria, embora a sua industrialização tenha começado mais tarde e tenha sido bem mais importante que na maior parte dos outros países do mesmo grupo.

Análise dos aumentos recentes da mão-de-obra nos diferentes setores econômicos

Um estudo mais aprofundado da recente evolução da distribuição da mão-de-obra entre os diferentes setores econômicos permite a explicação das modificações da estrutura da população ativa. A tabela IV indica a evolução dos efetivos da mão-de-obra e de sua distribuição por setores econômicos, em dez países, no decorrer dos últimos vinte anos, aproximadamente.

Todos os países escolhidos, com exceção da França, registraram um aumento de população ativa, no período examinado. A diminuição que a França acusa é devida, em grande parte, às particularidades da sua estrutura demográfica.

Nota-se, em seis dos dez países analisados (os Estados Unidos e os cinco países da Europa), uma transferência de trabalhadores da agricultura para os outros setores, o que explica a soma dos aumentos registrados nos setores da indústria e dos serviços ultrapassar o crescimento da mão-de-obra total. Na França, a agricultura perdeu quase dois milhões de trabalhadores, de 1936 a 1954. Relativamente à mão-de-obra total desse país, essa diminuição é uma das mais consideráveis que aparecem nessa tabela. De 1940 a 1950, os Estados Unidos registraram, igualmente, uma diminuição de dois milhões de trabalhadores na agricultura. Se se compara este número com a evolução anterior registrada nesse país, observa-se que a redução da mão-de-obra agrícola, nos Estados Unidos, foi mais rápida no correr desse período. Nos outros países da Europa, as transferências de mão-de-obra da agricultura para os outros setores foram menos importantes, se bem que, na Suécia, essa transferência seja a mais elevada de tôdas em percentagem, se levado em conta o efetivo total da mão-de-obra agrícola.

Em todos os países europeus, com exceção da Itália, o aumento dos efetivos do setor industrial foi maior do que o do setor dos serviços. Isto se deve à vigorosa expansão industrial desses países depois da segunda guerra.

Em todos os outros países que figuram na tabela IV, os aumentos mais importantes são registrados no setor dos serviços. Trata-se, portanto, de países onde as condições econômicas são tão radicalmente diferentes quanto as

TABELA IV

Modificações da composição da mão-de-obra por setores econômicos¹ em dez países

PAÍS	Período	MODIFICAÇÕES (milhares de trabalhadores)			
		Agricultura	Indústria	Serviços	Total
Alemanha (Rep. Fed.)	1939-1954	- 323	+ 3 000	+ 1 910	+ 4 578
Egito	1937-1947	+ 90	+ 225	+ 318	+ 634
Estados Unidos	1940-1950	- 1 986	+ 4 063	+ 6 291	+ 8 368
Franga	1936-1954	- 1 924	+ 890	+ 7	+ 1 041
Grã-Bretanha	1931-1951	- 143	+ 1 369	+ 361	+ 1 587
Índia	1941-1951	+ 14 200	+ 300	+ 5 700	+ 20 200
Itália	1936-1954	+ 375	+ 1 079	+ 1 487	+ 2 101
Japão	1947-1954	+ 248	+ 1 171	+ 5 626	+ 7 045
México	1940-1950	+ 998	+ 587	+ 664	+ 2 249
Suécia	1940-1950	- 232	+ 197	+ 151	+ 116

¹ Para a composição de cada setor econômico, ver a nota da tabela I

da Índia e dos Estados Unidos; também o fato de o setor dos serviços absorver maior parte do aumento da mão-de-obra que a indústria, explica-se, conforme o caso, por causas diferentes. Por exemplo, nos Estados Unidos, o desenvolvimento contínuo do setor dos serviços tem, sem dúvida, por origem a produtividade sempre crescente da agricultura e da indústria, onde ela já é bem mais elevada que na maior parte dos outros países; pode-se ver aí, portanto, um sinal de progresso e equilíbrio econômicos.

Por outro lado, na Índia, verifica-se que, entre 1941 e 1951, o grosso do acréscimo da população ativa continuou a alimentar o setor agrícola; quanto ao restante desse acréscimo, dirigiu-se quase inteiramente ao setor dos serviços. Pode-se explicar esse fenômeno pelo desenvolvimento insuficiente da indústria e, por conseguinte, pelo fraco número de novos empregos ali criados. Encarado juntamente com outros fatos correlatos, esse fenômeno parece indicar que o desenvolvimento econômico do país, durante esse período, foi instável.

MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DO EMPREGO NAS INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO

Diferenças de composição dos setores econômicos

Até aqui, para facilitar a análise, agrupamos todas as atividades econômicas em três grandes setores. Num mesmo setor, no entanto, as técnicas de produção, os tipos de organização e a importância relativa dos elementos que constituem as diferentes atividades econômicas, variam consideravelmente de um país para outro. Nada há de surpreendente nesse fato, uma vez que a situação econômica e o nível de desenvolvimento das diversas regiões do mundo são muito diferentes. Por exemplo, a agricultura é extensiva e mecanizada nos Estados Unidos, enquanto que no Japão é intensiva e se apóia, principalmente, no trabalho humano e na tração animal. Nos grandes países industriais, o elemento base da organização industrial é a usina, na Índia, ao contrário, o artesanato e as pequenas indústrias predominam largamente, pelo menos no que se refere ao número de empregados.

Além disso, a estrutura de um mesmo setor econômico pode variar entre os países, segundo a importância das diversas atividades econômicas que o compõem. Por exemplo, em vários países insuficientemente desenvolvidos, as atividades agrícolas são consagradas quase que exclusivamente à produção de cereais ou às plantações, enquanto que em certos países de economia mais adiantada, como a Dinamarca e a Nova Zelândia, a criação de animais e a produção de leite formam uma parte muito importante das atividades agrícolas.

Outro exemplo: nos países pouco desenvolvidos, os serviços domésticos e pessoais constituem uma grande parte do setor dos serviços; nos países industrializados, esses serviços não constituem senão uma proporção relativamente fraca. Além disso, a importância do papel desempenhado, no setor

industrial, por certas indústrias, como as indústrias têxteis ou as mecânicas, varia, também, consideravelmente, de um país para outro

Finalmente, a composição dos diferentes setores econômicos dentro de um mesmo país varia igualmente com o tempo. O desenvolvimento econômico, o progresso técnico e o aumento do rendimento real por habitante, têm por consequência a diminuição da importância relativa da produção dos bens de necessidade vital, em proveito dos bens que se destinam à satisfação das necessidades menos essenciais. Esta evolução acarreta modificações importantes da distribuição da mão-de-obra entre os diversos ramos de atividade econômica. Por outro lado, a distribuição da mão-de-obra em cada setor sofre igualmente mudanças importantes

Principais grupos de indústria nas indústrias de transformação

É POSSÍVEL ilustrar-se as diferenças que existem entre os países, no que concerne à estrutura do emprego num mesmo setor da economia e sua evolução no tempo, tomando-se como exemplo o grupo das indústrias de transformação. Este grupo ocupa a maior parte dos trabalhadores do setor industrial. Sua estrutura e sua evolução fornecem um índice particularmente sensível para o estudo das condições econômicas dos diversos países, de suas diferenças e de suas variações

Podem-se ressaltar as principais características da estrutura do emprego nas indústrias de transformação e sua evolução, orientando-se a análise sobre duas das principais categorias desse grupo, as "indústrias alimentares e têxteis" e as "indústrias metalúrgicas e mecânicas"¹. A primeira categoria, e principalmente a indústria têxtil, pode ser considerada como a indústria "clássica" da revolução industrial. O desenvolvimento das indústrias metalúrgicas e mecânicas lhe é posterior. As indústrias alimentares e têxteis produzem artigos que atendem às necessidades essenciais do homem, enquanto que os produtos das metalúrgicas e mecânicas lhe asseguram uma vida material mais variada e de nível mais elevado. Esses dois grupos de indústrias ocupam juntos mais de dois terços da mão-de-obra industrial na maior parte dos países

Natureza dos dados

A TABELA V indica a proporção da mão-de-obra total das indústrias de transformação, empregada em cada um dos dois grupos de indústrias, escolhidos em alguns países, em diversas épocas. Essas estatísticas são ilustradas pelo diagrama II. No caso dos Estados Unidos, da França, da Grã-Bretanha e da Suíça, possuem-se dados estatísticos que permitem comparações referentes a épocas bem distantes (de 45 a 75 anos). Para os outros países, no entanto, a insuficiência das estatísticas não permite o retrocesso além de 1937. Para ressaltar mais claramente a tendência da evolução em cada país, é calculada, também, a relação existente entre os efetivos de mão-de-obra empregados nas indústrias alimentares e têxteis e os das indústrias metalúrgicas e mecânicas

Antes de se tirar conclusões dos dados da tabela V, convém que se façam algumas ressalvas importantes. Para certos países, os dados se referem ao conjunto da mão-de-obra de cada grupo de indústrias mas, para alguns outros, eles não cobrem senão os trabalhadores empregados nas empresas industriais e excluem, por conseguinte, os trabalhadores familiares não remunerados, os trabalhadores independentes, os trabalhadores ocupados nos pequenos estabelecimentos, os desempregados e mesmo, em vários casos, os empregados. Sendo os dados expressos em percentagem, essas diferenças, provavelmente, não modificam de maneira sensível o quadro da situação

¹ A categoria das "indústrias alimentares e têxteis" compreende para os fins do presente artigo, as indústrias de gêneros alimentícios (inclusive os produtos em conserva), bebidas, tabaco, produtos têxteis, calçado, roupas e outros produtos têxteis confeccionados. As "indústrias metalúrgicas e mecânicas" compreendem as indústrias metalúrgicas básicas, a transformação dos metais, a fabricação de máquinas elétricas e não elétricas e do material de transporte

TABELA V

Evolução da estrutura do emprego nas indústrias de transformação

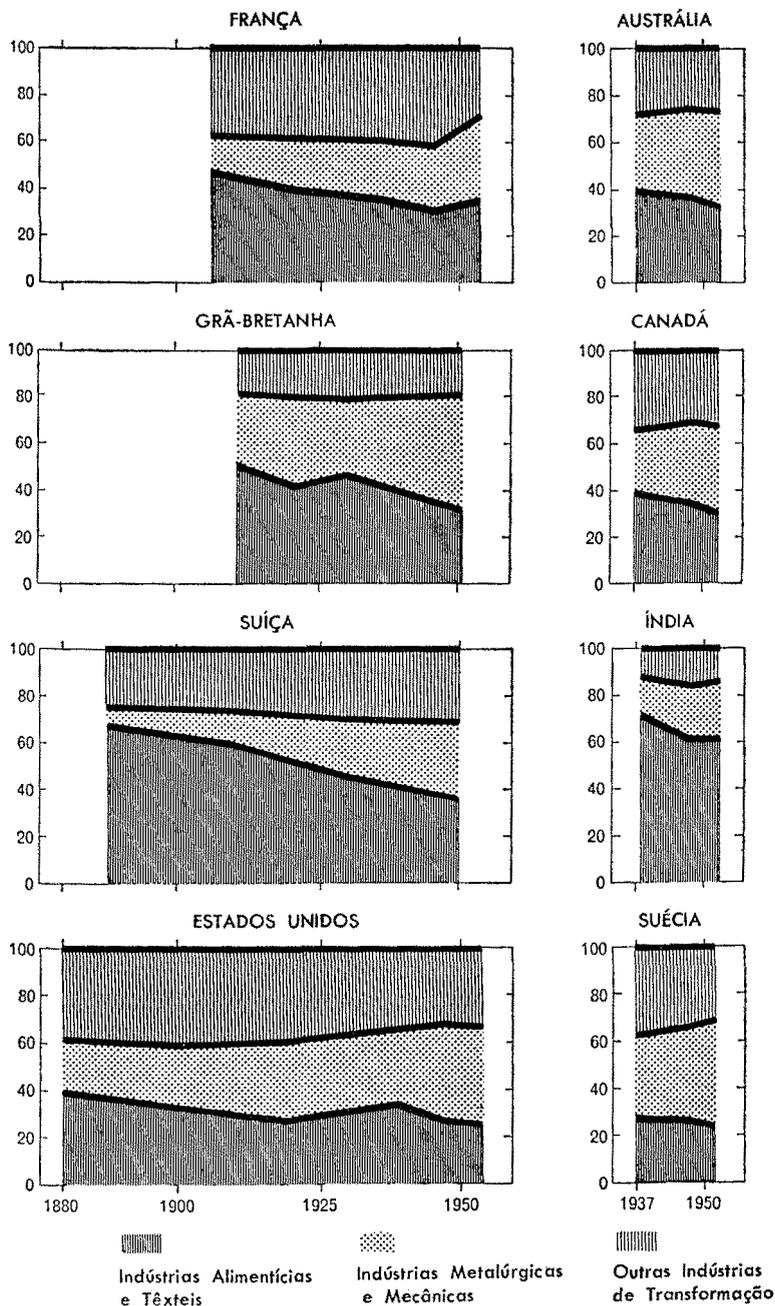
PAÍS	Anos	EFETIVO DE MÃO-DE-OBRA EMPREGADO, EM PORCENTAGEM DA MÃO-DE-OBRA TOTAL, DAS INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO			Relação entre os efetivos das "indústrias alimentares e têxteis" e os das "indústrias metalúrgicas e mecânicas"
		Indústrias alimentares e têxteis	Indústrias metalúrgicas e mecânicas	Outras indústrias de trans- formação	
Estados Unidos	1880	39,6	21,7	38,7	1,8
	1900	32,6	27,1	40,3	1,2
	1919	27,6	32,3	40,1	0,9
	1939	34,0	30,7	35,3	1,1
	1947	27,0	38,8	34,2	0,7
	1954	24,2	41,4	34,4	0,6
França	1906	47,9	15,0	37,1	3,2
	1921	38,8	24,0	37,2	1,6
	1936	35,8	25,9	38,3	1,4
	1946	30,9	27,7	41,4	1,1
	1954	33,9	37,1	29,0	0,9
Grã-Bretanha	1911	50,3	30,2	19,5	1,7
	1921	41,7	38,2	20,1	1,1
	1931	44,5	35,2	20,3	1,3
	1951	30,7	49,4	19,9	0,6
Suíça	1888	66,7	7,9	25,4	8,4
	1910	59,0	14,9	26,1	4,0
	1930	45,1	24,6	30,3	1,8
	1950	35,7	33,1	31,2	1,1
Argentina	1937	46,0	22,6	31,4	2,0
	1948	42,6	23,2	34,2	1,8
	1954	43,0	24,8	32,2	1,7
Austrália	1937	39,4	31,3	29,3	1,3
	1947	34,8	37,9	27,3	0,9
	1953	31,2	41,0	27,8	0,8
Alemanha (Rep. Fed.)	1938	31,0	44,7	24,3	0,7
	1949	31,8	41,8	26,4	0,8
	1954	30,5	45,3	24,2	0,7
Canadá	1937	39,5	25,7	34,8	1,5
	1948	33,9	31,7	34,4	1,1
	1953	30,2	35,2	34,6	0,9
Índia	1938	71,7	16,5	11,8	4,4
	1947	61,2	22,9	15,9	2,7
	1953	61,2	24,2	14,6	2,5
Tchecoslováquia	1937	34,7	31,7	33,6	1,1
	1949	30,2	38,0	31,8	0,8
Suécia	1937	27,5	34,9	37,6	0,8
	1947	25,4	39,9	34,7	0,6
	1952	24,0	43,2	32,8	0,6
Bélgica	1947	39,0	32,8	28,2	1,2
	1954	37,1	35,5	27,4	1,1
Itália	1947	39,9	38,3	21,8	1,0
	1954	36,1	39,3	24,6	0,9
Holanda	1948	39,2	33,3	27,5	1,2
	1953	37,7	35,8	26,5	1,1

Mais graves são as inexatidões acarretadas pelo fato de a composição dos grupos de indústria considerados variar de um país para outro, sendo incluídas ou excluídas certas indústrias conexas, conforme o caso, na definição dos grupos. Por exemplo, a fabricação das fibras de "nylon" está, em certos países, incluída no grupo das indústrias têxteis, em outros, faz parte das indústrias químicas. Por outro lado, dá-se o caso de os países modificarem seus métodos de classificação e não é sempre possível uniformizar as estatísticas relativas a épocas diversas.

Será conveniente, pois, se se quer estabelecer comparações entre países, e mesmo se se procura apreciar as mudanças ocorridas num mesmo país, de um período para outro, ter em mente que os dados da tabela V não representam senão valores aproximativos.

DIAGRAMA II

Evolução da distribuição da mão-de-obra das indústrias de transformação, por principais grupos industriais



Situação atual

Nos países industriais, as indústrias alimentares e têxteis não empregam senão uma proporção que vai de 25 por cento (Estados Unidos e Suécia) a 37 por cento (Bélgica e Holanda) da mão-de-obra total das indústrias de transformação, situando-se por perto de 30 por cento a percentagem mais

freqüente Essa percentagem, ao contrário, é de 43 por cento na Argentina, e atinge 61 por cento na Índia, cuja industrialização é relativamente recente Quanto às indústrias metalúrgicas e mecânicas, elas empregam, nos diversos países, de 35 a 50 por cento da mão-de-obra total das indústrias de transformação, salvo na Argentina e na Índia que é somente de 25 por cento As indústrias metalúrgicas e mecânicas ocupam geralmente maior número de trabalhadores que as indústrias alimentares e têxteis Na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, dois dos maiores países industriais do mundo, as primeiras contam com efetivos mais de uma vez e meia superiores, em número, aos das segundas, e mesmo acima Desprezados os traços peculiares à economia do país, observa-se que as indústrias metalúrgicas e mecânicas, alimentares e têxteis tendem a aumentar à medida que se eleva o nível do desenvolvimento econômico

Tendências a longo têrmo

No decorrer dos dez primeiros anos do século atual, as indústrias alimentares e têxteis absorviam, na Grã-Bretanha e na França, cerca de metade da mão-de-obra total industrial Na Suíça, esta proporção, depois de ter atingido o valor de 67 por cento, por volta de 1890, situou-se perto dos 60 por cento Ao contrário, nos Estados Unidos essas indústrias não ocupavam, já em 1880, senão 40 por cento da mão-de-obra total industrial, percentagem essa que cairia a 30 por cento no comêço do século Nesse momento, as indústrias metalúrgicas e mecânicas ocupavam cerca de 30 por cento da mão-de-obra industrial na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos e, somente 15 por cento, na França e na Suíça

A proporção da mão-de-obra industrial, empregada nas indústrias alimentares e têxteis, diminuiu em seguida, regularmente, salvo uma inversão temporária dessa tendência, ocorrida no período 1930/1939 Ao contrário, os efetivos das indústrias metalúrgicas e mecânicas aumentaram constantemente, desde o comêço do século, salvo, ainda, a pausa ocorrida no período 1930/1939, que se explica pelo baixo nível da atividade econômica geral e pela baixa da renda real, por habitante, provocada pela crise

A igualdade dos efetivos de mão-de-obra nas duas indústrias se deu entre 1900 e 1919, nos Estados Unidos, entre 1931 e 1951, na Grã-Bretanha, e por volta de 1947, na França, ao passo que na Suíça, em 1950, os efetivos das indústrias metalúrgicas e mecânicas eram ainda ligeiramente inferiores aos efetivos das indústrias alimentares e têxteis

É fácil verificar-se até que ponto a proporção da mão-de-obra industrial total, representada pelas indústrias alimentares e têxteis e pelas metalúrgicas e mecânicas, tomadas em conjunto, permaneceu estável em todos os países enumerados na tabela V Levando-se em consideração o declínio contínuo da importância relativa do grupo das indústrias alimentares e têxteis, essa estabilidade, que o diagrama II, particularmente, frisa, traduz bem o recuo progressivo do emprêgo, verificado nesse grupo de indústrias e o aumento do emprêgo nas indústrias metalúrgicas e mecânicas

É preciso não esquecer que as flutuações da distribuição da mão-de-obra industrial que acabamos de analisar são de ordem relativa Nos Estados Unidos, por exemplo, em dados absolutos, os efetivos de mão-de-obra das indústrias alimentares e têxteis passaram de um milhão, em 1880, a mais de quatro milhões, em 1947 Durante esse mesmo período, o total da mão-de-obra industrial aumentou num ritmo bastante rápido, porquanto passou de dois milhões a 15 milhões, o que explica a diminuição da proporção da mão-de-obra total ocupada nas indústrias alimentares e têxteis Durante esse tempo, porém, os efetivos do grupo das indústrias metalúrgicas e mecânicas incorporavam-se ainda mais rapidamente, passando de pouco mais de um milhão, em 1880, a perto de seis milhões, em 1947

Por outro lado, uma diminuição dos efetivos em dados absolutos é menos evidente que a das percentagens Por exemplo, o número de trabalhadores das indústrias alimentares e têxteis não sofreu senão uma pequena diminuição na Grã-Bretanha, entre 1931 (2 600 000) e 1951 (2 450 000); porém, proporcionalmente à mão-de-obra total das indústrias de transformação, esta diminuição foi realmente considerável (de 45 a 30 por cento)

A Austrália, o Canadá, a França e a Grã-Bretanha são, entre os países citados na tabela V, os em que a importância relativa dos efetivos das indústrias metalúrgicas e mecânicas aumentou mais fortemente. A maior parte desses países registraram, ao mesmo tempo, diminuição sensível da importância relativa das indústrias alimentares e têxteis. Na Índia, igualmente, pode-se notar o mesmo aumento dos efetivos proporcionais das indústrias metalúrgicas e mecânicas, em detrimento das indústrias alimentares e têxteis, embora seja ela o país menos industrializado e menos desenvolvido de todos aqueles constantes da tabela V. Cabe assinalar, no entanto, que os dados relativos à Índia têm um alcance limitado, porquanto não se referem senão aos estabelecimentos industriais propriamente ditos (usinas etc.), não incluindo o muito importante setor do artesanato.

É de se notar que, nos países onde a mão-de-obra industrial, de modo geral, aumentou rapidamente, no decorrer dos últimos anos — é o caso, notadamente, da Argentina, da Austrália, do Canadá e da República Federal da Alemanha —, o número de trabalhadores ocupados no setor das indústrias alimentares e têxteis tem aumentado desde o período antes-da-guerra, embora a proporção dos efetivos desse setor tenha baixado, sensivelmente.

RELAÇÃO ENTRE A DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA E A DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL ENTRE OS GRANDES SETORES DA ECONOMIA

A ANÁLISE da distribuição da mão-de-obra por setores econômicos adquire maior significação quando se levam em consideração outros fatores econômicos correlatos e, notadamente, o valor comparado da produção em cada setor. Convém, agora, tentar a indicação, em termos gerais, das relações existentes entre a parte de cada um dos três grandes setores da economia na utilização da mão-de-obra total e a sua contribuição na produção líquida nacional¹. As variações do valor líquido da produção por trabalhador refletem certas características fundamentais da economia do país considerado.

Natureza dos dados

A TABELA VI indica a distribuição da mão-de-obra e da produção nacional líquida por setores econômicos (agricultura, indústria e serviços) em países selecionados, no correr de um ano recente. Por essas percentagens, calculamos índices que estabelecem comparações entre a produção líquida por trabalhador, nos setores da indústria e dos serviços e a do setor agrícola. Os dados da tabela VI são ilustrados graficamente pelo diagrama III. Uma vez que os dados da tabela VI não correspondem exatamente aos da mão-de-obra, os índices calculados são apenas aproximações gerais.

¹ A produção nacional representa a parte da produção total dos bens e dos serviços que, num determinado país, serve à consumação final e à formação do capital. É o resultado dos esforços combinados de todos os elementos de produção, empregados no trabalho (mão-de-obra, capital, iniciativa dos empreendedores) e corresponde, pois, à soma de sua remuneração (custo dos elementos); identifica-se, para a unidade do país, à renda nacional.

Para cada setor da economia, a produção nacional líquida apresenta essa mesma dualidade de aspecto. No entanto, por medida de simplificação, identifica-se, geralmente, à produção nacional de um setor ou seu "valor líquido acrescido" do custo dos seus elementos a saber, a soma dos salários, emolumentos, interesses e benefícios, que a produção desse setor tenha suscitado. A soma dos "valores líquidos acrescidos" do custo dos elementos, de cada um dos setores da economia, constitui a produção líquida nacional; é esta a noção utilizada na presente análise. Ela difere da noção de renda nacional líquida no que ela encerra dos rendimentos dos elementos de produção pertencentes a estrangeiros e porque exclui os rendimentos daqueles que pertencem ao país, mas cuja fonte são as operações efetuadas no estrangeiro. Na maioria dos casos, no entanto, essa diferença é praticamente negligenciável.

Se a produção nacional líquida de um país é, geralmente, quase igual ao rendimento nacional e pode, por conseguinte, servir à avaliação do nível de vida da sua população, pode-se, também, avaliar o rendimento e o nível de vida da mão-de-obra de um setor da economia partindo-se da sua produção líquida. De início, com efeito, não se pode calcular a distribuição da mão-de-obra entre os diferentes ramos de atividade econômica senão tomando a principal profissão de cada trabalhador e desprezando os trabalhos acessórios, a tempo parcial, que são para ele fonte suplementar de rendimento, trabalhos esses que podem ser efetuados em outro setor econômico que não o de sua atividade principal. Tomemos, por exemplo: todos sabem que grande número de trabalhadores agrícolas se dedicam a ocupações não agrícolas, durante parte do ano; o rendimento, porém, dessas atividades subsidiárias — que pode, em muitos casos, ultrapassar, em valor, o da profissão principal — está compreendido no valor líquido acrescido, do "setor industrial", ou do "setor dos serviços", ao passo que o beneficiário do rendimento está, geralmente, classificado entre os efetivos do "setor agrícola".

TABELA VI

Distribuição da mão-de-obra e da produção nacional líquida por setores econômicos em certos países

(Em percentagens)

PAÍS	Ano	AGRICULTURA		INDÚSTRIA ¹		SERVIÇOS ¹		PRODUÇÃO LÍQUIDA POR TRABALHADOR, EM RELAÇÃO AO SETOR AGRÍCOLA (Índice 100)	
		Mão-de-obra	Produção nacional líquida	Mão-de-obra	Produção nacional líquida	Mão-de-obra	Produção nacional líquida	Indústria	Serviços
África:									
União Sul-Africana	1946	49	14	21	33	30	53	570	650
América:									
Argentina	1947	27	19	30	29	13	52	130	650
Brasil	1950	61 ²	35	13 ²	18	26	47 ³	240	310
Canadá	1951	19	16	36	38	15	16	130	130
Estados Unidos	1950	13	7	37	40	50	53	190	180
México	1950	61	20	17	21	22	56	450	770
Ásia:									
Índia	1951	74	50	10	17	16	33	260	300
Japão	1954	45	22	22	31	33	17	280	300
Paquistão	1951	79	61	8	6	13	33	110	330
Tailândia	1947	86	69	2	11	12	29	620	350
Europa:									
Alemanha (Rep Fed)	1954	21	11	16	56	33	23	230	190
Áustria	1951	33	15	37	50	30	35	300	260
Itália	1954	41	25	32	10	27	35	210	230
Holanda	1947	20	12	31	36	46	62	180	190
Reino Unido	1951	5	5	19	17	16	48	90	100
Turquia	1950	86	51	7	13	7	33	280	780
Oceânia:									
Nova Zelândia	1951	18	27	35	30	17	43	60	65

¹ As estatísticas da mão-de-obra e da produção nacional líquida não têm exatamente o mesmo alcance; os serviços do gás, da água e da eletricidade estão compreendidos na agricultura, para a mão-de-obra, e nos serviços, para a produção líquida nacional, salvo no caso da Alemanha, dos Estados Unidos, do Japão, da Nova Zelândia e da Turquia, onde esses serviços são classificados da mesma maneira, nas duas séries estatísticas

² As minas e as pedreiras estão compreendidas no setor agrícola

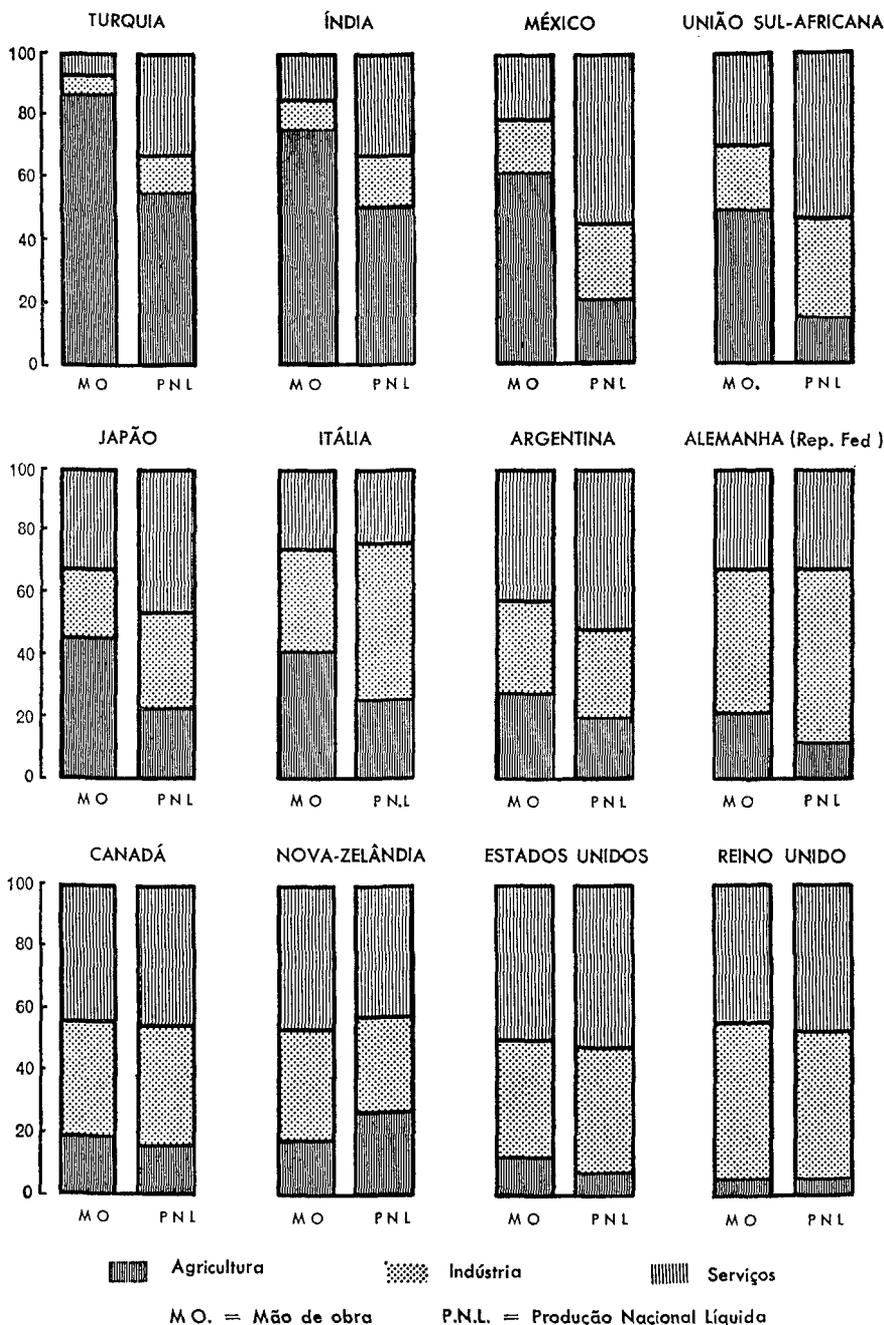
³ Inclusive os diversos suplementos aos salários e emolumentos em todas as indústrias

Com efeito, os dados da tabela foram calculados com base em diversas estatísticas que apresentam entre si certas diferenças no que se refere ao alcance de cada setor. Além disso, os dados da produção nacional líquida não levam inteiramente em consideração a produção destinada à consumação individual do produtor, que é difícil de ser avaliada em termos monetários. Isto pode tornar seriamente falsos os resultados no caso dos países, com grau de desenvolvimento superior ao dos países subdesenvolvidos, onde, no setor agrícola, esse tipo de produção representa uma parte da produção total. Esta parte da produção da mão-de-obra agrícola pode compreender, com efeito, não somente produtos agrícolas propriamente ditos, mas também produtos de artesanato e operações de troca, de transporte e outros serviços, efetuados pelo próprio produtor.

Daí resulta que os dados que indicam a produção líquida, por trabalhador, dos diferentes setores da economia, tendem, no que se referem aos países insuficientemente desenvolvidos, a ampliar exageradamente a desproporção real existente entre a produção líquida por trabalhador do setor agrícola e a produção líquida dos trabalhadores dos dois outros setores. Levando-se em conta essas ressalvas, os dados da tabela VI permitem certas conclusões gerais interessantes.

DIAGRAMA III

Distribuição da mão-de-obra e da produção nacional líquida por setores econômicos (por volta de 1950)



Diferenças entre os setores

ENCONTRA-SE um traço comum em quase todos os países enumerados na tabela VI: a participação da agricultura na produção nacional líquida é nitidamente inferior à proporção da mão-de-obra total que ela ocupa, desproporção essa que é, particularmente, marcada nos países insuficientemente desenvolvidos

Ao contrário, a contribuição combinada dos setores da indústria e dos serviços à produção nacional líquida ultrapassa a mão-de-obra proporcional dos mesmos, em quase todos os países: observa-se o mesmo fato para cada um dos dois setores tomados separadamente, mas em uma medida mais variada. A desproporção é geralmente bem mais forte para o setor dos serviços do que para o da indústria. Resulta desse fato que, na maior parte dos países considerados, a produção líquida por trabalhador é mais elevada no setor dos serviços, notadamente nos países insuficientemente desenvolvidos.

Esta desproporção entre a contribuição à produção nacional líquida e a percentagem da mão-de-obra total empregada é observada, igualmente, na maior parte dos países considerados, no setor da indústria, ainda que ela seja menos forte que no setor dos serviços. Além disso, a importância dessa diferença não tem relação com o nível de desenvolvimento econômico dos diversos países.

A tabela VII apresenta uma tentativa de análise da evolução da distribuição da produção nacional líquida e da mão-de-obra empregada por setores econômicos, nos cinco países, no decorrer dos últimos vinte e cinco anos.

Em todos os casos estudados, a desproporção entre a produção nacional e a dos outros setores diminuiu durante esse lapso de tempo. De modo geral, as diferenças registradas entre o setor industrial e o dos serviços também diminuíram. Este fato pode ser visto como uma tendência geral ao equilíbrio mais pronunciado da estrutura econômica, nos países considerados, contudo, as diferenças da produção líquida por trabalhador entre os três setores ainda são consideráveis. É conveniente observar que as ressalvas indicadas para a tabela VI se aplicam igualmente para a tabela VII, é preciso, ainda, acrescentar que, sendo os dados, em percentagem da produção nacional líquida, exprimidos em preços correntes nas datas consideradas e não em preços fixos, as tendências reveladas perdem um pouco do seu valor, pois as mudanças das relações de preços entre os diversos setores alteram o valor das comparações de um período para outro.

Seria, pois, arriscado tirar-se da tabela VII outras conclusões além das que vimos de indicar.

Significação das diferenças constatadas entre os diversos setores

As diferenças de produção líquida por trabalhador, registradas entre os três setores, têm por origem as diferenças na contribuição prestada pelos elementos empregados na obra (mão-de-obra, quadros de direção e capital) ou as diferenças da taxa dos rendimentos desses elementos.

As primeiras diferenças são particularmente grandes nos países insuficientemente desenvolvidos. A quantidade (e a qualidade) dos capitais empregados por pessoa, notadamente na indústria e nos serviços, é, em geral, sensivelmente maior do que na agricultura, onde o capital investido raramente ultrapassa o valor da terra.

Além disso, o número de horas de trabalho, por ano e por trabalhador, é nitidamente mais elevado na indústria e nos serviços do que na agricultura, em virtude do caráter estacional dos trabalhos agrícolas e do grande número

Segundo ponto, mais importante, ainda, que o primeiro: o valor líquido acrescido, de um setor, é constituído, em parte, por interesses e benefícios que, total ou parcialmente, representam a remuneração do capital investido nesse setor. Os rendimentos da mão-de-obra, desse setor, no entanto, compreendem igualmente os rendimentos dos capitais que podem pertencer a essa mão-de-obra. É evidente que, mesmo em se utilizando de uma classificação mais detalhada que a classificação em três setores, empregada até aqui, dificilmente seria encontrada uma indústria na qual o capital investido equivallesse aproximadamente ao capital possuído pela mão-de-obra. Ademais, o capital investido num setor econômico pode, perfeitamente, pertencer a pessoas economicamente inativas e, por conseguinte, totalmente excluídas da população ativa.

Convém, portanto, a fim de interpretar a análise seguinte, ter em mente os pontos abaixo:

1 A produção líquida de um setor pode ser muito diferente da soma dos rendimentos ganhos pela mão-de-obra desse setor. Não se presta, portanto, à indicação do nível de rendimento dos trabalhadores interessados.

2 A produção líquida é definida em função do valor ou custo dos elementos de produção; pode, portanto, variar entre períodos diferentes, setores econômicos diferentes ou países diferentes, seja em seguida a uma modificação da contribuição dada pelos elementos, seja depois da modificação da taxa dos rendimentos desses elementos.

TABELA VII

Evolução da distribuição da mão-de-obra e da produção nacional líquida, por setores econômicos

(Em percentagens)

PAÍS	Anos	AGRICULTURA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS		PRODUÇÃO LÍQUIDA POR TRABALHADOR, EM RELAÇÃO AO SETOR AGRÍCOLA (Índice 100)	
		Mão-de-obra	Produção nacional líquida	Mão-de-obra	Produção nacional líquida	Mão-de-obra	Produção nacional líquida	Indústria	Serviços
Alemanha (Rep. Fed.)	1936	27 ¹	13	42 ¹	50	31 ¹	37	240	240
	1954	21	11	46	56	33	33	230	190
Estados Unidos	1930	22	8	33	33	45	59	270	360
	1940	19	8	35	35	46	57	240	300
	1950	13	7	37	40	50	53	190	180
Japão	1930	51	17	20	27	29	56	400	580
	1954	45	22	22	31	33	47	280	300
México	1939	67 ²	20	13 ²	24	20 ²	56	610	940
	1950	61	20	17	24 ³	22	56 ³	450	770
Holanda	1930	21	10	39	36	50	54	180	270
	1947	20	12	34	36 ³	46	52 ³	180	190

¹ Ano de 1939

² Ano de 1940

³ Os serviços de gás, da água e da eletricidade estão compreendidos nos "serviços"

de trabalhadores familiares, empregados à base de tempo parcial. Esses elementos quantitativos, que se encontram, aliás, nos países mais desenvolvidos, embora em menor grau de intensidade, explicam uma parte das diferenças que aparecem entre os três setores, no que se refere à produção líquida por trabalhador. A outra parte se explica pela disparidade da taxa de remuneração dos elementos de produção. Os salários, por exemplo, são mais elevados nos setores não agrícolas que na agricultura, mesmo se se leva em conta a carestia da vida nas zonas urbanas.

Além disso — e esse fator exerce uma função ainda mais importante —, a taxa de remuneração do capital empregado na indústria e nos serviços ultrapassa de muito a rentabilidade do capital investido na agricultura.

Qualquer que seja a causa principal, as diferenças observadas nos setores, no que se refere à produção líquida por trabalhador, põem claramente em evidência as variações da rentabilidade do trabalho entre os três setores da economia dos países analisados. Elas podem, pois, servir à indicação do nível do desenvolvimento econômico atingido pelos países considerados, bem como mostrar as perspectivas que permitiriam uma organização mais racional e uma mecanização mais adiantada da agricultura, e, ainda, a necessidade de aumentar os investimentos de capitais, a fim de aumentar a produtividade geral da economia.

ESTUDOS DO LABORATÓRIO DE ESTATÍSTICA

*Divulgados no período de 1.º de janeiro de 1954
a 30 de setembro de 1957(*)*

- A "ESTUDOS DE ESTATÍSTICA
TEÓRICA E APLICADA"
- I *Estatística Demográfica*
- 18 Pesquisas sobre a mortalidade no Brasil
19 Pesquisas sobre a mortalidade no Brasil
(2ª série)
20 Pesquisas sobre a mortalidade no Brasil
(3ª série)
21 Análises críticas de resultados dos censos
demográficos
22 Pesquisas sobre a natalidade no Brasil
(3ª série)
23 A distribuição territorial dos estrangeiros
no Brasil
- II *Estatística Cultural*
- 7 Estudos sobre a alfabetização da popula-
ção do Brasil, baseados no censo demo-
gráfico de 1950 (5ª série)
8 Estudos sobre a alfabetização da popula-
ção do Brasil, baseados no censo demo-
gráfico de 1950 (6ª série)
9 Estudos sobre a alfabetização das crian-
ças no Brasil (1ª série)
10 Estudos sobre a alfabetização das crian-
ças no Brasil (2ª série)
- III *Estatística Comercial*
- 4 Números índices dos preços e das quan-
tidades no comércio exterior (4ª série)
5 Números índices dos preços e das quan-
tidades no comércio exterior (5ª série)
6 Números índices dos preços e das quan-
tidades no comércio exterior (6ª série)
- IV *Estatística da Produção*
- 1 Números índices dos preços e das quan-
tidades em alguns setores da produção
(1ª série)
2 Números índices dos preços e das quan-
tidades em alguns setores da produção
(2ª série)
3 Números índices dos preços e das quan-
tidades em alguns setores da produção
(3ª série)
- 4 Números índices dos preços e das quan-
tidades em alguns setores da produção
(4ª série)
- B "ESTUDOS DE DEMOGRAFIA REGIONAL"
- Contribuições para o estudo da demografia
do Nordeste
Contribuições para o estudo da demografia
do Norte
Contribuições para o estudo da demografia
do Sul
- C COMUNICAÇÕES APRESENTADAS À CON-
FERÊNCIA MUNDIAL DA POPULAÇÃO
(Roma, setembro de 1954)
(Traduções portuguesas publicadas em R B E,
N.ºs 58, 59 e 60)
- ELÍGIO ALVES — A composição por idade da
população do Brasil e de suas diferentes
partes
- ORÊNCIO LONGINO DE ARRUDA GOMES —
Algumas considerações sobre a precisão
dos censos demográficos e das estatísticas
de movimento da população do Brasil
- ERNANI THIMÓTEO DE BARROS — As mi-
grações interiores no Brasil
- A V WIGHTMAN DE CARVALHO — Alguns
aspectos da natalidade no Brasil
- * Especificam-se entre parênteses os casos
em que os estudos inicialmente divulgados em
edição mimeográfica foram posteriormente
publicados em edição tipográfica, sendo usadas
as abreviações E D, E C, E Co e E P., res-
pectivamente, para os volumes das séries de
estatística demográfica, cultural, comercial e
da produção, dos "Estudos de Estatística Teó-
rica e Aplicada"; as abreviações Norte, Nordes-
te e Sul para os volumes da série "Estudos de
Estatística Regional"; T D P para o volume
sobre a fecundidade feminina; as abreviações
R B E para a "Revista Brasileira de Estatís-
tica", R B M para a "Revista Brasileira de Estatís-
tica", B E para o "Boletim Estatís-
tico", todas, publicações do IBGE
- As publicações anteriores do Laboratório
constam de uma relação exposta em o n.º 57
(Ano XV, janeiro/março de 1954, páginas 48
a 52) da "Revista Brasileira de Estatística"

- GIORGIO MORTARA — Nota sôbre a definição da população economicamente ativa
- GIORGIO MORTARA — Métodos para a estimativa da fecundidade de populações sem registro ou com registro incompleto dos nascimentos
- MARCOS VINÍCIUS DA ROCHA — A mortalidade no Brasil
- LABORATÓRIO DE ESTATÍSTICA — A duração média da vida economicamente ativa
- LABORATÓRIO DE ESTATÍSTICA — Ilustração da influência da mortalidade e da natalidade sôbre a composição por idade da população
- D COMUNICAÇÕES À 29ª SESSÃO DO INSTITUTO INTERNACIONAL DE ESTATÍSTICA (Petrópolis, junho de 1955)
- (Publicadas no "Bulletin de l'Institut International de Statistique", tome XXXV, no prelo)
- ERNANI THIMÓTEO DE BARROS — Étude régionale de l'alphabetisation au Brésil basé sur le recensement de 1950
- A V WIGHTMAN DE CARVALHO — La fécondité masculine, selon l'âge et l'activité, dans l'État de São Paulo
- GIORGIO MORTARA — Essai de calcul du taux de reproduction pour l'État de São Paulo
- LABORATÓRIO DE ESTATÍSTICA — Quelques renseignements sur les études de statistique régionale au Brésil
- E CONTRIBUIÇÕES PARA A CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS (Rio de Janeiro, dezembro de 1955)
- (Publicadas em edição preliminar, Rio, IBGE, 1954)
- A V WIGHTMAN DE CARVALHO — Problemas da demografia e dos estudos demográficos no Brasil
- GIORGIO MORTARA — Les études démographiques au Brésil
- GIORGIO MORTARA — Discurso de abertura da Conferência latino-americana de estudos demográficos Discours de clôture de la Conférence Rapport du Directeur sur la Conférence (Rio, I B G E , 1955)
- F COMUNICAÇÕES À 30ª SESSÃO DO INSTITUTO INTERNACIONAL DE ESTATÍSTICA (Stockholm, agosto de 1957)
- ERNANI THIMÓTEO DE BARROS — Contributions à la détermination du niveau de la mortalité au Brésil (Rio, I B G E , 1957)
- GIORGIO MORTARA — Sur les erreurs dans les déclarations des enfants eus (Rio, I B G E , 1957)
- G OUTRAS PUBLICAÇÕES
- A V WIGHTMAN DE CARVALHO — Panorama demográfico brasileiro (Rio, Escola Superior de Guerra, 1956).
- Rapport sur la Conférence d'études sur la démographie de l'Amérique Latine tenue à Rio de Janeiro du 5 au 15 décembre de 1955 ("Le Démographe", n° 3, 1956)
- Review on the "Future Population Estimates by Sex and Age: I Central America (including Mexico), 1950-1980; II South America, 1950-1980", by the Population Branch of the United Nations ("Journal of the American Statistical Association", N° 275, 1956)
- GIORGIO MORTARA — Les études démographiques au Brésil (Rio, I B G E , 1955 — tradução inglesa no prelo — Chicago, 1957)
- Os estudos demográficos no Brasil (Rio, Biblioteca Nacional, no prelo)
- Sur la précision des données démographiques des statistiques brésiliennes (Rio, I B G E , 1954)
- The Development and Structure of Brazil's Population Studies", London School of Economics, 1954)
- Aspectos culturais da evolução e das características demográficas do Brasil (R B E , 62, 1955)
- Aspectos econômicos da composição por idade da população do Brasil (R B E , 71, 1957, no prelo)
- A fecundidade da mulher no Brasil, segundo o censo de 1950 (Rio, I B G E , "Coleção Teixeira de Freitas", 1956)
- La fecondità della donna nei vari gruppi di colore della popolazione brasiliana ("Studi in onore di Corrado Gini", Roma, Istituto di Statistica dell'Università degli Studi, no prelo)
- Sulle unioni coniugali libere in Brasile ("L'Industria", 1957)
- Alcuni effetti economici della diminuzione della mortalità ("L'Industria", 1957)
- Alcuni riflessi economici della diminuzione della mortalità in Italia ("Giornale degli Economisti", marzo-aprile, 1957)
- Nota sôbre a Conferência Mundial da População (Rio, I B G E , 1954)
- Estatística demográfica e demografia nas reuniões internacionais de estatística (R B E , 64, 1955)
- Partite visibili e partite occulte del reddito nazionale ("Mondo Economico", 1955)
- H ESTUDOS DIVULGADOS EM EDIÇÃO MIOGRÁFICA DE 1º DE JANEIRO DE 1954 A 30 DE SETEMBRO DE 1957
- I — "Estudos demográficos"
- 91 A fecundidade feminina no Estado de São Paulo (E D , 22)
- 92 A mortalidade da população natural de São Paulo (SUL)
- 93 Italianos e portugueses no Estado de São Paulo, segundo o censo de 1950 (SUL)
- 94 A fecundidade feminina no Estado de São Paulo, segundo os censos de 1940 e 1950 (SUL)
- 95 Previsões sôbre o desenvolvimento da população do Brasil na segunda metade do século XX

- 96 A ocupação na agricultura no Paraná, segundo os censos demográfico e agrícola (E D , 21)
- 97 A população economicamente ativa do Brasil, segundo o censo demográfico de 1950
- 98 A distribuição da população do Brasil por grandes categorias de atividades, segundo o sexo e a idade
- 99 A distribuição da população do Brasil segundo ramos de atividade, por sexo e grupos de idade
- 100 Tábuas de sobrevivência para o Município de São Paulo, segundo a mortalidade do período 1949-51 (E D , 19)
- 101 A mortalidade da população natural de Pernambuco (NORDESTE)
- 102 A alfabetização das crianças no Brasil (B E , 47; E C , 9)
- 103 Nota sobre o cálculo das migrações interiores baseado nos censos (E D , 21)
- 104 A composição por sexo e idade da população natural de Minas Gerais, segundo o censo de 1950
- 105 A ocupação na agricultura no Brasil segundo os censos demográfico e econômico de 1940 (E D , 21)
- 106 A alfabetização no Estado de São Paulo, segundo o censo de 1950 (E C , 8)
- 107 A alfabetização das crianças em Mato Grosso (E C , 9)
- 108 A alfabetização das crianças na Paraíba (E C , 9)
- 109 Ajustamento das tábuas de sobrevivência para o Município de São Paulo, calculadas segundo a mortalidade do período 1949-51 (E D , 19)
- 110 A alfabetização no Estado de Minas Gerais, segundo o censo de 1950 (E C , 8)
- 111 As atividades da população da região do Nordeste, segundo os censos demográficos de 1940 e de 1950 (NORDESTE)
- 112 A alfabetização das crianças no Paraná (E C , 9)
- 113 A alfabetização das crianças no Estado de São Paulo (E C , 9)
- 114 A alfabetização das crianças no Estado do Rio de Janeiro (E C , 9)
- 115 A mortalidade no Município de São Paulo, segundo grupos de causas de óbito (1939-1941 e 1949) (E D , 19)
- 116 Variações aparentes e variações reais, de 1940 a 1950, na composição segundo a cor da população da região Sul (SUL)
- 117 A composição por sexo e idade da população natural de São Paulo, segundo o censo de 1950 (SUL)
- 118 Estimativas da natalidade no Brasil, segundo as Unidades da Federação (NORTE)
- 119 Influência indireta das migrações sobre a composição e o incremento da população natural dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais (SUL)
- 120 Desenvolvimento, composição e distribuição da população do Brasil
- 121 Italianos no Distrito Federal
- 122 Variações aparentes e variações reais, de 1940 a 1950, na composição segundo a cor das populações da região Leste
- 123 Dados comparativos sobre a composição por sexo e idade da população dos diversos Estados do Brasil (B E , 50; SUL)
- 124 Incremento da população das diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação de 1890 a 1950 (NORDESTE)
- 125 A ocupação na agricultura, segundo os censos demográfico e econômico de 1950 (E D , 21)
- 126 Retificação da distribuição por idade da população do Brasil em 1º de julho de 1950 (E D , 21)
- 127 A alfabetização das crianças no Rio Grande do Sul (E C , 9)
- 128 Distribuição territorial dos italianos no Estado de São Paulo em 1950
- 129 Estimativas de previsão do desenvolvimento da população das Unidades da Federação (NORTE)
- 130 Retificação da distribuição por idade da população do Brasil em 1º de setembro de 1940
- 131 Ensaio de previsão da composição por sexo e idade da população do Brasil em 1º-VII-1955 e em 1º-VII-1960
- 132 A alfabetização das crianças em Santa Catarina (E C , 9)
- 133 Influências da mortalidade e do número dos nascimentos sobre a composição proporcional por idade da população (R B E , 64)
- 134 Variações aparentes e variações reais de 1940 a 1950 na composição, segundo a cor, da população da região Norte (NORTE)
- 135 A alfabetização das crianças em Alagoas (E C , 9)
- 136 A mortalidade, segundo as principais causas de óbito, por sexo e grupos de idade, no Distrito Federal (1949-51) e no Município de São Paulo (1950-51), com um apêndice de comparações internacionais (B E , 51; E D , 20)
- 137 A prolificidade da mulher no Estado de São Paulo, segundo os censos de 1940 e de 1950 (E D , 22)
- 138 Estrangeiros no Distrito Federal (B E , 52)
- 139 A ocupação na agricultura no Paraná, por zonas fisiográficas e Municípios, segundo os censos demográfico e agrícola de 1950 (R B M , 32; E D , 21)
- 140 A mortalidade, segundo as causas, no Distrito Federal e no Município de São Paulo (1952-54) (E D , 20)
- 141 A variação da mortalidade no Interior do Estado de São Paulo de 1939-41 a 1949-51 (E D , 20)
- 142 Migrações interiores entre as regiões fisiográficas (NORTE)
- 143 Estimativa do número dos óbitos para o Brasil (E D , 20)

- 144 A alfabetização das crianças no Pará (E C , 9; NORTE)
- 145 Dados comparativos sobre a composição da população segundo a cor nas diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação (SUL)
- 146 A fecundidade feminina no Estado de Minas Gerais (E D , 21)
- 147 A alfabetização das crianças em Minas Gerais (E C , 10)
- 148 Composição da população do Brasil segundo a cor, por sexo e grupos de idade, em 1950 (SUL)
- 149 Estrangeiros e brasileiros naturalizados no Estado de São Paulo, em 1950 (SUL)
- 150 Distribuição territorial dos italianos presentes no Brasil em 1950 (B E , 53; E D , 23)
- 151 Distribuição territorial dos portugueses presentes no Brasil em 1950 (B E , 53; E D , 23)
- 152 Distribuição territorial dos japoneses presentes no Brasil em 1950 (R B E , 65; E D , 23)
- 153 Distribuição territorial dos espanhóis presentes no Brasil em 1950 (E D , 23)
- 154 A alfabetização das crianças em Pernambuco (E C , 10)
- 155 A composição da população do Brasil, segundo o estado conjugal, em 1950 (B E , 55)
- 156 Nota sobre a composição da população do Brasil segundo a cor, conforme os dados do censo de 1950 (SUL)
- 157 A alfabetização das crianças na Bahia (E C , 10)
- 158 Índícios da frequência das uniões conjugais livres em alguns Estados do Brasil (E D , 22; R B E , 66)
- 159 A alfabetização das crianças no Rio Grande do Norte (E C , 10)
- 160 A composição segundo o estado conjugal dos principais grupos de cor em Minas Gerais, e suas relações com a fecundidade (E D , 22)
- 161 A composição segundo o estado conjugal dos principais grupos de cor em algumas Unidades da Federação, e suas relações com a fecundidade (E D , 22)
- 162 A alfabetização das crianças no Maranhão (E C , 10)
- 163 A alfabetização das crianças no Ceará (E C , 10)
- 164 Nota sobre a composição da população do Brasil segundo a cor, por sexo e grupos de idade, em 1º-VII-1950 (SUL)
- 165 Distribuição territorial dos alemães e dos austríacos presentes no Brasil em 1950 (E D , 23)
- 166 Estimativas do desenvolvimento demográfico dos Municípios das Capitais nos anos de 1950 e 1960 (B E , 55)
- 167 A alfabetização das crianças no Distrito Federal (E C , 10)
- 168 Distribuição territorial dos sírio-libaneses no Brasil em 1950 (E D , 23)
- 169 A fecundidade feminina no Estado da Bahia
- 170 A alfabetização das crianças no Amazonas (E C , 10)
- 171 A fecundidade das mulheres e a sobrevivência dos filhos no Brasil, segundo o censo de 1950 (T D F)
- 172 A alfabetização das crianças em Sergipe (E C , 10)
- 173 A fecundidade das mulheres e a sobrevivência dos filhos nos diversos grupos de cor da população do Brasil (T D F)
- 174 A alfabetização das crianças no Piauí (E C , 10)
- 175 A fecundidade da mulher, segundo o estado conjugal, e a sobrevivência dos filhos na população do Brasil (T D F)
- 176 A fecundidade da mulher e a sobrevivência dos filhos segundo a situação do domicílio (quadro urbano, suburbano ou rural) (T D F)
- 177 Estimativa da população em idade escolar em 1955 e em 1956
- 178 A alfabetização das crianças nos diversos Estados do Brasil (E C , 10)
- 179 A alfabetização das crianças em Goiás (E C , 10)
- 180 A alfabetização das crianças no Espírito Santo (E C , 10)
- 181 Distribuição territorial dos estrangeiros e brasileiros naturalizados no Brasil em 1950 (B E , 56; E D , 23)
- 182 Distribuição territorial dos poloneses presentes no Brasil em 1950 (E D , 23)
- 183 Distribuição territorial dos soviéticos e bálticos presentes no Brasil em 1950 (E D , 23)
- 184 Ensaio de cálculo da taxa de reprodução para a população do Brasil (E D , 22)
- 185 Observações acerca do inquérito sobre o número de filhos tidos pela mulher nos dois últimos censos do Brasil
- 186 A sobrevivência dos filhos tidos pelas mulheres recenseadas, nas populações urbanas e rurais dos Estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul
- 187 A sobrevivência dos filhos tidos pelas mulheres recenseadas, nas populações urbanas e rurais dos Estados da Bahia e de São Paulo
- 188 Considerações acerca das estimativas pós-censitárias da população do Distrito Federal, segundo as circunscrições
- 189 Ligeiras considerações acerca das estimativas pós-censitárias da população dos Municípios (B E , 56)
- 190 Ulteriores considerações acerca das estimativas pós-censitárias das populações do Brasil (B E , 56)
- 191 Incógnitas da mortalidade no Brasil (R B E , 69)
- 192 Distribuição territorial dos húngaros no Brasil em 1950 (E D , 23)
- 193 A população do Brasil, segundo ramos de atividade, por sexo e grupos de idade

- 194 A sobrevivência dos filhos tidos pelas mulheres recenseadas nas populações urbanas e rurais dos Estados de Pernambuco e do Ceará
- 195 A fecundidade feminina no Distrito Federal
- 196 Novas contribuições para a determinação do nível da mortalidade no Brasil (R B E , 69)
- 197 A fecundidade feminina no Estado do Rio Grande do Sul
- 198 A sobrevivência dos filhos tidos pelas mulheres recenseadas, nas populações urbanas e rurais dos Estados da Paraíba e de Santa Catarina
- 199 A alfabetização da população do Brasil, segundo o sexo, a idade e a côr
- 200 Novas contribuições para a determinação do nível da mortalidade no Rio Grande do Sul (R B E , 69)
- 201 A população do Brasil no início de 1957 (B E , 58)
- 202 Novas contribuições para a determinação do nível da mortalidade em Minas Gerais
- 203 A sobrevivência dos filhos tidos pelas mulheres recenseadas nas populações urbanas e rurais dos Estados do Rio de Janeiro e do Paraná
- 204 A mortalidade da população natural do Ceará
- 205 Contribuições para a determinação do nível da mortalidade na Bahia
- 206 A alfabetização das crianças no Brasil, segundo o sexo
- 207 A sobrevivência dos filhos tidos pelas mulheres recenseadas nas populações urbanas e rurais dos Estados de Alagoas e do Rio Grande do Norte
- 208 A mortalidade da população natural do Paraná
- 209 A sobrevivência dos filhos tidos pelas mulheres recenseadas nas populações urbanas e rurais dos Estados do Amazonas e de Goiás
- 210 A sobrevivência dos filhos tidos pelas mulheres recenseadas nas populações urbanas e rurais dos Estados do Maranhão e Mato Grosso
- 211 A sobrevivência dos filhos tidos pelas mulheres recenseadas nas populações urbanas e rurais dos Estados do Espírito Santo e Pará
- 212 Pessoas que falam no lar uma língua estrangeira, no Brasil
- 213 A mortalidade da população natural de Santa Catarina
- 214 A mortalidade da população natural do Amazonas
- 215 A mortalidade da população natural do Pará
- 216 A mortalidade da população natural do Piauí
- 217 A mortalidade da população natural de Goiás
- 218 A mortalidade da população natural do Rio Grande do Norte
- 219 A mortalidade da população natural da Paraíba
- 220 A mortalidade da população natural do Maranhão
- 221 Distribuição dos ocupados em profissões técnico-científicas nos diversos ramos de atividade, em 1950
- 222 A sobrevivência dos filhos tidos pelas mulheres recenseadas nas populações urbanas e rurais dos Estados do Piauí e de Sergipe
- 223 A mortalidade da população natural de Mato Grosso
- 224 A sobrevivência dos filhos tidos pelas mulheres recenseadas nas diversas Unidades da Federação, segundo a situação do domicílio
- 225 A mortalidade da população natural de Sergipe
- 226 A mortalidade da população natural do Espírito Santo
- 227 A mortalidade da população natural do Estado de São Paulo
- 228 A mortalidade da população natural de Pernambuco
- 229 A mortalidade da população natural do Estado do Rio de Janeiro
- 230 Nota sobre a vida média nos diversos Estados do Brasil
- II — 'Estudos sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas'
- 37 Números índices das quantidades e dos preços do produtor dos principais produtos de origem animal nos anos de 1940 a 1952 (E P , 2)
- 38 Números índices das quantidades e dos preços do produtor de 11 produtos da indústria extrativa vegetal nos anos de 1940 a 1952 (E P , 2)
- 39 Números índices das quantidades e dos preços de 24 mercadorias exportadas nos anos de 1939 a 1953 (E Co , 4)
- 40 Números índices das quantidades e dos preços do produtor de 9 produtos da indústria extrativa mineral, nos anos de 1940 a 1952 (E P , 2)
- 41 Números índices das quantidades e dos valores médios unitários de 65 mercadorias importadas nos anos de 1939 a 1953 (E Co , 4)
- 42 Números índices das quantidades e dos preços do produtor dos principais produtos de origem animal nos anos de 1940 a 1953 (E P , 3)
- 43 Números índices das quantidades e dos preços do agricultor de 19 produtos agrícolas nos anos de 1939 a 1953 (E P , 3)
- 44 Números índices sintéticos preliminares da quantidade da produção agrícola em 1954

- 45 Números índices dos preços e das quantidades de 11 produtos da indústria extrativa vegetal nos anos de 1940 a 1953 (E P , 3)
- 46 Números índices das quantidades e dos valores médios unitários de 30 mercadorias do comércio de cabotagem de 1939 a 1952 (E Co , 5)
- 47 Números índices das quantidades e dos valores médios unitários de 42 mercadorias exportadas nos anos de 1939 a 1954 (E Co , 5)
- 48 Números índices das quantidades e dos preços do produtor de 15 produtos da indústria extrativa mineral, nos anos de 1939 a 1953 (E P , 3)
- 49 Números índices das quantidades e dos valores médios unitários de 180 mercadorias importadas nos anos de 1939 a 1954 (E Co , 5)
- 50 Números índices das quantidades e dos valores médios unitários de 30 mercadorias do comércio de cabotagem nos anos de 1939 a 1953 (E Co , 5)
- 51 Números índices das quantidades e dos valores médios unitários, conforme os valores em dólares, de 42 mercadorias exportadas nos anos de 1953 e 1954 (E Co , 5)
- Sem número Tabelas sinópticas dos números índices da produção e do comércio calculados pelo Laboratório
- 52 Números índices das quantidades e dos valores médios unitários, conforme os valores em dólares, de 180 mercadorias importadas nos anos de 1953 e 1954 (E Co , 5)
- 53 Números índices das quantidades e dos preços do produtor de alguns principais produtos de origem animal nos anos de 1940 a 1954 (E P , 4)
- 54 Dados médios anuais para o período 1950-54 sobre algumas produções agrícolas
- 55 Números índices das quantidades e dos preços do agricultor de 19 produtos agrícolas nos anos de 1939 a 1954 (E P , 4)
- 56 Números índices das quantidades e dos preços do produtor de 11 produtos da indústria extrativa vegetal, nos anos de 1939 a 1954 (E P , 4)
- 57 Números índices das quantidades e dos preços do produtor de 15 produtos da indústria extrativa mineral, nos anos de 1939 a 1954 (E P , 4)
- 58 Números índices das quantidades e dos valores médios unitários de 42 mercadorias exportadas nos anos de 1939 a 1955 (E Co , 6)
- 59 Números índices das quantidades e dos valores médios unitários de 30 mercadorias do comércio de cabotagem nos anos de 1939 a 1954 (E Co , 6)
- 60 Números índices das quantidades e dos valores médios unitários de 42 mercadorias exportadas nos anos de 1953 a 1955, conforme os valores em dólares (E Co , 6).
- 61 Números índices das quantidades e dos valores médios unitários de 180 mercadorias importadas nos anos de 1939 a 1955 (E Co , 6)
- 62 Números índices das quantidades e dos valores médios unitários de 180 mercadorias importadas nos anos de 1953 a 1955, conforme os valores em dólares (E Co , 6)
- 63 Esclarecimentos acerca da significação dos números índices das quantidades e dos preços de importação (E Co , 6)
- 64 Números índices das quantidades e dos preços do agricultor de 19 produtos agrícolas nos anos de 1939 a 1955 (E P , 4)
- 65 Números índices das quantidades e dos preços do produtor de 11 produtos da indústria extrativa vegetal nos anos de 1939 a 1955 (E P , 4)
- 66 Números índices das quantidades e dos preços do produtor de 15 produtos da indústria extrativa mineral nos anos de 1939 a 1955 (E P , 4)
- 67 Números índices das quantidades e dos preços do produtor de 13 produtos de origem animal nos anos de 1940 a 1955 (E P , 4)
- 68 Números índices das quantidades e dos preços do produtor de 15 produtos da indústria extrativa vegetal nos anos de 1950 a 1955
- 69 Números índices das quantidades e dos preços do produtor de 22 produtos da indústria extrativa mineral nos anos de 1950 a 1955
- 70 Números índices das quantidades e dos preços do agricultor de 36 produtos agrícolas nos anos de 1952 a 1955

III — Diversos

Primeiros resultados de um inquérito sobre abortos no Distrito Federal

Outros resultados de um inquérito sobre os abortos no Distrito Federal

Nota sobre a legislação cambial brasileira

MORTARA, *Giorgio* — A Fecundidade da Mulher no Brasil — Conselho Nacional de Estatística (IBGE)

COMO quinto volume da Coleção Teixeira de Freitas — série constituída de ensaios sobre temas e problemas brasileiros com base em dados estatísticos oficiais —, o Conselho Nacional de Estatística (IBGE) publicou o trabalho do prof. *Giorgio Mortara*, intitulado "A Fecundidade da Mulher no Brasil"

Trata-se de uma série de breves estudos de caráter expositivo, nos quais o Autor — que é Diretor do Laboratório de Estatística do CNE — analisa, com espírito de síntese, dados referentes à fecundidade da mulher brasileira. Inicialmente, são estudadas a fecundidade da mulher

e a sobrevivência dos filhos, segundo o censo de 1950. Em seguida, os mesmos assuntos são examinados segundo os diversos grupos de cor, as diversas classes de estado conjugal, a distribuição pelas populações urbanas e rurais. O prof Mortara faz, por fim a análise da proclividade da mulher brasileira, num estudo até então inédito.

O volume, que é enriquecido de numerosos gráficos e tabelas estatísticas, obedece à mesma apresentação gráfica dos já publicados na Coleção Teixeira de Freitas; "Problemas de Base do Brasil", de M A Teixeira de Freitas; "Vida e Morte nas Capitais Brasileiras", de Lincoln de Freitas Filho; "A Análise Matemática do Estilo", de Tulo Hostílio Montenegro; e "Geografia dos Preços", de Moacir Malheiros Fernandes Silva.

PUBLICAÇÕES DO CNE NO SEMESTRE

DURANTE o semestre julho/dezembro de 1957, o Conselho Nacional de Estatística editou e distribuiu as seguintes publicações:

Pela Diretoria de Documentação e Divulgação — *O Mundo em Números; Brasil — Present et Futuro; Boletim Bibliográfico*, vol I; *Flagrantes Brasileiros* n.º 8; Monografias municipais de Campo Maior (Piauí), Anápolis (Goiás), 2ª edição, Buquim (Sergipe), Conceição do Mato Dentro (Minas Gerais), Vale do Cariri (Ceará), São João del Rei (Minas Gerais), Russas (Ceará), Parnaíba (Mato Grosso), Território do Acre, Montes Claros (Minas Gerais), Marquês de Valença (Rio de Janeiro), Petrópolis (Rio de Janeiro), Três Pontas (Minas Gerais), Vassouras (Rio de Janeiro), Magé (Rio de Janeiro), Juazeiro (Bahia), Cantagalo (Rio de Janeiro), Picuí (Parnaíba), São Carlo (São Paulo), Dois Córregos (São Paulo), Marília (São Paulo), Lapa (Paraná), Campos, 2ª edição (Rio de Janeiro), Osório (Rio Grande do Sul).

Pela Diretoria de Levantamentos Estatísticos — Inquéritos Econômicos: A Indústria e o Comércio Atacadista, resultados dos meses de janeiro a setembro de 1957; Pessoal ocupado na indústria e no comércio atacadista, segundo as classes de salários — abril e novembro de 1956; Produção industrial, 1955 — Resultados relativos a Pernambuco, São Paulo, Goiás, Ceará, Mato Grosso, Maranhão, Rio Grande do Sul, Paraíba, Piauí, Minas Gerais, Amazonas e Pará.

Pelo Núcleo de Planejamento Censitário — *Elementos de Amostragem Probabilística Aplicada ao Censo* — Documentos Censitários, série D, n.º 7; Aspectos da Economia Agropecuária, 1940/1950 — Região Nordeste; Características econômicas da população.

A Secretaria-Geral lançou, ainda, em miniatura, o Regulamento Interno da JEC.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS Volumes XIV, XXVIII e XXIX

OBEDECENDO ao mesmo alto padrão gráfico dos volumes anteriores, fartamente ilustrados de fotografias e mapas em cores, foram lançados pelo IBGE, durante o segundo semestre de 1957, mais três tomos da "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros".

O Vol XIV inicia a publicação dos verbetes dos municípios, compreendendo os Territórios do Amapá, Rio Branco, Acre e Rondônia, e os Estados do Amazonas e Pará.

No Vol XXVIII estão registrados os municípios do Estado de São Paulo, das letras A até I.

O Vol XXIX inclui ainda os municípios paulistas, das letras J a I.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1957, Ano XVIII Conselho Nacional de Estatística (IBGE)

ENRIQUECIDO com uma série de gráficos, em cores, sobre variados aspectos da vida brasileira, foi lançado em dezembro o *Anuário Estatístico do Brasil*, correspondente a 1957.

Com cerca de 560 páginas, o Anuário está dividido em seis partes, além de um completo índice analítico: situações física, demográfica, econômica, cultural, social e administrativa-política. Sua atualização é a mais completa possível. Na parte demográfica, por exemplo, são apresentadas estimativas da população brasileira, por Unidades da Federação, até o ano de 1960; quanto ao movimento da população, notadamente na parte de imigração, os dados divulgados reportam-se até o ano de 1956.

Na parte dedicada à situação econômica, são publicadas, em numerosos casos, informações já do ano de 1957, como as relativas à produção agrícola, o comércio exterior, o movimento bancário, e outras. O mesmo acontece no capítulo da situação cultural, com as estatísticas do ensino primário e extra-primário.

O *Anuário* dedica ainda extensos capítulos à situação física, situação social (melhoramentos urbanos, assistência médico-sanitária, associações de caridade, asilos e recolhimentos, previdência e assistência social, trabalho), situação administrativa e política (pessoal no serviço público civil federal e na administração municipal, divisão territorial, finanças públicas, segurança pública, repressão, justiça e representação política).

SERRANO, Anselmo Sanz — *Resumen histórico de la estadística en España* — Instituto Nacional de Estadística, Madrid, 1956

COMO parte das comemorações do centenário da criação oficial da estatística espanhola, o INE publicou um trabalho do professor Anselmo Sanz Serrano sobre a evolução histórica da estatística naquele país. Na primeira parte, o autor examina o período anterior a 1856, dedicando capítulos aos levantamentos na época dos romanos, dos árabes, dos reis católicos, de Felipe II, até a primeira metade do século XIX. O período seguinte constitui a segunda parte do volume, e nela são focalizados as atividades oficiais, a partir da criação da Comissão de Estatística, em 1856.

Realizando sua obra com o espírito de síntese exigido no preparo de trabalho de tal categoria, o autor nos oferece uma excelente visão panorâmica das estatísticas não só na Espanha, mas em alguns casos, em toda a península ibérica. Deixando de lado os detalhes, ateuve-se às grandes linhas da evolução da estatística da Espanha, considerada principalmente como instrumento indispensável aos administradores, sob qualquer forma de governo.

BUENO, A S Cunha — *Ângulos Práticos do Municipalismo* — Conselho Nacional de Estatística (IBGE) — 2ª edição

COMO contribuição ao IV Congresso Nacional de Municípios, realizado recentemente nesta capital, o Conselho Nacional de Estatística (IBGE) lançou, entre outras publicações, uma segunda edição do trabalho do Sr Antônio Sylvio Cunha Bueno, intitulado "Ângulos práticos do municipalismo".

O volume enfeixa vários trabalhos. O primeiro é a tese aprovada no último Congresso Ibero-Americano de Municípios e que será discutido no VI Congresso Interamericano de Municípios, a realizar-se no Panamá, sobre a criação de bancos municipais. O segundo trabalho é um documentário sobre a mensagem do governador Jânio Quadros à Assembléia Legis-

lativa, propondo a transformação da Secretaria do Governo em Secretaria do Interior, com a criação do Departamento de Assistência aos Municípios.

O livro reúne ainda um circunstanciado parecer sobre os Convênios Nacionais de Estatística Municipal, apresentado na Assembléia Legislativa de São Paulo; um estudo sobre o Municipalismo e a reforma constitucional; e um plano de sugestões para a promoção e coordenação da defesa dos interesses municipais.

SILVA, Moacyr M F — *Geografia dos Preços* — Conselho Nacional de Estatística (IBGE)

O AUTOR realiza, neste trabalho, uma exposição objetiva sobre os preços de determinadas mercadorias e suas variações, defendendo a tese de que não decorre dos transportes ferroviários, no país, o encarecimento dos gêneros alimentícios.

O livro está dividido nos seguintes capítulos: 1 A geografia dos preços e as curvas isotômicas; 2 Posição do Brasil em matéria de estradas de ferro; 3 Transporte de gêneros alimentícios nas estradas de ferro; 4 Transportes remunerados de animais e de mercadorias em geral; 5 Percursos médios gerais; 6 Percursos médios de gêneros alimentícios; 7 Confronto entre fretes ferroviários e preços no varejo de alguns gêneros alimentícios; 8 Evolução dos fretes ferroviários e dos preços no varejo; 9 Aumentos máximos (percentuais) dos fretes ferroviários e dos preços no varejo; 10 As nossas ferrovias em face da área total das propriedades rurais (agrícolas e pecuárias); 11 Tem o Brasil a rede ferroviária de que precisa?; 12 Planejamento dos transportes ferroviários; 13 Conclusões.

O volume é enriquecido de vários gráficos e numerosas tabelas estatísticas, bem como de um esquema das ferrovias que servem às seguintes capitais: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Niterói e Vitória.

Faz parte, este livro, da Coleção Teixeira de Freitas.

O RECENSEAMENTO DA CHINA

Métodos e principais resultados

Trabalho reproduzido, "data venia", da revista "Population", do Instituto Nacional de Estudos Demográficos de França, n.º 4, ano 11, (outubro/dezembro de 1956) A tradução é de Maria Helena Grünewald Miglitch.

O GOVÉRNO da República Popular da China efetuou, em 1953, um recenseamento geral da população, que constitui o primeiro censo verdadeiro e completo, como jamais fôra realizado nesse país, apesar das múltiplas tentativas anteriores

Em *Population*¹ foram publicados os principais resultados desse recenseamento; faltavam, porém, informações sobre o método seguido para verificar essa população

Essa lacuna foi preenchida por um artigo, publicado em russo, no *Le Messager de la Statistique*, maio de 1955, periódico mensal do Serviço Central de Estatística da URSS

Reproduzimos integralmente esse texto, depois de havermos acrescentado subtítulos que facilitem a leitura, assim como breves comentários, em seguimento ao artigo

OS TEMPOS ANTIGOS

As primeiras notícias sobre o montante da população chinesa referir-se-iam ao século XXIII antes da nossa era (13,5 milhões de habitantes por volta de 2 205 ou 2 275 antes da nossa era) Perto de 1 115 antes da nossa era, essa população teria sido sensivelmente da mesma grandeza; por cêca de 212, porém, teria sido somente de 10 milhões É impossível determinar a natureza e a variação dos territórios aos quais êsses resultados se podem referir O conhecimento do montante da população era útil para a determinação dos impostos, a satisfação das exigências militares e a execução das obras públicas (grande muralha, grande canal navegável de 1 700 quilômetros, diques, fortificações urbanas etc)

A existência de censos, efetuados para êsses fins, é revelada por documentos históricos (notadamente do século IV ao século II antes da nossa era) No decorrer da longa história da China a evolução das bases das imposições e da submissão aos trabalhos coletivos trouxe mudanças permanentes nas condições de recenseamento da população

Por vêzes foram contados apenas os homens adultos aptos ao trabalho: assim, em 1 066, recenseavam-se 14,2 milhões de famílias e 20,5 milhões de indivíduos As camadas privilegiadas da população não eram habitualmente incluídas

O SISTEMA "BAO TSIÁ"

Os dados do período de existência do sistema "Bao Tsiá" são do maior interesse. Esse sistema foi definitivamente introduzido a partir de 1644 As famílias eram grupadas em "dezenas" — dez dezenas reunidas em uma "centena" (tsia), dez centenas formando um "milhar" (bao) Os milhares estavam reunidos em circunscrições governamentais locais À frente de cada um desses grupos mantinha-se um "eleito" responsável pela execução da parte de trabalhos coletivos e do controle demográfico Esse controle comportava a anotação dos movimentos da população (nascimentos, mortes, casamentos, migrações) e a di-
fusão desse movimento junto ao escalão superior Foi assim estabelecido um fichário da população

Uma prancheta de madeira, fixada à porta da residência de cada família, trazia o nome do chefe da família, suas ocupações, a composição da família, a idade dos membros, e era mantida em dia

Êsses dados eram, além disso, transcritos e trazidos em dia, em duas séries de documentos guardados pelas "centenas" e pelos "Governos locais"

Quatro vêzes por ano, os representantes dos "milhares", auxiliados pelos das "centenas", verificavam os dados, levando em conta tôdas as modificações sucedidas nas famílias

Os Governos locais centralizavam os resultados numéricos e os apresentavam aos Governadores de província, que, por seu lado, prestavam informações anuais ao Governo central

Os primeiros resultados assim centralizados foram obtidos por volta do ano 1740 da nossa era (143 milhões de habitantes) Foram assim postos em dia quase todos os anos, até 1850 (430 milhões de habitantes)

¹ Outubro/dezembro de 1954, pág. 744 a 746

Esses recenseamentos referiam-se aos territórios "internos": as províncias cercadas ao norte e noroeste pela Grande Muralha da China Compreendiam também províncias "externas": a Mongólia, a Mandchúria, o Sin-Kiang, e a oeste, o Tibet Nas províncias externas, a noroeste, recenseavam-se somente as famílias

Efetivo da população da China interna (intramuros), segundo os resultados oficiais dos recenseamentos do sistema "Bao Tsia":

Média dos anos	1750-51	—	179	milhões
" "	" "	" "	1760-61	— 198 "
" "	" "	" "	1770-71	— 214 "
" "	" "	" "	1780-81	— 278 "
" "	" "	" "	1790-91	— 303 "
" "	" "	" "	1800-01	— 296 "
" "	" "	" "	1810-11	— 352 "
" "	" "	" "	1820-21	— 354 "
" "	" "	" "	1830-31	— 395 "
" "	" "	" "	1840-41	— 413 "
" "	" "	" "	1849-50	— 429 "

Verifica-se pelos resultados anuais detalhados que variações artificiais do número de habitantes se produziram por vezes de um ano para outro, devido à ausência de informações para certos territórios, às correções sobre os resultados anteriores, às superestimações de governadores, que visavam a fazer aparecer suas províncias em melhor posição

Considerando todas as insuficiências possíveis do sistema, os resultados revelam um crescimento geral da população de 1750 a 1850, nitidamente mais rápido na segunda metade do século XVIII: período mais calmo, não ainda perturbado pelas lutas que conduziram ao desmoronamento do sistema feudal

Depois de 1850, em consequência da impossibilidade para o poder central, de reunir resultados demográficos de conjunto, existem apenas dados heterogêneos, nem sempre abrangendo os mesmos territórios:

1860	—	260	milhões de habitantes
1882	—	381	" " "
1902	—	440	" " "
1912	—	354	" " "

AVALIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

ULTERIORMENTE, estimativas aproximadas foram feitas por diversos órgãos: a Diretoria das Alfândegas Marítimas estima 426 milhões de habitantes em 1923, 439 em 1927, 426 em 1931. Os serviços postais centralizam as informações recolhidas pelos escritórios locais: 428 milhões de habitantes em 1919, 486 em 1925. A diretoria do Monopólio do Sal estabeleceu uma estimativa segundo o consumo do sal nas diferentes províncias

Em 1928 o Governo de Nanquim tentou efetuar um recenseamento. O Ministro dos Negócios Interiores, em 27 de maio de 1928, decretou a realização de um recenseamento que se estendeu por três meses. Não havia, então, nenhum serviço estatístico. A organização do recenseamento coube ao departamento da polícia: estava previsto um impresso por família,

com perguntas sobre o nome de família, o sexo, o parentesco com o chefe da família, a idade, a data e o lugar de nascimento, o regime de casamento, a filiação ao Kouo-Mi-Tang, a duração da estada no local de residência, a profissão, a religião, a duração da escolaridade, as enfermidades. Além dessas indicações previstas para cada indivíduo, havia outras, formuladas à família, sobre o número de crianças em idade escolar (6 a 13 anos) e o número de adultos aptos ao serviço militar (20 a 40 anos)

Em consequência da ausência de qualquer preparação, as tentativas de direção das operações de recenseamento fracassaram desde o início. O papel dos serviços centrais se limitava à definição geral do trabalho e ao exame dos resultados

O preparo, o preenchimento das operações, as totalizações parciais por circunscrições eram entregues à iniciativa dos órgãos que procediam a todas as mudanças possíveis na estrutura dos questionários e na conduta das operações

De fato, o censo apenas permite estimar o número de famílias, o número de homens e de mulheres. As outras perguntas ficavam sem respostas ou inexploráveis

As operações se prolongaram por 1928 e 1929; em algumas regiões nem foram realizadas. Foram recenseados 212 milhões de habitantes

Em 1931, o Ministério dos Negócios Interiores, completando esses resultados das informações administrativas, publicou duas estimativas da população: 475 milhões em fevereiro e 453 em outubro

Publicou ulteriormente outras estimativas:

1934	—	466	milhões
1936	—	479	" "

NECESSIDADE DE UM VERDADEIRO RECENSEAMENTO

As condições necessárias à organização científica de um recenseamento demográfico só foram preenchidas após a formação da República Popular Chinesa

O Serviço estatístico central da República, baseando-se em fontes administrativas, estimou a população em 564 milhões em fins de 1951. O Ministério dos Negócios Interiores avaliou em 575 milhões em fins de 1952, não compreendidos os chineses que residiam no estrangeiro

Esses resultados, nitidamente mais elevados que as estimativas anteriores, não eram suficientes às necessidades da planificação política e econômica e dos serviços encarregados da instrução e da saúde (composição da população por idade, sexo, nacionalidade). Ademais, as verificações efetuadas nas cidades revelavam a existência de uma subestimação da população, ainda maior que a suscetível de existir nos campos

Também o Comitê Central do Partido Comunista chinês e o Governo Chinês tomaram a decisão de proceder, antes das eleições gerais, a um recenseamento geral da população de

acôrdo com um programa de trabalho bem definido

A planificação do recenseamento, confiada ao serviço central de estatística, começou em fins de 1952. O Serviço inspirou-se nos precedentes soviéticos (recenseamento de 1939), adaptando-os ao meio chinês. Essa planificação realizou-se em estreita ligação com o Ministério dos Negócios Interiores, ao qual cabia a organização das eleições dos "representantes populares".

O mecanismo do recenseamento, ratificado pelo Conselho de Estado do Governo, foi publicado e largamente comentado na imprensa, que insistiu notadamente sobre a utilidade dos resultados para a preparação das eleições e os planos de construção econômica e cultural.

O programa inicial foi simplificado ao máximo, tendo em vista as condições práticas de existência da população chinesa.

As indagações sobre o grau de instrução foram excluídas, por que era difícil definir o grau de instrução. O mesmo se deu com as questões de ordem profissional, tanto mais que estas informações eram supérfluas para a organização das eleições; o direito de voto fôra cassado somente aos alienados e a uma quantidade insignificante de indivíduos condenados por julgamento.

Foi decidido limitar o recenseamento à população residente, inclusive os indivíduos

temporariamente ausentes, podendo tal operação estender-se por um período mais longo e exigir menor número de agentes que o recenseamento da população presente num momento determinado.

O recenseamento das pessoas temporariamente ausentes, entretanto, suscita dificuldades importantes: — numerosas famílias tendem a incluir membros da família que já se encontram definitivamente ausentes. Pode ocorrer, então, que esses membros sejam recenseados duas vezes (isto se verifica em todos os países); mas, na China, o culto dos ancestrais e a moral confucionista fazem considerar como ofensa toda infração às regras de submissão aos antepassados e, por conseguinte, qualquer omissão de pessoa da família, ausente ou presente.

Assim, a fim de permitir e, também, controlar a inscrição das pessoas ausentes da família, no formulário A do recenseamento, estava este dividido em duas partes. O lado direito devia compreender os membros da família que viviam habitualmente no domicílio, incluindo as pessoas temporariamente ausentes. O lado esquerdo era reservado aos parentes que viviam habitualmente fora da família. Os membros da família inscritos no lado esquerdo do formulário não deviam ser incluídos no censo e as inscrições do lado esquerdo não eram submetidas à exploração dos resultados por família.

MODELO DO FORMULÁRIO "A"

Centros urbanos*

Centros rurais

Província — cidade — bairro

Província — distrito

Rua

Número

Comuna

Aldeia

MEMBROS DA FAMÍLIA QUE VIVEM HABITUALMENTE FORA					PESSOAS QUE VIVEM HABITUALMENTE NO DOMICÍLIO					Natureza das informações	
Composição da família**					(1 pessoa por coluna)						
Número total de pessoas que vivem fora:					Número total de pessoas que residem no domicílio:						
Homens	etc	3	2	1	Homens	etc	4	3	2	1	
Mulheres					Mulheres					Chefe de família	
											Parentesco com o chefe da família
											Nome e sobrenome
											Sexo
											Idade
											Nacionalidade
											Observações

* A colocação das diferentes cidades e aldeias na hierarquia administrativa das circunscrições geográficas (Províncias, Distrito etc) é muito variável, segundo sua importância demográfica e considerações históricas.

** Em escrita chinesa, cada linha é escrita da direita para a esquerda; isso explica as condições materiais de apresentação das casas do formulário.

Estava prevista a inclusão, entre os residentes, dos indivíduos temporariamente ausentes numa missão ou viagem, em visita a parentes ou amigos, ausentes por negócios ou trabalho temporário. Entre as pessoas que viviam fora, deviam incluir-se os alunos dos

internatos escolares e os soldados alojados nos centros militares. A ausência "temporária" da residência habitual não devia exceder de seis meses.

Pessoas que não tinham residência habitual eram recenseadas no local de presença.

Ainda que só para definir o estado de presença, foi determinada uma data precisa para o recenseamento: às 24 horas da noite de 30 de junho a 1º de julho de 1953. Tal medida jamais fora tomada na China. Não era questão de fazer executar o censo num tão curto espaço de tempo e sim de verificar a situação da população naquela data: excluindo as pessoas nascidas posteriormente, incluindo as pessoas mortas posteriormente.

Por exceção e em consequência da duração das operações dos recenseamentos, as pessoas afastadas de suas residências, após a data fixada, e que vinham instalar-se definitivamente em outros locais, deviam ser levadas em conta, se não tivessem sido anteriormente recenseadas³. O controle dessas prescrições era facilitado pela existência de um sistema de controle administrativo das mudanças de domicílio, que implicava na entrega de comprovantes, mesmo por ocasião de uma mudança num mesmo bairro.

Além do formulário A, reservado às famílias, o recenseamento previa um formulário B, para as coletividades, regimentos e núcleos isolados. Esse formulário não compreendia a parte reservada aos membros ausentes.

COMPOSIÇÃO POR SEXO

Por motivos históricos, a composição das famílias, por sexo, tem na China grande importância.

Os controles efetuados em diversas épocas atestavam a existência de um número de homens superior ao de mulheres, diferença que teria sido provocada pela insuficiência do número de crianças do sexo feminino.

Até a Revolução, porém, segundo um costume feudal, pessoas do sexo feminino de famílias pobres, tomadas, desde a infância, como domésticas por famílias abastadas, não tinham nome; além disso, em certas regiões, segundo ainda aqueles costumes, as mulheres de uma família não tinham nome e eram chamadas "mulher ou mãe de fulano".

³ A fim de facilitar a utilização do recenseamento para as operações eleitorais.

Por ocasião do recenseamento e das eleições gerais, esse costume foi modificado e pela primeira vez essas mulheres receberam nome por ocasião das eleições. Também, para evitar qualquer omissão de tais pessoas, na questão "sexo" dos formulários do recenseamento, os termos "homem" ou "mulher" não deviam ser objeto de nenhuma abreviação e para a inscrição sucessiva de duas mulheres as aspas ou as fórmulas de repetição tais como "idem" não deviam ser usadas.

COMPOSIÇÃO POR IDADE

ONTEM relativo à idade apresentava também uma complexidade particular na China.

A idade correspondente ao número de anos decorridos do nascimento à data do recenseamento. Ora, segundo um costume popular, julga-se que o recém-nascido já tenha vivido um ano completo. Ademais, os anos não se contam do dia do nascimento, mas do primeiro dia de cada ano civil. Assim, uma criança nascida na véspera de Ano Novo terá um ano de idade no dia do seu nascimento e dois no dia seguinte. Depois, os anos seguintes serão contados por ano completo do calendário, do primeiro dia do ano civil ao último.

Além disso, a população utiliza ainda, em certas regiões, um calendário lunar "estilo antigo", onde cada ano é definido segundo os sinais cíclicos (ano do dragão, ano do tigre etc).

Enfim, o período contemporâneo (de 1851 a 1911) compreende eras sucessivas:

Era de Hien-fong	11 anos	1851-1861
" " T'ongtché	13 anos	1862-1874
" " Kouang-sin	34 anos	1875-1908
" " Siuan-t'ong	3 anos	1909-1911

A fim de facilitar o cálculo da idade, os agentes do recenseamento foram munidos de uma tabela especial que continha a inscrição sucessiva de todos os anos de 1853 a 1953, segundo o calendário universal, o sistema das eras, os sinais do calendário lunar, o processo chinês de determinação da idade, a indicação do número de anos decorridos a partir do nascimento ou o ano e mês do nascimento.

Eis aqui um resumo:

ANO		Segundo os sinais do calendário lunar: Ano do:	Idade definida segundo o costume chinês (em anos)	QUANTOS ANOS COMPLETOS DECORRERAM DESDE A DATA DO NASCIMENTO	
Segundo o calendário universal	Segundo a era chinesa			Quando o dia do nascimento é anterior a 12 horas da noite do dia 30 do 6º mês	Quando o dia do nascimento é posterior a essas 12 horas
1953	—	Serpente	1	Menos de 1 ano	—
1952	—	Dragão	2	1	Menos de 1 ano
1951	—	Lebre	3	2	1
1902	28º ano da era de Kouang-sin	Tigre	52	51	50
1901	27º ano da era de Kouang-sin	Touro	53	52	51
1870	9º ano da era de T'ongtché	Cavalo	84	83	82
1853	3º ano da era de Siuan-t'ong	Touro	101	100	99

NACIONALIDADE E ADAPTAÇÃO LOCAL

PARA a nova lei eleitoral era dado aos cidadãos das minorias nacionais a inteira possibilidade de escolher seus representantes nos órgãos do poder. Por conseguinte, para determinar o número de representantes das diferentes minorias, seria necessário conhecer a distribuição dos indivíduos por nacionalidade. A questão do formulário A sobre a "nacionalidade" devia atender a essa necessidade: a nacionalidade era definida pelos próprios cidadãos. Na hipótese de casamentos mistos, a nacionalidade dos filhos era determinada pelo interessado que tivesse pelo menos 18 anos, ou por seus pais.

Os formulários foram traduzidos nas línguas das minorias e nos casos de necessidades particulares, o plano geral do recenseamento foi modificado, a fim de adaptá-lo às circunstâncias locais (essas derrogações atingiam aproximadamente uma população de 8 milhões de habitantes).

A pedido das autoridades locais, no Tibet, em alguns distritos da província de Sin-Kiang e outras, os formulários por família não foram utilizados e a data tomada em consideração para as deduções foi a da execução do recenseamento.

PLANIFICAÇÃO DO RECENSEAMENTO

Os trabalhos de preparo do recenseamento previram a distribuição do território em circunscrições eleitorais e de recenseamento. Simultaneamente foi efetuada a escolha dos agentes censitários, por entre os trabalhadores das coletividades locais, das empresas, ou alunos e membros das instituições de ensino. Também foram efetuados ensaios de recenseamento.

Com o auxílio da organização assim constituída, foram escolhidos "ativistas" por entre os habitantes de cada quarteirão urbano, para certo número de explorações rurais.

Esses "ativistas" foram submetidos a um estágio e contribuíram para a organização de listas preparatórias de todos os habitantes de sua circunscrição. Tais listas deveriam ser completadas, no começo do recenseamento, com a data de nascimento de cada indivíduo.

As circunscrições de recenseamento foram habitualmente as circunscrições eleitorais, definidas pelas autoridades locais. Pareceu preferível, por vezes, dividir cada circunscrição eleitoral em várias circunscrições de recenseamento.¹

No escalão local, os trabalhos de preparação não foram, em toda parte, terminados para o 1º de julho; o recenseamento foi então adia-

do até o término dos mesmos. Além disso, em algumas regiões, grandes inundações perturbaram, simultaneamente, o recenseamento e as eleições.

Todavia, os resultados fizeram sempre referência à 0 hora do dia 1º de julho.

EXECUÇÃO DO RECENSEAMENTO

A ESCOLHA, pelos agentes censitários, dos meios de execução ficou a critério das autoridades locais, segundo as condições concretas do local. Assim, nas cidades, a existência de comitês de rua, bem organizados, permitiu proceder ao registro da população em bases fixas bem definidas. Nos subúrbios e, sobretudo, nos centros rurais, entretanto, foi muitas vezes necessário proceder ao registro por etapas, em consequência da dificuldade de fazer comparecer a população aos locais de registro, nas zonas de povoação dispersa.

Um importante trabalho de divulgação foi efetuado pelos "ativistas": eles visitaram as famílias, ajudaram cada uma a organizar a lista dos habitantes, a calcular a idade de cada indivíduo e, em presença de analfabetos, eles mesmos preencheram os formulários. Depois da execução dessas tarefas preparatórias, no dia do recenseamento, "convidaram" os habitantes a comparecer aos locais de recebimento dos formulários. Os habitantes atenderam freqüentemente, trazendo nas mãos as listas preenchidas, em companhia dos "ativistas".

Os agentes censitários, conversando com eles, esclareceram pontos ainda obscuros, permitindo respostas exatas aos formulários.

Os "ativistas" certificaram-se do comparecimento dos habitantes nos locais de registro.

Foram dadas instruções para a execução obrigatória de uma verificação por amostragem, quanto à qualidade e cobertura da coleta censitária.

No conjunto, o recenseamento foi terminado no decorrer do primeiro trimestre de 1954.²

Dois milhões e meio de pessoas tomaram parte na sua execução.

CRÍTICA E CONTAGEM

A CRÍTICA por amostragem foi efetuada sobre 53 milhões de habitantes ou seja 9% da população recenseada por formulário. Resultou em 1,39% de indivíduos recenseados duas vezes e 2,25% de indivíduos omitidos.

A crítica dos resultados foi efetuada "manualmente" no escalão local. As sùmulas relativas às cidades de dependência central ou provincial e aos distritos foram efetuadas por pessoal qualificado.

Os quadros de resumo por distrito foram elaborados distintamente por zonas rurais e urbanas.

¹ Em Xangai, uma circunscrição eleitoral tinha em média de 6 000 a 7 000 habitantes, em vez de 1 000 a 1 500 para uma circunscrição de recenseamento.

² Todavia, em uma província, foi concluído no 4º trimestre de 1954, por motivo de dificuldades locais.

RESULTADOS

Os resultados gerais foram publicados em 1º de novembro de 1954 pelo serviço estatístico central

A população total recenseada em 1º de julho de 1953 eleva-se a 602 milhões de habitantes, dos quais 574 milhões por formulário de família, 28 milhões por outros meios. Entre esses últimos, 8,4 milhões foram objeto de uma estimativa pelos poderes locais, nas circunscrições de minorias nacionais

O número de chineses que viviam no estrangeiro (11,7 milhões) foi determinado segundo informações do comitê encarregado de defender os interesses da população chinesa que se achava no estrangeiro

Sobre o conjunto de população recenseada por formulário, contava-se 51,8%⁶ de homens e 48,2% de mulheres

Sobre o mesmo conjunto, o número de indivíduos de 18 anos e mais atinge 58,9%⁷. A população de 80 a 99 anos de idade compreende 1 851 000 pessoas⁸ e 3 384 pessoas têm 100 anos e mais. A idade mais elevada encontrada, foi de 155 anos⁹

Por nacionalidade, a população assim se divide:

Chineses	547,3 milhões	— 93,9%
Minorias	35,3	" — 6,1%

Entre outros, em milhares:

Tibetanos	2 776
Mao	2 551
Mandchus	2 419
Mongóis	1 463
Coreanos	1 120

⁶ Na França, no recenseamento de 1954, a população presente compreende 48,8% de indivíduos do sexo masculino (nota do tradutor)

⁷ Mais de 72% na França, em 1954 (nota do tradutor)

⁸ 1 851 000 sobre 582 milhões de habitantes ou seja 0,3%, enquanto que na França, em 1954, sobre perto de 43 milhões de indivíduos contavam-se mais de 834 000 pessoas de 80 anos e mais ou seja 1,9% (nota do tradutor)

⁹ As idades muito elevadas, acima de 100 anos, não podiam ser tomadas como verdadeiras, nos países onde não se definia o estado civil, antes de 1850. Ver P. Vicent, "La mortalité des vieillards" *Population*, abril-junho de 1951 (nota da redação)

Ainda sobre o conjunto recenseado por formulários, a população urbana representa 13,3% ao todo

Entre as cidades, pode-se citar:

Pequim	2 768 000 habitantes
Tien Tsin	2 694 000 "
Xangai	6 204 000 "

O êxito desse recenseamento é um testemunho evidente das conquistas da estatística na China atual

COMENTÁRIOS

A LEITURA desse artigo mostrará, mesmo aos leigos, quais as dificuldades que devem ter vencido as autoridades chinesas, para atingir o objetivo desejado. Se não é possível julgar o grau de exatidão dos resultados obtidos, certo é que eles são muito mais precisos que os de todas as avaliações e coletas censitárias até então tentadas

Se se deduz do total apresentado, o de chineses no estrangeiro, obtém-se uma população de 590 milhões, segundo a definição usual de "habitantes". Esses 590 milhões compreendem 8 milhões de formosanos e 582 milhões de continentais

A baixa proporção de mulheres recenseadas faz supor que o resultado encontrado é, talvez, ligeiramente inferior à realidade

A China é, há muito, o país do mundo que possui maior população (Índia, 375 milhões; URSS, 200 milhões)

A proporção dos maiores de 18 anos, 58,9%, é um pouco mais elevada que a encontrada, em geral, em populações semelhantes (Coréia, Índia etc.) Contudo, é possível hajam ocorrido omissões, relativas a crianças, sobretudo meninas

A proporção das pessoas muito idosas não deve apresentar grande significação. A publicação detalhada da população por idade e por sexo permitirá retificar certas anomalias

Lembremos que a natalidade foi, segundo uma apuração, avaliada em 37 por 1 000, e a mortalidade em 17 por 1 000, pelas autoridades chinesas. Esses dois resultados estão, sem dúvida, aquém da realidade

O crescimento rápido da população preocupa alguns membros do governo e levou a propor a limitação de nascimentos; não parece existir ainda, contudo, sobre o assunto, unidade de doutrina

ORÊNCIO LONGINO DE ARRUDA GOMES

(do Laboratório de Estatística)

CONSIDERAÇÕES SÔBRE AS TÁBUAS DE MORTALIDADE ITALIANAS

O PRESENTE estudo tem por finalidade efetuar um resumo das principais características dos métodos de cálculo empregados na construção das diversas tábuas de mortalidade italianas¹

As tábuas de mortalidade italianas, construídas oficialmente até hoje, foram as seguintes:

1) 1876-87, baseada no recenseamento de 31/XII/1881 e no número de mortos no período 1876-87, construída por Perozzo²;

2) 1881-82, baseada no recenseamento de 31/XII/1881 e no número de mortos no período 1881-82, que foi uma reconstrução da tábua anterior efetuada por C Gini e L Galvani³;

3) 1899-902, baseada no recenseamento de 10/II/1901 e no número de mortos no período 1899-902, construída por Beneduce⁴;

4) 1899-902, reconstrução da tábua anterior, efetuada por C Gini e L Galvani⁵; baseada nos mesmos dados fundamentais citados anteriormente;

5) 1901-10, baseada nos recenseamentos de 10/II/1901 e de 10/VI/1911 e no número de mortos no período 1901-10, construídas, respectivamente, por G Mortara⁶ e T Bagni⁷;

6) 1910-12, baseada nos recenseamentos de 10/II/1901 e 10/VI/1911 e no número de mortos no período 1910-12, construído também por T Bagni⁸;

7) 1910-12, reconstrução da tábua anterior efetuada por C Gini e L Galvani⁹ e baseada

no recenseamento de 10/VI/1911 e no número de mortos no período 1910-12;

8) 1921-22, baseada no recenseamento de 1º/XII/1921 e no número de mortos no período 1910-12, construída por C Gini e L Galvani⁷;

9) 1930-32, baseada no recenseamento de 21/IV/1931 e no número de mortos no período 1930-32, construído por L Galvani⁸;

10) 1935-37, baseada no recenseamento de 21/IV/1936 e no número de mortos no período 1935-37, construída por A Mirri⁹

A TÁBUA de 1876-87 foi construída para o conjunto do Reino da Itália para cada um dos sexos em separado e para o conjunto da população

Os dados brutos utilizados para construção de tal tábua, apresentavam erros grosseiros de declaração de idade

Para o seu cálculo não foi levado em conta o movimento migratório e foram desprezados os números de vivos e de mortos em idades ignoradas

O método empregado naquela época, para a determinação dos quocientes de mortalidade, foi, naturalmente, rudimentar

Assim, para a determinação dos cinco primeiros quocientes de mortalidade empregaram-se as seguintes fórmulas:

$$q_0 = \frac{d_0(1874-87)}{n_{(1874-87)}}$$

onde o numerador representa o número de mortos menores de um ano de idade nos anos

¹ Tratar-se-á, apenas, das tábuas construídas para o conjunto do país e não das construídas para as Regiões, que foram elaboradas de acordo com os mesmos métodos das correspondentes tábuas nacionais

² *Movimento dello Stato Civile*, Ano XXXVI, 1887, pg. 65, Roma, 1889.

³ *Annali di Statistica*, Serie VI, Vol VIII

⁴ *Movimento della Popolazione*, 1902

⁵ *Annali di Statistica*, Serie V, Vol VII

⁶ *Annali di Statistica*, Serie V, Vol X

⁷ *Annali di Statistica*, Serie VI, Vol VIII, já citado

⁸ *Annali di Statistica*, Serie VII, Vol I

⁹ *Tavole di Mortalità della Popolazione Femminile Italiana*, 1935-37

de 1874 a 1887 e o denominador o número de nascimentos no mesmo período;

$$q_1 = \frac{d_1(1875-87)}{n(1874-88) - d_0(1874-86)}$$

onde o numerador representa o número de mortos de um ano de idade no período 1875-87 e o denominador a diferença entre o número de nascimentos no período 1874-86 e o número de mortos de 0 anos de idade no mesmo período, que foi considerada como o número de sobreviventes a um ano de idade no período 1875-87;

$$q_2 = \frac{d_1(1876-87)}{n(1874-86) - d_0(1874-85) - d_1(1875-88)}$$

onde o numerador representa o número de mortos de dois anos de idade no período 1876-87 e onde o denominador foi considerado como a número de sobreviventes a dois anos de idade no mesmo período;

$$q_3 = \frac{d_2(1877-87)}{n(1874-84) - d_0(1874-84) - d_1(1875-85) - d_2(1876-86)}$$

e assim também para o cálculo de q_4

Como se pode observar, com a aplicação de tal método, não se levou em conta que os mortos de 0 anos de idade em um determinado ano não provêm todos dos nascidos no mesmo ano e também que os mortos de 1, 2, 3, anos de idade em um determinado ano não provêm somente dos sobreviventes verificados à idade de 1, 2, do mesmo ano. Também cada q^x assim determinado se refere a um diverso período de observação

Tal processo de cálculo foi justificado pelo autor, considerando que o erro relativo assim cometido seria pequeno em virtude de ser grande o número de anos do período de observação e por ser mínimo o movimento migratório referente às crianças

Para o cálculo dos quocientes de mortalidade, de 5 a 60 anos, as taxas médias de mortalidade para cada classe quinquenal de idade foram obtidas calculando-se a razão entre o número médio de mortos verificado em cada classe quinquenal de idade e o número de vivos observados na correspondente classe. Tais quocientes foram considerados como as probabilidades de morte no ano central das classes de idade. De 60 a 87 anos, as taxas quinquenais de mortalidade foram, entretanto, obtidas pela fórmula de Becker:

$$q_x = \frac{dx}{V_x + \frac{dx}{2}}$$

Obtidos assim os quocientes de mortalidade para as idades centrais de 7, 12, 17, 87 anos, os quocientes para as idades intermediárias a estas foram obtidos por interpolação.

Os quocientes de mortalidade para as idades intermediárias às idades de 4 a 12 anos, foram obtidos por meio de interpolação de uma parábola de 2º grau que passasse pelos

pontos correspondentes às idades de 4, 7 e 12 anos anteriormente obtidos.

De 12 a 87 anos os quocientes de mortalidade foram obtidos por interpolação linear entre os quocientes de cada duas idades centrais consecutivas anteriormente calculados

Finalmente, os quocientes de mortalidade para as idades de 88 anos e mais, foram obtidos por extrapolação linear, adotando-se a mesma razão de crescimento que a verificada entre as idades de 82 e 87 anos

COM a finalidade de retificar a tábua construída para 1876-87, anteriormente citada, foi construída¹⁰ uma outra tábua de sobrevivência aproveitando-se os mesmos dados brutos anteriormente citados. Entretanto, foram tomados apenas os anos de 1881 e 1882 como período de observação dos casos de morte

Para o cálculo de tal tábua, efetuou-se preliminarmente uma retificação dos dados brutos existentes

A população recenseada para o conjunto do país foi distribuída em classes anuais de idade de 0 a 9 anos completos; depois foram constituídas uma classe bienal de 10 a 11 anos, uma trienal de 12 a 14 e classes quinquenais a partir de 15 anos

Entretanto, para as capitais das províncias e dos distritos, a população recenseada foi classificada por classes anuais de idade. Dêste modo, puderam-se observar os erros de concentração nas idades terminadas em 0 e em 5 existentes na distribuição por idade da população recenseada em 1881

Para a correção de tais erros, efetuou-se, preliminarmente, um agrupamento quinquenal (0 a 4 anos) e agrupamentos decenais de idade, a partir da idade de 5 anos, da população recenseada no conjunto das capitais dos distritos. Efetuada, para cada sexo, a retificação de tais grupos de idade, efetuou-se então a retificação das classes de idade correspondentes ao conjunto da população do país, proporcionalmente aos dados assim obtidos

TAIS retificações foram efetuadas tomando-se por hipótese que as atrações exercidas pelas idades terminadas em 5 se estendam até a um ano e meio depois e a um ano e meio antes de tais idades e admitindo-se que em um breve intervalo as classes anuais de idade dos vivos variam linearmente

Para corrigirem os dados brutos das primeiras dez classes anuais de vivos, preliminarmente substituiu-se a classe de 5 anos de idade pela média das classes de 4, 5 e 6 anos e distribuiu-se o excesso da classe de 5 anos em relação a tal média em partes iguais entre as classes de 4 e 6 anos. A seguir, para corrigirem as últimas dessas classes de idade, diminuídas em virtude da atração da idade de 10

¹⁰ Por C. Gini e L. Galvani "Tavole di Mortalità della Popolazione Italiana", *Annali di Statistica*, Série VI, Vol VIII, já citado

anos, efetuou-se uma interpolação gráfica entre as idades de 7 e 12 anos para o sexo masculino e as de 8 e 12 anos para o feminino, de modo que a soma dos dados interpolados fôsse igual à soma dos dados verificados

Finalmente, para corrigirem os erros verificados em virtude das declarações errôneas do ano de idade iniciado e não do ano de idade completo, que foram observados no censo de 1881, pelos quais a população recenseada ficou aparentemente envelhecida de meio ano ¹¹, cada classe anual de idade foi substituída pela média aritmética calculada entre a própria classe e a sucessiva, a partir da classe de 2 anos ¹²

A divisão das classes decenais de idade dos vivos, em classes anuais, foi efetuada preliminarmente por intermédio de interpolação de uma parábola do 2º grau para cada três classes decenais de idade consecutivas, de modo que a soma dos valores interpolados em cada classe decenal fôsse igual ao total observado na correspondente classe decenal, e determinou-se a ordenada e a derivada correspondente ao ano central de cada classe decenal intermediária. Depois, em cada duas classes decenais consecutivas ajustou-se uma parábola do 5º grau de modo a conservar para cada duas classes o montante dos vivos observados e de ter nos pontos centrais das duas classes decenais as mesmas ordenadas e derivadas anteriormente calculadas

Finalmente, em tais parábolas, as ordenadas correspondentes às idades compreendidas entre os pontos centrais de duas classes decenais consecutivas, foram tomadas como os valores retificados das classes anuais de idade, naquele intervalo

Determinados assim os valores correspondentes às classes anuais de idade dos vivos, de 10 anos em diante, a diferença encontrada entre a soma das primitivas classes decenais e a soma das classes anuais de todo o intervalo interpolado foi distribuída entre estas últimas, proporcionalmente aos valores calculados

Distribuindo-se os indivíduos de idade ignorada entre as classes de vivos de idade conhecida, proporcionalmente aos valores destas, obteve-se a distribuição por ano de idade dos vivos

Um procedimento diverso foi seguido para a divisão das classes quinquenais dos mortos em classes anuais

Preliminarmente, os mortos de idade ignorada foram distribuídos entre as classes quinquenais de idade dos mortos em idade conhecida, proporcionalmente aos valores destas

Como já foi dito, tomou-se como número médio dos mortos, a média aritmética dos mortos verificados nos anos de 1881 e 1882

As classes anuais dos mortos foram obtidas por interpolação das primitivas classes

quinquenais para as idades de 10 a 44 anos completos e das classes decenais, nas idades seguintes, de modo análogo ao seguido para a distribuição dos vivos, enquanto que para as 10 primeiras classes anuais de idade, foram utilizados os dados brutos apresentados no "Movimento della Popolazione"

Determinadas as classes anuais de vivos e de mortos, obtiveram-se as probabilidades de morte aplicando-se método idêntico ao usado pelos mesmos autores para a construção da tábua de 1921-22 e que será descrito sumariamente quando se tratar de tal tábua ¹³

A TÁBUA de 1899-902 foi construída ¹⁴ separadamente para cada um dos dois sexos e para o conjunto dos dois sexos

Os dados fundamentais utilizados foram os vivos observados no recenseamento de 10 de novembro de 1901 e os mortos verificados nos anos de 1899 a 1902

Para transferir a população recenseada em 10 de fevereiro para a data de 1º de janeiro de 1901 (data mediana do período de observação dos mortos), procedeu-se do seguinte modo

Preliminarmente, efetuou-se uma classificação por idade dos mortos entre 10 de fevereiro e 1º de janeiro de 1901; as crianças mortas até 40 dias depois do nascimento foram classificadas segundo o número de dias vividos; formou-se um outro grupo das crianças mortas entre 40 e 365 dias de vida. Daí por diante os mortos em tal período foram classificados por classes anuais de idade até a idade de 25 anos e por classes quinquenais, dessa idade em diante

Do primeiro grupo de mortos (classificados por número de dias vividos), calcularam-se 1/40 dos que viveram um dia, 2/40 dos que viveram dois dias, 3/40 dos que viveram três dias e assim sucessivamente até a quota de 40/40 (portanto, o total) dos que viveram quarenta dias. A soma destas parcelas com o total dos mortos verificados entre 10 de fevereiro e 1º de janeiro em idades de 40 a 365 dias foi tomada como o número de mortos com menos de um ano de idade, durante tal período que eram vivos em 1º de janeiro. Ajuntando-se a este número o número de nascimentos no ano de 1900, obteve-se o número de vivos menores de um ano de idade em 1º de janeiro de 1901

Assim também, ajuntando-se ao número de vivos na data do censo — provenientes da geração nascida em 1899 —, o número de mortos em um ano de idade nos primeiros 40 dias de 1901, obteve-se o número de vivos em um ano de idade em 1º de janeiro de 1901. Do mesmo modo procedeu-se para as outras idades

No censo de 1901, os vivos foram classificados por anos de idade até a idade de 14 anos; depois foram constituídas as classes de

¹¹ Segundo os estudos de Benini, "Elementi di Statistica Metodologica"

¹² Isto porque para o cálculo de q_0 e q_1 foi aplicado o método direto para o qual não é necessário o conhecimento do número de recenseados de 0 e 1 ano de idade

¹³ Veja-se o parágrafo 8

¹⁴ Por Beneduce "Tavole di Sopravvivenza e Calcolo della Vita Media e della Vita Probabile"; Movimento della Popolazione, 1902 Roma, 1904

15 a 17, 18 a 20 e 22 a 24 anos; e finalmente foram constituídas classes quinquenais de idade a partir de 25 anos

O quociente de mortalidade para a idade 0, foi obtido calculando-se a razão entre a média anual dos mortos no período 1899-902, menores de 1 ano de idade, e a média dos nascimentos ocorridos nesse período, transferidos respectivamente para 1º de janeiro dos anos de 1899, 1900, 1901 e 1902 (Assim, por exemplo, o número de nascimentos transferidos para 1º de janeiro de 1899 foi obtido pela semi-soma do número de nascimentos ocorridos nos anos de 1898 e 1899)

Do mesmo modo procedeu-se para o cálculo dos quocientes de mortalidade para as idades de 1, 2, 3 e 4 anos

De 5 a 14 anos de idade os quocientes de mortalidade foram obtidos relacionando-se a média dos mortos verificados em cada idade x , com o número de vivos nessa idade calculado segundo a fórmula: $\bar{V}_x = \frac{1}{2}(V_{x-1} + V_x)$; onde \bar{V}_x representa o número calculado de vivos na idade x e V_x , V_{x-1} representam o número observado de vivos respectivamente nas idades x e $x-1$.

De 15 a 49 anos de idade foram calculados os quocientes médios de mortalidade para os grupos de idade (grupos de 3, 4 e 5 idades), conforme foi classificada a população recenseada, relacionando-se a média anual de mortos de cada grupo de idade ao número de vivos do grupo de idade correspondente

Entretanto o cálculo dos quocientes médios de mortalidade para os grupos de idade de 50 anos e mais, foi efetuado pela aplicação da fórmula de Becker, já citada¹⁵

Obtidos deste modo os quocientes médios de mortalidade para as idades centrais de cada grupo de idade, os quocientes de mortalidade para as idades intermediárias foram obtidos mediante a interpolação de parábolas do 3º grau

De 90 anos em diante, os quocientes de mortalidade foram obtidos fazendo-se a hipótese de que tanto o número de mortos como o de vivos decrescessem segundo uma progressão geométrica cuja razão fôsse igual à verificada entre o grupo de 85 a 89 anos e o de 90 a 94

TAMBÉM com a finalidade de reconstruir a tábua de sobrevivência citada no parágrafo anterior, foi realizado novo cálculo¹⁶ (com base nos mesmos dados fundamentais anteriormente citados), para a tábua de 1899-902

Para a construção desta nova tábua de sobrevivência, diversamente da anterior, os vivos e os mortos em idade ignorada foram distribuídos proporcionalmente entre as classes de vivos e de mortos em idades conhecidas

Foram mantidos o mesmo período de observação dos mortos (1899-902) e a mesma

distribuição por classes de idade da população, anteriormente calculada para 1º/I/1901

As classes anuais de idade dos vivos de 0 a 9 anos e de mais de 94 anos consideradas, foram as mesmas que as da tábua anterior, salvo (como já foi dito) as adições correspondentes à distribuição proporcional dos vivos em idades ignoradas entre as classes de vivos em idades conhecidas

Entretanto, de 10 a 94 anos, as classes anuais de idade dos vivos foram obtidas pela cisão das classes polienais, segundo o método empregado pelo mesmos autores para a construção da tábua de 1921-22 e que será posteriormente descrito¹⁷

Como médias das classes anuais de idade dos mortos no quadriênio de observação, foram utilizadas as mesmas calculadas para a tábua anterior nas idades de 0 a 9 anos e de 85 e mais anos, salvo, também, as adições correspondentes à distribuição proporcional dos mortos em idade ignorada

Para as idades de 10 a 84 anos as classes anuais de idade dos mortos foram obtidas pela cisão das classes polienais, de modo idêntico ao efetuado para os vivos¹⁸

O cálculo dos quocientes de mortalidade q_0 e q_1 foi efetuado pelo método direto, utilizando-se o número de nascimentos observados no período de 1897 a 1902 e o número de mortos menores de 1 ano verificado no referido período

De 2 a 75 anos, os quocientes de mortalidade foram obtidos pela já citada fórmula de Becker¹ e para as idades superiores, por intermédio de interpolação de uma hipérbole, idênticamente à que foi efetuada, pelos mesmos autores, para a construção da tábua de 1921-1922¹⁹

Com base nos dados sobre os vivos verificados nos recenseamentos de 10/II/1901 e de 10/VI/1911 e no número médio dos óbitos verificado no decênio 1901-10 foi construída²⁰ uma tábua de mortalidade geral para cada um dos dois sexos

Para a construção dessa tábua, tomou-se como número médio de vivos no decênio 1901-1910 o que foi estimado pela Direção Geral de Estatística (cerca de 0,995 da média aritmética observada entre a população calculada para 12/I/1901²¹ e a recenseada em 10/VI/1911)

Os óbitos ocorridos nos anos de 1901 a 1905 estavam classificados por anos de idade apenas para as primeiras cinco idades e por classes quinquenais nas sucessivas. Entretanto, para o período de 1906 a 1910 havia a classificação dos óbitos por anos de idade até a

¹⁷ Veja-se o parágrafo 8

¹⁸ Veja-se o parágrafo 2

¹⁹ Veja-se o parágrafo 8

²⁰ Por G. Mortara "Tavole di mortalità, secondo le cause di morte, per la popolazione italiana (1901-10)" *Annali di Statistica*, Série V, Vol VII, já citado

²¹ O cálculo da população em 1º/I/1901 foi esclarecido no parágrafo 4

¹⁵ Veja-se o parágrafo 2

¹⁶ Por C. Gini e L. Galvani "Tavole di Mortalità della Popolazione Italiana", *Annali di Statistica*, Série VI, Vol VIII, já citado

idade de 14 anos. Por este motivo, achou-se conveniente cindir as classes quinquêniais de 5 a 9 e 10 a 14 anos do período de 1901 a 1905, em classes anuais, na mesma proporção que a verificada no período de 1906 a 1910.

Os cinco primeiros quocientes de mortalidade foram determinados calculando-se a razão entre o número médio anual de mortos em cada idade x e o número de sobreviventes no início dessa idade, calculado segundo as estatísticas do movimento da população.²²

Para levar em consideração o *deficit* ocorrido nesses cinco primeiros anos de idade, em virtude do movimento migratório, tomou-se por hipótese que em cada ano de idade o excesso dos emigrados sobre os imigrados fôsse de 3 000 crianças (metade de cada sexo), e que este excesso se distribuisse uniformemente em cada classe anual de idade.

As probabilidades de morte assim calculadas para as cinco primeiras idades foram multiplicadas por 1,013 para corrigirem-se os erros ocorridos por não ter sido levado em conta, no cálculo primitivo, os mortos de idade ignorada.

Para as idades compreendidas entre o 5º e o 15º aniversário, as probabilidades de morte foram calculadas pela fórmula de Becker já citada.²³ Posteriormente, os valores assim obtidos foram multiplicados por 1,020 não só para se corrigirem os erros decorrentes da diferença entre a população média do decênio e a média dos censos, como a diferença entre o número total de mortos e o número de mortos de idade conhecida.

Para as idades de 15 a 60 anos as probabilidades de morte foram calculadas do mesmo modo para as classes quinquêniais de idade e corrigidas na medida acima indicada. Os valores obtidos foram considerados como probabilidade de morte nas idades centrais das respectivas classes quinquêniais de idade. Entretanto, antes de efetuarem-se tais cálculos, o número de vivos do sexo masculino foi corrigido de modo a atenuar os erros ocorridos pelo *deficit* migratório.

Para as idades de 60 a 90 anos as probabilidades de morte também foram calculadas pela mesma fórmula e por grupos quinquêniais de idade, atribuindo-se ao ano central das classes quinquêniais os resultados obtidos. Tais resultados foram multiplicados por determinados coeficientes de correção de modo a atenuar os erros cometidos ao se considerar, nessas idades, as probabilidades de morte obtidas como as do ano central do quinquênio.²⁴ como também para atenuar os erros já citados para as outras idades.

Para as idades de 57, 62 e 82 anos, as probabilidades de mortes anteriormente calculadas foram modificadas de modo a corrigirem-se os erros decorrentes das errôneas declarações de idade dos mortos e dos recenseados, os

quais acarretavam uma elevação das probabilidades de morte nas idades terminadas pelo algarismo 2 e uma diminuição nas terminadas pelo algarismo 7.²⁵

As idades superiores a 90 anos foram agrupadas em uma só classe e a probabilidade de morte para ela calculada, depois de multiplicada pelo fator de correção 1,02, foi considerada como a da idade de 92 anos.

Para a determinação das probabilidades de morte nas idades intermediárias aos anos centrais dos quinquênios, no intervalo de 15 a 42 anos, efetuou-se um ajustamento gráfico, o qual acarretou também pequenas modificações dos valores anteriormente calculados para as idades centrais. De 42 a 87 anos tomou-se por hipótese que as probabilidades de morte crescessem, em cada intervalo quinquenal, e de ano para ano, em progressão geométrica, e com base nessa hipótese, por intermédio de uma interpolação linear dos logaritmos dos valores fixados para as idades centrais, foram determinados os valores correspondentes a cada idade. Para as idades de 93 anos em diante adotou-se a razão geométrica de incremento calculada para o intervalo compreendido entre as idades de 87 e 92 anos.

AINDA com base nos dados sobre os vivos verificados nos recenseamentos de 10/II/1901 e de 10/VI/1911, foram construídas²⁶ outras duas tábuas de sobrevivência: uma com base no número médio de vivos calculado para a data central do período 1901-910 e no número médio dos óbitos verificados nesse período e a outra com base no número médio dos vivos calculados para a data central do período 1910-1912 e no número médio de óbitos verificado em tal período.

Para a construção dessas duas tábuas, foi empregado o mesmo método de cálculo.

A determinação da distribuição por classes anuais de idade, da população média no decênio 1901-10 e no triênio 1910-12, foi efetuada do seguinte modo.

Foram utilizados os mesmos dados sobre os vivos do censo de 10/II/1901 transferidos para a data de 1º/I/1901, obtidos para a construção da tábua primitiva de 1899-902, conforme foi descrito no parágrafo 4, fazendo-se, entretanto, a distribuição dos vivos em idades ignoradas, proporcionalmente entre as classes de vivos em idades conhecidas.

Como já foi dito, a distribuição por classes de idade da população recenseada em 1901 foi feita em classes anuais de 0 a 4 anos e daí por diante em classes quinquêniais, com exceção do intervalo de 15 a 24 anos que estava

²² Tal método foi empregado com o objetivo de evitar os erros verificados nessas idades nos dados do censo.

²³ Veja-se o parágrafo 2.

²⁴ Para as idades anteriores a 60 anos não se julgou necessário efetuarem-se tais correções em virtude de serem insignificantes os erros assim cometidos nessas idades.

²⁵ Tais modificações foram efetuadas tomando-se como probabilidade de morte em cada uma dessas idades a semi-soma entre o valor anteriormente calculado para essa idade e a média geométrica dos valores calculados diretamente para as idades anterior e posterior a tal idade.

²⁶ Por T. Bagni "Tavole di Mortalità e Tavole Monetarie Basate sulle Statistiche Italiane del Dodicennio 1901-1912", *Annali di Statistica*, Série V, Vol. X, já citado.

subdividido nas classes de 15 a 17, 18 a 20 e 21 a 24 anos. Estas últimas classes foram substituídas por duas classes quinquenais de idade (15 a 19 e 20 a 24), por intermédio da interpolação de uma parábola do 2º grau, pelo método das somas.

Os vivos observados no censo de 10/VI/1911 estavam distribuídos por classes anuais de idade de 0 a 4 anos e por classes quinquenais de 5 a 99 anos.

Para a distribuição dos vivos de idade ignorada entre as diversas classes de idade, foi feita uma verificação em cada um dos questionários do censo das pessoas que não declararam a idade. Por tal verificação conseguiu-se (pelas respostas aos outros itens do questionário, como: estado civil, profissão etc) classificar tais pessoas em grandes grupos de idade (0 a 10 anos, 5 a 20, e 20 a ∞). Então, essas pessoas foram distribuídas entre tais grupos de idade, proporcionalmente às correspondentes classes de idades conhecidas. As pessoas para as quais não foi possível determinar a idade presumível foram também distribuídas proporcionalmente entre todos os grupos de idades conhecidas.

Obtida, do modo acima, a classificação por grupos quinquenais de idade da população em 1º/I/1901 e em 10/VI/1911, calculou-se a população média, por grupos de idade, para o decênio 1901-10 e para o triênio 1910-12, por intermédio de uma interpolação geométrica, aplicando-se o segundo método de Waters.

Os óbitos ocorridos nos anos de 1901 a 1912 foram classificados em grupos quinquenais de idade de 0 a 99 anos. Entretanto, no período de 1901 a 1904 os óbitos de 90 e mais anos foram agrupados em uma só classe. Tal classe foi dividida em três subclasses (90 a 94, 95 a 99 e 100 e mais), proporcionalmente aos valores verificados para as classes correspondentes no período de 1905 a 1912 (cujos dados eram conhecidos).

Antes de se efetuar a distribuição entre os óbitos em idades conhecidas dos óbitos em idades ignoradas, eliminaram-se deste grupo de óbitos aqueles correspondentes às vítimas do terremoto de 1908.

A DISTRIBUIÇÃO por sexo das vítimas do terremoto (16 958 pessoas na Calábria e 60 325 na Sicília) foi efetuada calculando-se preliminarmente a proporção existente entre os dois sexos no censo de 1901 e no de 1911, em cada uma das regiões atingidas. A seguir efetuou-se uma interpolação linear de tais proporções, entre essas duas datas, para se determinar a provável proporção entre os dois sexos existente no ano de 1908 em cada uma das populações atingidas. Com base nesta proporção, dividiram-se por sexo os mortos no terremoto.

Também por interpolação linear das proporções existentes entre cada classe de idade e o total das pessoas recenseadas em 1901 e em 1911, em cada uma das regiões citadas, efetuou-se a distribuição por classes de idade dos mortos no terremoto.

Deste modo pôde-se calcular o número normal de mortos em idade ignorada no ano de 1908. Estes foram distribuídos proporcionalmente entre as classes de mortos em idade conhecida de 40 anos e mais.

Obtidas as distribuições dos vivos e dos mortos por classes quinquenais de 0 a 99 anos, foi efetuada então a cisão de tais classes em classes anuais de idade.

A divisão das classes quinquenais de idade dos vivos e dos mortos em classes anuais foi efetuada interpolando-se, preliminarmente, pelo método das somas, uma parábola do 2º grau, em cada três classes quinquenais consecutivas de idade, a partir da classe de 5 a 9 anos. Obtiveram-se assim os valores correspondentes às idades centrais dos quinquênios (12, 17, 22, ..., 97 anos). A última classe de idade considerada foi de 100 a ∞, considerada como classe quinquenal.

Assim determinados os números médios dos vivos e dos mortos nas idades centrais dos quinquênios, determinaram-se, pela fórmula de Becker já citada²⁷, as probabilidades de morte nas idades de 12, 17, 22, ..., 92 anos. As probabilidades de morte nas idades intermediárias foram obtidas das precedentes, mediante a interpolação de parábolas do 3º grau que passassem por cada 3 pontos consecutivos dos q_x anteriormente obtidos e que tivessem a mesma tangente nos pontos de intersecção das mesmas.

Os cinco primeiros quocientes de mortalidade (q_0, q_1, \dots, q_4), foram calculados pelo método direto, para cuja aplicação os mortos foram distribuídos por anos de idade mediante interpolação de uma parábola do 2º grau, e do mesmo modo foram distribuídos por ano de nascimento.

Para o cálculo dos q_x nas idades de 5 a 11 anos de idade, efetuou-se a interpolação de uma parábola de 4º grau que passasse pelos q_3, q_7, q_{12}, q_{17} e q_{18} , anteriormente obtidos.

As probabilidades de morte nas idades posteriores a 92 anos foram obtidas mediante a interpolação de uma parábola do 4º grau que passasse por quatro pontos anteriormente determinados ($q_{80}, q_{81}, q_{82}, q_{83}$ para o sexo masculino, e $q_{91}, q_{92}, q_{93}, q_{94}$ para o sexo feminino) e pelo ponto $q_w=1$, onde w representa a mais alta idade atingida pelos recenseados.

A RECONSTRUÇÃO²⁸ da tábua de 1910-12 foi efetuada com base na distribuição por classes de idade da população recenseada em 10 de junho de 1911, obtida preliminarmente por Bagni, e não naquela calculada como média do período considerado, por interpolação geométrica²⁹. Isto é, aceitou-se a distribuição dos vivos de idade ignorada entre as classes de idade conhecida, efetuada anteriormente, mas achou-se conveniente tomar a população re-

²⁷ Veja-se o parágrafo 2.

²⁸ Realizada por C. Gini e L. Galvani "Tavole di Mortalità della Popolazione Italiana", *Annali di Statistica*, Série VI, Vol VIII, já citado.

²⁹ Veja-se o parágrafo anterior.

censeada em 10/VI/1911 como a população média do triênio de observação dos mortos

Do mesmo modo que para a tábua primitiva, não foi levado em conta o movimento migratório, por falta de dados sobre este movimento

Também foi utilizada a mesma distribuição por classes de idade dos mortos obtida para a construção da tábua anterior, com a única diferença de que os mortos de idade ignorada foram distribuídos proporcionalmente entre todas as classes de mortos de idade conhecida e não apenas entre as classes de 40 e mais anos, como foi feito para o cálculo da tábua anterior

Os outros procedimentos de cálculo foram idênticos aos seguidos pelos mesmos autores para a construção da tábua de 1921-22³⁰, com a diferença de que não foi levado em conta o movimento migratório e de que foram utilizadas as classes de idade dos vivos de 2 a 9 anos observadas no censo de 1911, sem se efetuar sobre estas nenhuma retificação³¹

THATAR-SE-Á, a seguir, da construção³² da tábua de mortalidade do período 1921-22, cujo método de cálculo foi, tanto quanto possível, o empregado pelos mesmos autores para a reconstrução das tábuas de 1881-82, 1899-902, 1910-12, citadas anteriormente

Os dados fundamentais utilizados foram os dados sobre os vivos recenseados em 1º de dezembro de 1921 e os dados sobre os mortos no biênio 1921-22

No censo de 1921 os vivos foram distribuídos em classes anuais de idade de 0 a 20 anos e em classes quinquenais de 21 a 99 anos, enquanto que os mortos foram distribuídos em classes anuais de idade de 0 a 14 anos e em classes quinquenais de 15 a 99 anos

Preliminarmente, os vivos e os mortos de idade ignorada foram distribuídos proporcionalmente entre as classes de vivos e de mortos em idade conhecida. Tal distribuição foi efetuada para cada uma das Regiões, tomando-se para o conjunto da população do país a soma das parcelas assim obtidas

Para transferir os dados sobre os vivos verificados no censo de 1º/XII/1921 para a data de 31/XII/1921 (data mediana do período de observação dos mortos), procedeu-se do seguinte modo

O incremento da população entre 1º e 31 de dezembro de 1921 foi calculado com base nos dados sobre nascimentos, mortes e migrações ocorridos em tal período

Tal aumento da população (28 539 pessoas) foi dividido, entre os dois sexos, em medida proporcional aos totais de cada sexo, observados no censo

³⁰ Do que se tratará no parágrafo seguinte

³¹ Do que se tratará no parágrafo seguinte

³² Por C. Gini e I. Galvani "Tavole di Mortalità della Popolazione Italiana", *Annali di Statistica*, Série VI, Vol VIII, já citado

Para distribuir tal incremento por grupos de idade, procedeu-se de modo diferente

Para as oito primeiras classes anuais de idade dos vivos, provenientes dos nascidos nos anos de 1914 em diante (período afetado pela guerra de 1914), os incrementos foram calculados separadamente

Preliminarmente dividiram-se os mortos em dezembro de 1921 por anos de idade, proporcionalmente aos dados verificados em todo o ano (a classificação dos mortos por anos de idade de 0 a 7 anos, só era dada para todo o ano e não para cada mês)

A seguir, o número de indivíduos que em dezembro de 1921 completaram a idade x , foi obtido do número de nascidos no mês de dezembro do ano de 1921- x que sobreviveram a idade x (aumentado do número de indivíduos da mesma idade emigrados e não mortos no ano de 1921 e diminuído do número dos emigrados antes de atingir a idade x)

Como não era possível se efetuarem tais cálculos com base nos dados sobre o movimento da população, recorreu-se às taxas de sobrevivência determinadas para o período de 1911-13, para as idades de 0 a 4 anos, e para cada um dos anos de 1914 a 1923, calculadas anteriormente por G. Mortara e às taxas de sobrevivência calculadas para o período 1899 a 1902, para as idades de 5 a 7 anos por Beneduce; estas últimas retificadas de modo a garantir uma perfeita continuidade com aquelas

Aplicando-se tais taxas de sobrevivência a cada um dos contingentes dos nascidos em dezembro de cada ano, obteve-se o número de pessoas que em dezembro de 1921 completaram a idade x . Este número foi dividido por sexo, proporcionalmente aos números correspondentes a cada sexo verificados no censo

Conhecendo-se assim, para cada ano de idade (de 0 a 7 anos), o número de mortos e o número de indivíduos que em dezembro de 1921 completaram a idade x , determinou-se, conseqüentemente, o incremento verificado em cada classe anual de idade no referido mês de dezembro³³

A diferença entre o incremento total da população, durante o mês de dezembro, e o incremento calculado para os 8 primeiros anos de idade, foi distribuída, proporcionalmente, entre as outras classes de idade (8 anos e mais)

Outras retificações foram efetuadas sobre os dados fundamentais e que passarão a ser citadas

Durante o período de 1915-19, houve um forte declínio da natalidade italiana em consequência da guerra. Os nascidos nesse quinquênio, em 31/XII/1921 (data central do período de observação dos mortos), pertenciam às classes de idade de 2 a 6 anos completos, as quais, portanto, apresentavam uma forte depressão. Para sanar tal inconveniência para a construção da tábua de sobrevivência, subs-

³³ Não tendo sido, portanto, levado em consideração para estas classes de idade o déficit resultante do movimento migratório

tituíram-se os números dos vivos verificados em 31/XII/1921 nas classes de 2 a 8 anos de idade pelas médias aritméticas dos valores correspondentes às mesmas classes de idade em 31 de dezembro dos anos de 1920, 1921 e 1922. O primeiro e o último destes valores foram deduzidos do segundo, levando-se em conta os dados sobre o movimento natural e migratório da população, de acordo com a hipótese de que os mortos e os emigrados em 1920 e em 1922, em idades de x anos completos, fossem provenientes em partes iguais das gerações nascidas nos anos de $1920-x$ e $1920-x-1$, respectivamente. Assim, para se calcular o número de indivíduos em idade x em 31/XII/1920, somou-se ao número de indivíduos em idade $x+1$, verificado em 31/XII/1921, a metade dos óbitos e dos emigrados em idades x e $x+1$ observados em 1921; para se calcular o número de indivíduos em idade x em 31 de dezembro de 1922, subtraiu-se do número de indivíduos em idade $x-1$, verificado em 31 de dezembro de 1921, a metade dos óbitos e dos emigrados em idades x e $x+1$ observados em 1922.

Para as classes de mortos de 2 a 9 anos, antes do cálculo dos quocientes de mortalidade, achou-se conveniente, apenas para o sexo feminino, substituírem-se os valores correspondentes às classes de 8 e 9 anos completos pelos obtidos mediante a interpolação de uma parábola do 2º grau ³⁴ que passasse pelos valores correspondentes a cada cinco classes de idade consecutivas, assumindo-se como valor de \bar{d}_x a ordenada da classe central e distribuindo-se proporcionalmente entre os valores ajustados a diferença encontrada entre a soma destes e a soma dos valores observados.

A divisão das classes quinquenais de idade dos vivos e dos mortos em classes anuais de idade foi efetuada por intermédio de uma interpolação apta a conservar inalteráveis os valores das classes quinquenais. Tal interpolação foi efetuada a partir da idade de 10 anos; até a idade de 20 anos para os vivos e de 14 anos para os mortos, tal interpolação foi realizada apenas por finalidade de cálculo.

PRELIMINARMENTE, ajustou-se a cada três classes quinquenais consecutivas de idade uma parábola do 2º grau, de modo a satisfazer os totais quinquenais observados, e determinaram-se as ordenadas e as derivadas correspondentes aos extremos dos quinquênios. A seguir, ajustou-se uma parábola do 4º grau em correspondência a cada quinquênio, apta a conservar o montante do quinquênio e tendo como ordenada e como derivada nos extremos dos quinquênios a média aritmética, nesses extremos, das ordenadas e das derivadas de duas das parábolas do 2º grau anteriormente ajustadas.

Assim foram obtidas as classes anuais de vivos e de mortos nas idades de 10 a 77 anos para o sexo masculino, de 10 a 75 para o sexo feminino e de 10 a 78 para o conjunto dos dois sexos.

³⁴ De equação: $\bar{d}_x = \frac{1}{3\delta} [17d_x + 12(d_{x-1} + d_{x+1}) - 8(d_{x-2} + d_{x+2})]$

Determinadas as distribuições por classes anuais de idade dos vivos em 31/XII/1921 e da média dos mortos no período 1921-22, passou-se ao cálculo dos quocientes de mortalidade.

Para o cálculo dos dois primeiros quocientes de mortalidade foi aplicado, para cada um dos dois anos de observação, o método direto ou de Hermann, isto é, com base nos dados estatísticos de nascimentos, mortes e migrações, usando-se as fórmulas seguintes:

$$q_{0,1921} = \frac{d_{0,1921}}{\frac{2}{3} n_{1921} + \frac{1}{3} n_{1920} - \frac{1}{2} E_{0,1921}}$$

$$q_{1,1921} = \frac{d_{1,1921}}{\frac{3}{5} l_{1,1921} + \frac{2}{5} l_{1,1920} - \frac{1}{2} E_{1,1921}} \quad 35$$

Do mesmo modo foram calculadas as probabilidades de morte para os dois primeiros anos de idade, no ano de 1922 ($q_{0,1922}$ e $q_{1,1922}$). A média aritmética entre as probabilidades de morte calculadas para os anos de 1921 e 1922, para cada uma das duas primeiras idades, foi tomada como a probabilidade de morte no período 1921-22.

A distribuição dos dados por ano de nascimento, necessária para aplicação do método direto, foi obtida empiricamente.

O cálculo das probabilidades de morte para as idades de 2 a 9 anos foi efetuado pela aplicação da fórmula de Becker, tomando-se como dados de vivos e de mortos aqueles calculados pelo método anteriormente explicado.

As probabilidades de morte para as classes anuais de 10 a 77 anos para os homens, de 10 a 75 anos para as mulheres e de 10 a 78 para o conjunto dos dois sexos, foram obtidas pela fórmula de Becker ³⁶.

Para as idades senis as probabilidades de morte foram obtidas mediante a interpolação de uma hipérbole que passasse pelos pontos correspondentes às probabilidades de morte nas idades de 70, 80 e 90 anos. Para esta interpolação, tomou-se como probabilidade de morte na idade de 70 anos a mesma anteriormente calculada para essa idade; para as idades de 80 e 90 anos tomou-se como probabilidade de morte a média das probabilidades calculadas para as duas classes quinquenais de idade imediatamente anterior e posterior a tais idades ³⁷.

Assim foram obtidas as probabilidades de morte para as idades de 78 anos em diante para o sexo masculino, de 75 em diante para

³⁵ Onde se usaram as seguintes notações:
 $q_{x,t}$ = probabilidade de morte da idade x na época t
 $d_{x,t}$ = óbitos na idade x ocorridos no ano t
 n_t = nascimentos ocorridos no ano t
 $l_{x,t}$ = sobreviventes em idade x no ano t , da geração nascida no ano $t-x$.
 $\epsilon_{x,t}$ = "deficit" migratório dos indivíduos em idades x durante o ano t

³⁶ $q_x = \frac{d_x}{V_x + \frac{d_x}{2}}$, já citada

³⁷ $q_{80} = \frac{1}{2} (q_{75,79} + q_{80,84})$; $q_{90} = \frac{1}{2} (q_{85,89} + q_{90,94})$

o feminino e de 79 em diante para o conjunto dos dois sexos. As probabilidades de morte para as idades compreendidas entre 75 e 78 anos para o sexo feminino foram obtidas por intermédio de interpolação linear entre as probabilidades anteriormente calculadas para essas idades.

A TÁBUA de sobrevivência de 1930-32 foi construída³⁸ com base nos dados sobre os vivos verificados no censo de 21/IV/1931 e sobre os mortos observados no triênio 1930-32, levando-se em conta o movimento migratório do mesmo período.

Os dados sobre os vivos fornecidos pelo censo de 21/IV/1931 estavam classificados por sexo, por ano de idade e por ano de nascimento.

Os recenseados em idades ignoradas foram também distribuídos proporcionalmente entre as classes anuais de vivos em idades conhecidas.

Os mortos observados nos anos de 1930, 1931 e 1932 estavam classificados por sexo, por classes anuais de idade e por ano de nascimento. Também os mortos em idades ignoradas foram distribuídos proporcionalmente entre as classes de mortos em idades conhecidas e, com base nesta distribuição, entre os mortos de ano de nascimento ignorado.

Por intermédio dos dados do Registro de População Italiano ("Anagrafe"), tornou-se possível conhecer os óbitos ocorridos durante cada um dos meses de janeiro a abril do ano de 1931, classificados tanto por sexo como por ano de nascimento.³⁹

³⁸ Por L. Galvani, "Tavole di Mortalità della Popolazione Italiana 1930-32", *Annali di Statistica*, Série VII, Vol. I.

³⁹ Não sendo necessário, portanto, transferir a população para a data mediana do período de observação.

TABELA I

Resumo dos principais dados das tábuas de sobrevivência italianas calculadas segundo o número de mortos nos períodos 1881-82*, 1899-902*, 1910-12*, 1921-22 e 1930-32

IDADE (Anos)	HOMENS					MULHERES				
	1881-82	1899-902	1910-12	1921-22	1930-32	1881-82	1899-902	1910-12	1921-22	1930-32
PROBABILIDADE DE MORTE POR 1 000										
0	212,35	177,77	148,47	135,63	115,32	191,27	160,90	134,93	121,28	102,25
1	109,20	76,04	61,83	51,54	38,97	108,17	77,42	61,87	49,34	39,05
5	17,91	9,08	7,07	5,50	3,65	18,66	9,82	7,78	5,65	3,66
10	5,90	3,63	2,92	2,58	1,99	6,48	4,43	3,36	2,77	1,79
15	4,96	3,60	3,30	3,18	2,38	6,05	4,39	3,99	3,56	2,64
20	8,21	6,05	5,71	5,64	4,14	7,93	6,41	5,81	5,21	3,88
30	7,93	6,63	6,21	5,54	4,66	9,78	7,77	6,94	5,90	4,39
40	10,62	8,47	7,72	6,75	6,36	10,87	8,94	7,74	6,73	5,43
50	17,40	13,79	12,24	11,18	10,63	14,80	11,33	10,17	9,46	8,20
60	31,65	27,54	24,64	22,86	21,92	30,06	24,79	21,61	19,88	17,47
70	71,03	67,65	61,76	58,57	53,23	79,08	68,55	61,64	57,54	46,53
80	145,17	174,63	165,62	161,27	137,99	151,30	177,27	165,08	157,71	127,02
90	248,64	357,24	344,88	331,47	290,32	246,46	340,10	331,91	296,91	267,86
SOBREVIVENTES DE 100 000 NASCIDOS VIVOS										
0	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000
1	78 765	82 223	85 153	86 437	88 468	80 873	83 910	86 507	87 872	89 775
5	62 698	70 879	75 665	78 533	82 846	64 382	71 992	76 774	80 138	84 107
10	59 226	68 774	73 873	76 996	81 738	60 601	69 651	71 829	78 535	83 019
15	57 792	67 699	72 899	76 026	80 936	58 888	68 352	73 649	77 457	82 227
20	56 056	66 152	71 323	74 473	79 669	56 880	66 531	71 849	75 766	80 908
30	51 427	61 825	66 980	70 149	76 317	51 991	61 847	67 320	71 549	77 478
40	47 095	57 574	62 646	66 095	72 396	46 835	56 935	62 557	67 224	73 860
50	41 197	51 900	56 982	60 755	66 884	41 519	51 833	57 549	62 363	69 332
60	32 643	43 162	48 218	52 046	57 683	33 748	44 453	50 069	54 771	61 803
70	19 965	28 260	32 820	36 384	41 175	20 412	29 672	34 895	39 305	46 455
80	6 701	8 852	11 279	13 084	16 707	6 301	9 030	12 056	14 242	20 517
90	813	471	690	886	1 732	735	509	789	1 181	2 579
VIDA MÉDIA RESÍDUA (Anos)										
0	35,16	42,59	46,57	49,27	53,76	35,65	43,00	47,33	50,75	56,00
1	43,51	50,69	53,61	55,92	59,71	42,96	50,15	53,64	56,69	61,32
5	50,32	54,60	56,17	57,42	59,68	49,63	54,24	56,28	58,04	61,37
10	48,16	51,21	52,48	53,53	55,46	47,61	51,00	52,69	54,18	57,15
15	44,29	46,98	48,15	49,18	50,98	43,92	46,92	48,49	49,90	52,67
20	40,58	43,02	44,15	45,15	46,75	40,38	43,13	44,64	45,96	48,49
30	33,81	35,68	36,70	37,63	38,58	33,70	36,01	37,30	38,37	40,41
40	26,44	27,94	28,88	29,63	30,39	26,86	28,68	29,76	30,51	32,14
50	19,47	20,42	21,23	21,76	22,45	19,64	21,01	21,91	22,48	23,89
60	13,18	13,47	14,10	14,49	15,16	12,91	13,60	14,36	14,84	16,13
70	8,16	7,74	8,15	8,38	9,05	7,79	7,65	8,18	8,48	9,61
80	4,99	3,98	4,15	4,26	4,85	4,89	3,99	4,20	4,45	5,18
90	3,12	2,09	2,17	2,28	2,59	3,19	2,23	2,28	2,59	2,82

* Tábua retificada

Dêste modo foi possível obter o número de óbitos ocorridos entre 1º de janeiro e 21 de abril do ano de 1931 (data do recenseamento), classificados por ano de nascimento. Para isto, considerou-se, para cada um dos anos de nascimento, que os óbitos ocorridos entre 1º e 21 de abril fôsem dois terços dos óbitos verificados durante todo o mês de abril.

A classificação por ano de idade do *deficit* migratório verificado em cada um dos anos de 1930 a 1932 foi obtida efetuando-se preliminarmente, para cada sexo, uma divisão das classes pollenais de idade dos emigrados e dos imigrados em classes anuais, por intermédio de interpolação gráfica, obtendo-se, conseqüentemente, a diferença, em cada classe anual de idade, entre os emigrados e os imigrados.

A CLASSIFICAÇÃO por ano de nascimento, para cada um dos dois sexos, do *deficit* migratório ocorrido entre 1º e 21 de abril de 1931 (data do censo), foi obtida da distribuição por idade anteriormente calculada para o ano de 1931. Nesta classificação, efetuando-se a média aritmética entre cada classe anual de idade e a seguinte, pôde-se determinar uma presumível classificação por ano de nascimento do *deficit* migratório havido no ano de 1931. Supondo-se então, que para cada ano de nascimento a razão entre o *deficit* migratório no período de 1º de janeiro a 21 de abril e o *deficit* em todo o ano de 1931 fôsse a mesma que a verificada para o conjunto do *deficit* migratório ocorrido nos períodos correspondentes (para os quais existia uma distribuição por meses), obteve-se finalmente a classificação por ano de nascimento ⁴⁰ do *deficit* migratório entre 1º de janeiro e 21 de abril de 1931.

Assim foram obtidos os dados sobre os vivos, os mortos e o *deficit* migratório necessários para o cálculo das probabilidades de morte.

As probabilidades de morte para os quatro primeiros anos de idade (q_0 , q_1 , q_2 e q_3) foram calculadas pelo método direto, ou de Hermann, já citado, isto é, com base nos dados sobre os vivos deduzidos do movimento da população e não naqueles verificados no censo.

Para o cálculo das probabilidades de morte nas idades de 4 a 79 anos completos, preliminarmente usou-se a fórmula:

$$\bar{q}_x = \frac{d_{x, 1930-32}}{l_{x, 1930-32} - \frac{1}{2}(L_{x, 31-XII-1932} - L_{x, 1^{\circ}-I-1930}) - \frac{1}{2}B_{x, 1930-32}}$$

na qual

q_x representa a probabilidade de morte na idade x ;

$d_{x, 1930-32}$ representa o número de mortos em idade de x anos completos durante o triênio 1930-32;

$l_{x, 1930-32}$ representa o número de sobreviventes em idade x durante o mesmo triênio;

$L_{x, 31/XII/1932}$ e $L_{x, 1^{\circ}/I/1930}$, representam, respectivamente, o número de

⁴⁰ Para o cálculo do *deficit* migratório do intervalo entre 1º e 21 de abril, procedeu-se analogamente ao caso dos mortos.

presentes em idade x anos completos no final e no início do período de observação;

$e_{x, 1930-32}$ representa o *deficit* migratório no referido triênio.

Tais probabilidades de morte foram submetidas a uma dupla interpolação, segundo a fórmula ⁴¹:

$$q_x = \frac{1}{35} [17\bar{q}_x + 12(\bar{q}_{x-1} + \bar{q}_{x+1}) - 3(\bar{q}_{x-2} + q_{x+2})]$$

As probabilidades de morte assim calculadas foram tomadas como definitivas para as idades de 6 a 79 anos. Para as idades de 0 a 5 anos completos foram tomadas como definitivas as probabilidades de morte anteriormente calculadas.

Nas idades senis, as probabilidades de morte foram obtidas por processo idêntico ao usado na tábua de 1921-22, isto é, por intermédio da interpolação de um arco de hipérbole que passasse pelos pontos correspondentes às probabilidades de morte calculadas para as idades de 68,5, 78,5 e 88,5 anos respectivamente. Para isto tomou-se como probabilidade de morte na idade de 68,5 anos a média aritmética entre as probabilidades anteriormente calculadas para as idades de 68 e 69 anos; como probabilidade de morte na idade de 78,5 anos, tomou-se a média aritmética das probabilidades calculadas para as classes quinquenais de 74 a 78 anos e 79 a 83 anos respectivamente, e de modo análogo calculou-se a probabilidade de morte para a idade de 88,5 anos.

A TÁBUA de sobrevivência de 1935-37 foi construída ⁴² apenas para o sexo feminino, em virtude de não ter sido possível conhecer — com suficiente grande aproximação —, os dados sobre o elevado número de combatentes empenhados naquela época nas campanhas da África e da Espanha.

Os dados fundamentais usados para construção desta tábua foram os dados sobre os vivos verificados no censo de 21/IV/1936 e sobre os mortos observados nos anos de 1935 a 1937.

O método de cálculo utilizado para a construção desta tábua foi em tudo idêntico ao usado para o cálculo da tábua de 1930-32, pelo que não será necessário descrevê-lo ⁴³.

P ELAS resumidas descrições dos métodos empregados na construção das 11 principais tábuas de sobrevivência italianas, efetuadas nos parágrafos anteriores, pôde-se observar que houve a maior preocupação dos seus autores em seguir, sempre que possível, o mesmo procedimento de cálculo, com o objetivo de que os dados assim obtidos fôsem, tanto quanto possível, os mais comparáveis.

⁴¹ Idêntica à que foi empregada para a construção da tábua de 1921-22 e para as construções das tábuas de 1910-912, 1899-902, 1881-82, anteriormente citadas.

⁴² Por A. Mirri, "Tavole di Mortalità della Popolazione Femminile Italiana", 1935-37, Roma, 1941.

⁴³ Veja-se o parágrafo anterior.

As reconstruções das primitivas tábuas de sobrevivência foram efetuadas tanto com o objetivo de aperfeiçoar os métodos anteriormente usados, como também com o de empregar nestas reconstruções, na medida do possível, o mesmo critério seguido na construção da tábua de 1921-22

Outras alterações havidas nos métodos empregados foram decorrentes da própria natureza dos dados existentes, ou da melhoria da qualidade de tais dados ¹¹

Na tabela I foram resumidos alguns dados das principais tábuas de sobrevivência estudadas. Na tabela II foi efetuada uma comparação entre esses dados, determinando-se a variação percentual dos mesmos em relação à tábua de 1881-82

Os dados expostos nas citadas tabelas permitem observar a variação da mortalidade da população italiana entre o período de 1881-82 e o de 1930-32 (aproximadamente 50 anos)

¹¹ Como, por exemplo, a classificação dos vivos e dos mortos por ano de nascimento, além da classificação por ano de idade

Com efeito, observa-se por exemplo, que a mortalidade no 1º ano de vida da população masculina italiana decresceu de 212,35 por 1000 em 1881-82 para 115,32 em 1930-32 (- 45,69%), e a da população feminina decresceu de 191,27 por 1000 para 102,25 (- 46,54%) entre os mesmos períodos

O número de sobreviventes do sexo masculino aos 15 anos de idade, de uma geração de 100 000 indivíduos, aumentou de 57 792 em 1881-82 para 80 936 em 1930-32 (+ 40,05%) e o do sexo feminino aumentou de 58 888 para 82 227 (+ 39,63%), entre os mesmos períodos, enquanto que o número de sobreviventes do sexo masculino, aos 60 anos de idade, aumentou de 32 643 em 1881-82 para 57 683 em 1930-32 (+ 76,71%) e o do sexo feminino aumentou de 36 748 para 61 803 (+ 83,13%) entre os mesmos períodos

Dêste modo, a vida média no nascimento, para o sexo masculino, aumentou de 35,16 anos em 1881-82 para 53,76 em 1930-32 (+ 52,90%), enquanto que para o sexo feminino aumentou de 35,65 anos em 1881-82 para 56,00 em 1930-32 (+ 42,36%)

TABELA II

Variação percentual de alguns dos principais elementos das tábuas de sobrevivência italianas (1881-82 = 100,00)

IDADE (Anos)	HOMENS				MULHERES			
	1899-902	1910-12	1921-22	1930-32	1899-902	1910-12	1921-22	1930-32
PROBABILIDADE DE MORTE								
0	- 16,28	- 30,08	- 36,13	- 45,69	- 15,88	- 29,46	- 36,59	- 46,54
1	- 30,37	- 43,38	- 52,80	- 64,31	- 28,43	- 42,80	- 54,39	- 63,90
5	- 49,30	- 60,52	- 69,29	- 79,62	- 47,37	- 58,31	- 69,72	- 80,39
10	- 38,47	- 50,51	- 56,27	- 66,27	- 31,64	- 48,15	- 57,25	- 72,38
15	- 27,42	- 33,47	- 35,89	- 52,02	- 27,44	- 34,05	- 41,16	- 56,36
20	- 26,31	- 30,45	- 31,30	- 49,57	- 19,17	- 26,73	- 34,30	- 51,07
30	- 16,39	- 21,69	- 30,14	- 41,24	- 20,55	- 29,04	- 39,67	- 55,11
40	- 20,24	- 27,31	- 36,44	- 40,11	- 17,76	- 28,79	- 38,09	- 50,05
50	- 20,75	- 29,66	- 35,75	- 38,91	- 22,40	- 30,34	- 35,21	- 43,84
60	- 12,99	- 22,15	- 27,77	- 30,74	- 17,53	- 28,01	- 33,87	- 41,88
70	- 8,62	- 16,57	- 20,88	- 28,10	- 13,97	- 22,64	- 27,79	- 41,60
80	+ 20,29	+ 14,09	+ 11,09	+ 4,95	+ 17,16	+ 9,11	+ 4,24	+ 16,05
90	+ 43,68	+ 38,71	+ 33,31	+ 16,76	+ 37,99	+ 34,07	+ 20,47	+ 8,68
SOBREVIVENTES								
0	-	-	-	-	-	-	-	-
1	+ 4,39	+ 8,11	+ 9,74	+ 12,32	+ 3,76	+ 6,97	+ 8,65	+ 11,01
5	+ 13,05	+ 20,68	+ 25,26	+ 32,13	+ 11,82	+ 19,25	+ 24,47	+ 30,64
10	+ 16,12	+ 24,73	+ 30,90	+ 38,01	+ 14,93	+ 23,48	+ 29,59	+ 36,99
15	+ 17,14	+ 26,14	+ 31,55	+ 40,05	+ 16,07	+ 25,07	+ 31,53	+ 39,63
20	+ 18,01	+ 27,24	+ 32,85	+ 42,12	+ 16,96	+ 26,32	+ 33,20	+ 42,24
30	+ 20,22	+ 30,24	+ 36,41	+ 48,40	+ 18,96	+ 29,48	+ 37,62	+ 49,02
40	+ 22,25	+ 33,02	+ 40,34	+ 53,72	+ 21,57	+ 33,57	+ 43,53	+ 57,70
50	+ 25,98	+ 38,32	+ 47,47	+ 62,35	+ 24,84	+ 38,61	+ 50,20	+ 66,99
60	+ 32,22	+ 47,71	+ 59,44	+ 76,71	+ 31,72	+ 48,36	+ 62,29	+ 83,13
70	+ 41,59	+ 64,39	+ 82,24	+ 106,24	+ 45,37	+ 70,95	+ 92,56	+ 127,59
80	+ 32,10	+ 68,32	+ 95,25	+ 149,32	+ 43,31	+ 91,33	+ 126,03	+ 225,61
90	- 42,07	- 15,13	- 8,98	- 113,04	- 30,75	- 7,35	- 60,68	- 250,88
VIDA MÉDIA RESÍDUA								
0	+ 21,13	+ 32,45	+ 40,13	+ 52,90	+ 20,62	+ 32,76	+ 42,36	+ 57,08
1	+ 16,50	+ 23,21	+ 28,62	+ 37,23	+ 16,74	+ 24,86	+ 31,96	+ 42,74
5	+ 8,51	+ 11,63	+ 14,11	+ 18,60	+ 9,29	+ 13,40	+ 16,95	+ 23,66
10	+ 6,33	+ 8,97	+ 11,15	+ 15,16	+ 7,12	+ 10,67	+ 13,80	+ 20,04
15	+ 6,07	+ 8,72	+ 11,04	+ 15,10	+ 6,83	+ 10,41	+ 13,62	+ 19,92
20	+ 6,01	+ 8,80	+ 11,26	+ 15,20	+ 6,81	+ 10,55	+ 13,82	+ 20,08
30	+ 5,53	+ 8,55	+ 11,30	+ 14,11	+ 6,85	+ 10,68	+ 13,86	+ 19,91
40	+ 5,67	+ 9,23	+ 12,07	+ 14,94	+ 6,78	+ 10,80	+ 13,59	+ 19,66
50	+ 4,88	+ 9,04	+ 11,76	+ 15,31	+ 6,98	+ 11,56	+ 14,46	+ 21,64
60	+ 2,20	+ 6,98	+ 9,94	+ 15,02	+ 5,34	+ 11,23	+ 14,95	+ 24,94
70	+ 5,15	+ 0,12	+ 2,70	+ 10,91	+ 1,80	+ 5,01	+ 8,86	+ 23,36
80	- 20,24	- 16,83	- 14,63	- 2,81	- 18,40	- 14,11	- 9,00	- 5,93
90	- 33,01	- 30,45	- 26,92	- 16,99	- 30,09	- 28,53	- 18,81	- 11,60

RESOLUÇÕES DA JEC

RESOLUÇÃO N.º 539, DE 8 DE JULHO DE 1957

Autoriza a abertura de crédito suplementar de Cr\$ 3 500 000,00 no Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística — Subanexo 2 01 — Secretaria-Geral

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o que consta do Processo 902 00/57 da Secretaria-Geral;

considerando a necessidade de suplementação de subconsignações da verba 4, face à execução orçamentária do primeiro semestre,

RESOLVE:

Art 1º — Fica aberto no orçamento vigente do Conselho Nacional de Estatística — subanexo 2 01 — nas dotações destinadas à Secretaria-Geral, o crédito de três milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 3 500 000,00) suplementar às seguintes verbas:

	Cr\$
Verba 3 — Serviços e Encargos ..	2 000 000,00
Verba 4 — Obras, equipamentos, etc	1 500 000,00
Total	3 500 000,00

Art 2º — Para atender às despesas resultantes da abertura do crédito de que trata o artigo anterior, é anulada na Verba 1 — Pessoal, na dotação da mesma Secretaria-Geral, importância de três milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 3 500 000,00)

RESOLUÇÃO N.º 540, DE 8 DE JULHO DE 1957

Dispõe sobre a aplicação dos recursos disponíveis consignados na rubrica 3 2 16 — Co-Operação com os órgãos do sistema estatístico, da Tabela explicativa pertinente à Secretaria-Geral do Conselho, em complemento à Resolução JEC-536/57

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística usando de suas atribuições, e

considerando que a distribuição, entre os órgãos integrantes do sistema estatístico, da dotação atribuída à rubrica 3 2 16 da Tabela explicativa pertinente à Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, feita pela Resolução n.º 536, de 20 de fevereiro do ano em curso, desta Junta, deixou, ainda, um

saldo de Cr\$ 440 000,00, sem destinação específica;

considerando que tem sido sentida a necessidade de ser reforçada a distribuição estabelecida pela Resolução n.º 536, citada e

considerando, finalmente, que os responsáveis pelos órgãos em causa estão acordes quanto aos novos quantitativos complementares a serem fixados,

RESOLVE:

Art 1º — O saldo de Cr\$ 440 000,00, ainda sem destinação específica, da dotação atribuída à rubrica 3 2 16 — Co-Operação com os órgãos do sistema estatístico, terá a seguinte distribuição:

	Cr\$
Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (M J N I)	100 000,00
Serviço de Estatística da Produção (M A) ..	100 000,00
Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (M T I C) .	100 000,00
Serviço de Estatística da Educação e Cultura (M E C)	100 000,00
Serviço de Estatística da Saúde (M S)	40 000,00
Total	440 000,00

Art 2º — O disposto nos artigos 2º, 3º e 4º da citada Resolução n.º 536, desta Junta, regulará a entrega dos quantitativos ora fixados

RESOLUÇÃO N.º 541, DE 8 DE JULHO DE 1957

Abre no orçamento vigente do Conselho Nacional de Estatística — tabela explicativa referente à Secretaria-Geral — o crédito especial de Cr\$ 72 000,00 (setenta e dois mil cruzeiros) destinado a remunerar, no corrente exercício e no período de junho a dezembro, 4 (quatro) servidores da Diretoria Municipal de Estatística e Divulgação, da Prefeitura de Salvador — Bahia

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística usando de suas atribuições, e

considerando o pedido formulado pela Diretoria Municipal de Estatística e Divulgação de Salvador — Bahia, conforme expediente protocolado sob o número 6 191/57, na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística;

considerando o que, a respeito, esclareceu o Sr Inspetor Regional de Estatística na Ba-

hia e constante do protocolo n.º 6 775/57;

considerando que, pelos Convênios Nacionais de Estatística, cabe ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística "colaborar em tôdas as iniciativas do Governo local no sentido de melhorar e racionalizar a administração municipal;

considerando que o auxílio ora pleiteado é uma decorrência da reorganização dos serviços municipais de estatística de Salvador, Bahia, levada a efeito pelo Dr. Marcelo Aroucha, disso incumbido pelo Conselho Nacional de Estatística e sobre cuja atuação já se manifestou esta Junta, aprovando o parecer do Sr. Conselheiro-Relator Moacir Malheiros Fernandes Silva, em sessão de 17 de abril último; e

considerando, finalmente, a não existência, na tabela explicativa de que se compõe o Orçamento do Conselho Nacional de Estatística, vigente, de saldo na dotação a cuja conta possa correr a despesa proposta;

RESOLVE:

Art. 1.º — Abrir no Orçamento vigente do Conselho Nacional de Estatística — tabela explicativa referente à Secretaria-Geral — o crédito especial de Cr\$ 72 000,00 (setenta e dois mil cruzelos), destinado a remunerar no corrente exercício e no período de junho a dezembro, 4 (quatro) servidores da Diretoria Municipal de Estatística e Divulgação da Prefeitura de Salvador, Bahia.

Art. 2.º — A entrega da importância correspondente ao total do crédito ora aberto será feita, de uma só vez, ao órgão interessado, por intermédio da Inspetoria Regional de Estatística Municipal na Bahia, mediante recibo, em 2 vias, firmado por seu Diretor o qual discriminará a aplicação da importância recebida, mencionando que o seu pagamento foi feito à conta do presente crédito especial.

RESOLUÇÃO N.º 542 DE 8 DE JULHO DE 1957

Autoriza a emissão de selos de estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o disposto no art. 9.º, letra a, do Decreto-lei n.º 4 181, de 16-5-52;

considerando o que consta dos protocolos ns 19 920/55 e 1 171/56, da Secretaria-Geral do Conselho,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica a Secretaria-Geral do Conselho autorizada a emitir, no Serviço Gráfico do I B G E, "Selos de Estatística" nas taxas e quantidades a seguir discriminadas:

Cr\$ 0,90	15 000 000
Cr\$ 1,00	10 000 000
Cr\$ 1,50	55 000 000
Total	80 000 000

Art. 2.º — As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta da dotação própria do orçamento do Conselho Nacional de Estatística — Anexo 2 — do vigente exercício

RESOLUÇÃO N.º 543, DE 16 DE JULHO DE 1957

Dispõe sobre a elaboração da História da Estatística no Brasil

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que, desde a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, diversos e sucessivos pronunciamentos da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística têm insistido na importância, para a cultura nacional, da elaboração da História da Estatística no Brasil;

considerando que, para a consecução desse elevado objetivo, várias providências foram determinadas pela Assembléia Geral, através das Resoluções ns 3, de 29 de dezembro de 1936; 63, de 17 de julho de 1937; 151 e 157, de 22 de julho de 1939; 171, de 17 de julho de 1941; 377, de 19 de julho de 1948; e 469, de 10 de setembro de 1951;

considerando que a Resolução n.º 469, acima, recomenda aos órgãos regionais de Estatística a adoção de medidas tendentes à realização de estudos, de âmbito regional, sobre a evolução histórica da Estatística no Brasil;

considerando que a aludida Resolução n.º 469, da Assembléia Geral, atribuiu à Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, em seu art. 4.º, o encargo de elaborar a História da Estatística no Brasil, já prevista nas Resoluções ns 3 e 171, referidas;

considerando que um empreendimento dessa magnitude e de tão nítida relevância, sobre envolver estudos, pesquisas e levantamentos de ordem social, econômica, administrativa, biográfica e bibliográfica, requer o indispensável planejamento técnico que assegure, após racional sistematização dos dados que lhe servirão de base, perfeito conhecimento da formação e evolução histórica da Estatística no Brasil;

considerando que tal cometimento, por suas próprias características, deverá ser objeto de tratamento especial, à margem, portanto, do regime de rotina administrativa, notadamente no que diz respeito ao recrutamento e movimentação do pessoal que lhe emprestará colaboração;

considerando, ainda, que o desenvolvimento administrativo, técnico e cultural da Estatística, no País, está a reclamar — senão impor — a realização dessa obra;

considerando que, nesse sentido, já na última Sessão da Assembléia Geral do Conselho o Sr. Augusto de Bulhões, atual Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, apresentou excelente trabalho sobre a "Evolução Histórica" do Serviço que superiormente dirige, realçando, assim, a oportunidade da pesquisa geral que ora se propõe;

considerando, finalmente, que cabe à Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, cumprindo expressas determi-

nações da Assembléa Geral, providenciar no sentido da efetivação desse objetivo

RESOLVE:

Art 1º — Fica instituído, na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, e subordinado diretamente ao Secretário-Geral, um Grupo de Trabalho com a finalidade de pesquisar, sistematizar e escrever a História da Estatística no Brasil

Art 2º — Os trabalhos do Grupo de que trata o artigo anterior serão dirigidos por um Coordenador, designado pelo Secretário-Geral

Art 3º — A impressão do trabalho será feita no Serviço Gráfico do IBGE e obedecerá às normas e padrões adotados na Secretaria-Geral

Art 4º — As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão à conta de recursos financeiros obtidos do destaque de verbas do orçamento do Conselho Nacional de Estatística para o exercício de 1957

Art 5º — Os trabalhos previstos nesta Resolução deverão ser concluídos dentro do prazo máximo de 12 meses

RESOLUÇÃO N° 544, DE 24 DE JULHO DE 1957

Concede auxílio especial destinado a contratação de técnico em serviços Hollerith

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando o exposto no ofício JERE-226, protocolado sob o n° 6171/57, com o qual a Junta Executiva Regional de Estatística do Estado de Minas Gerais encaminhou a esta Secretaria-Geral o pedido formulado pelo Serviço de Estatística da Educação, órgãos da Secretaria de Educação daquela Unidade Federada, no sentido de que este Conselho lhe conceda um auxílio especial de Cr\$ 96 000,00, para contratação de um técnico em mecanografia Hollerith;

considerando, ainda, que, por força da organização do sistema estatístico regional, nem todos os encargos enumerados no art 1º da Resolução JEC-495 se acham sob a exclusiva responsabilidade do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais,

RESOLVE:

Art 1º — É concedido, por intermédio do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais, e mediante abertura de crédito especial, ao Serviço de Estatística de Educação daquele Estado, o auxílio especial de Cr\$ 96 000,00, destinado a ocorrer à despesa de contratação de um mecanógrafo para execução dos seus trabalhos de apuração

Art 2º — Os recursos para cobertura do auxílio de que trata a presente Resolução serão obtidos mediante destaque dos fundos da Caixa Nacional de Estatística Municipal, ficando a comprovação da despesa, perante esta Secretaria-Geral, a cargo do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais

RESOLUÇÃO N° 545, DE 24 DE JULHO DE 1957

Concede auxílio especial destinado a Curso Elementar de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que pelos ofícios ns SGE/ /RB-111 e SGE/RB-119, de 12 de outubro e 21 de novembro de 1956, respectivamente, o Serviço de Geografia e Estatística do Território Federal do Rio Branco solicitou à Secretaria-Geral deste Conselho o auxílio de Cr\$ 50 000,00 (cinquenta mil cruzeiros), destinado ao custeio do Curso Elementar de Estatística, no corrente ano, durante o período de seis meses;

considerando o parecer do Sr Conselheiro-Relator da Junta, de fls 13 do Processo n° 6001, de 1957,

RESOLVE:

Art 1º — É concedido ao Serviço de Geografia e Estatística do Território Federal do Rio Branco o auxílio especial de Cr\$ 50 000,00 (cinquenta mil cruzeiros), destinado à manutenção, por seis meses, de um Curso Elementar de Estatística, cujo programa deverá ser submetido a esta Junta

Art 2º — Os recursos para cobertura do auxílio de que trata a presente Resolução serão obtidos mediante destaque dos fundos da Caixa Nacional de Estatística Municipal, obedecendo a comprovação das despesas às normas vigentes para a prestação de contas do auxílio regular

RESOLUÇÃO N° 546, DE 23 DE AGÓSTO DE 1957

Declara a concordância da composição da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado da Bahia com a Convenção Nacional de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que a Junta Executiva Regional de Estatística do Estado da Bahia, organizada pelo Decreto Estadual n° 16 658, de 23-XI-56, está constituída de acôrdo com as normas que regulam o assunto, conforme consta do processo 901 19/56, da Secretaria-Geral,

RESOLVE:

Art 1º — Para os fins previstos na Resolução AG-608, de 9 de julho de 1954, e nos termos da Resolução JEC-495, de 28 de dezembro de 1955, fica declarada a concordância da organização vigente da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado da Bahia com o disposto na cláusula Primeira, item X, da Convenção Nacional de Estatística

Art 2º — Esta Resolução produzirá seus efeitos a partir de 23 de novembro de 1956

**RESOLUÇÃO N° 547, DE 23 DE AGÓSTO
DE 1957**

Autoriza a emissão de selos de estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o disposto no art 9º, letra a do Decreto-lei n° 4 181, de 16-V-942;

considerando o que consta dos Prots 19 920, de 1955 e 1 171/56, da Secretaria-Geral do Conselho,

RESOLVE:

Art 1º — Fica a Secretaria-Geral do Conselho autorizada a emitir, no Serviço Gráfico do IBGE, "Selos de Estatística" nas taxas e quantidades a seguir discriminadas:

Cr\$ 0,90	10 000 000
Cr\$ 1,00	50 000 000
Cr\$ 1,20	50 000 000
Cr\$ 1,50	10 000 000
Cr\$ 2,00	60 000 000
Total	180 000 000

Art 2º — As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta da dotação própria do orçamento do Conselho Nacional de Estatística — Anexo 2 do vigente exercício

**RESOLUÇÃO N° 548, DE 16 DE SETEMBRO
DE 1957**

Dispõe sobre destaques e suplementações de verbas no subanexo 2 01 — Secretaria-Geral, do Orçamento em vigor para o Conselho Nacional de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições e considerando o exposto no expediente protocolado na Secretaria-Geral do CNE,

RESOLVE:

Art 1º — Autorizar os destaques e suplementações abaixo especificados, na tabela explicativa do Orçamento em vigor do Conselho Nacional de Estatística, pertinente à Secretaria-Geral (Subanexo 2 01):

a) Destaques

Verba 2 — MATERIAL

Consignação 1 — Material Permanente

	Cr\$
01 — Automóveis, camionetas, autotocaminhões, jipes e outras viaturas; utensílios e aparelhos mecânicos, para conserto e outros fins	2 500 000,00

Consignação 2 — Material de consumo

09 — Outros materiais de consumo	280 000,00
Subtotal — Verba 2	2 780 000,00

Verba 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação 2 — Encargos Diversos

06 — Proventos do pessoal inativo	300 000,00
08 — Seleção, aperfeiçoamento e especialização de pessoal	400 000,00
Subtotal — Verba 3	700 000,00
TOTAL DOS DESTAQUES	3 480 000,00

b) Suplementações

Verba 1 — PESSOAL

Consignação 2 — Pessoal Extranumerário

03 — Salários de tarefeiros	100 000,00
-----------------------------	------------

Consignação 3 — Vantagens

04 — Gratificações adicionais por tempo de serviço	380 000,00
06 — Gratificações por serviços extraordinários	500 000,00

Consignação 5 — Indenizações

01 — Ajuda de custo	50 000,00
Subtotal — Verba 1	1 030 000,00

Verba 2 — MATERIAL

Consignação 1 — Material Permanente

09 — Outros materiais permanentes	400 000,00
-----------------------------------	------------

Consignação 2 — Material de consumo

03 — Sobressalentes e acessórios de veículos, de máquinas, de aparelhos e de instalações	400 000,00
Subtotal — Verba 2	800 000,00

Verba 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação 1 — Serviços de Terceiros

01 — Acondicionamento e embalagem; transporte de encomendas e cargas; aluguel e alojamento de animais, de viaturas e de embarcações de pequeno porte; estada de veículos em garagem	500 000,00
06 — Reparos, adaptações consertos e conservação de bens móveis; recuperação de material	100 000,00
19 — Outros serviços de terceiros	150 000,00

Consignação 2 — Encargos Diversos

15 — Quotas de presença em reuniões	400 000,00
Subtotal — Verba 3	1 150 000,00

Verba 4 — OBRAS, EQUIP E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Consignação 1 — Equipamentos

01 — Equipamento das II RR E e AA MM E	500 000,00
Subtotal — Verba 4	500 000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 3 480 000,00

RESOLUÇÃO N.º 549, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1957

Declara a concordância da composição da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado do Rio Grande do Norte com a Convenção Nacional de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que a Junta Executiva Regional de Estatística do Estado do Rio Grande do Norte, reestruturada pelo Decreto Estadual n.º 2986, de 2-VIII-1957, está constituída de acôrdo com as normas que regulam o assunto, conforme consta do processo 901 19/56, da Secretaria-Geral,

RESOLVE:

Art 1.º — Para os fins previstos na Resolução AG-608, de 9 de julho de 1954, e nos termos da Resolução JEC-495, de 28 de dezembro de 1955, fica declarada a concordância da organização vigente da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado do Rio Grande do Norte com o disposto na cláusula Primeira, item X, da Convenção Nacional de Estatística

Art 2.º — Esta Resolução produzirá seus efeitos a partir de 2 de agosto de 1957

RESOLUÇÃO N.º 550, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1957

Dá regimento à Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas e promove outras providências correlatas

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições,

RESOLVE:

Art 1.º — Fica aprovado o anexo regimento da Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas, criada pela Resolução AG/705, de 20 de julho de 1957

Art 2.º — Como gratificação de presença, será paga aos membros da Comissão de que trata o artigo anterior a importância de . . Cr\$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzeiros) por reunião a que comparecerem, não podendo exceder de quatro, mensalmente, as reuniões remuneradas

Art 3.º — A presente resolução entrará imediatamente em vigor, correndo as respectivas despesas por conta dos recursos próprios do orçamento vigente da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística

ANEXO À RES JEC/550

Regimento Da Comissão Técnica De Revisão e Aperfeiçoamento Das Campanhas Estatísticas

CAPÍTULO I**Da Finalidade**

Art 1.º — A Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas (CTRACE), a cargo do Sistema Estatístico Na-

cional, criada pela Resolução AG/705, de 20 de julho de 1957, tem por finalidade estudar os inquéritos e levantamentos estatísticos, compreendendo:

- I) o âmbito das pesquisas;
- II) os métodos para os levantamentos;
- III) a periodicidade dos inquéritos;
- IV) os instrumentos de coleta;
- V) a sistematização dos resultados

Art 2.º — Cumpre à CTRACE, especificamente, estudar e aprovar o anteprojeto anual das Campanhas Estatísticas, a ser submetido à Assembléa-Geral do Conselho

CAPÍTULO II**Da Composição**

Art 3.º — Integrarão a CTRACE os seguintes membros:

- I) o Secretário-Geral do Conselho, na qualidade de seu Presidente nato;
- II) o Diretor da Diretoria de Levantamentos Estatísticos;
- III) o Diretor do Laboratório de Estatística;
- IV) o Chefe do Serviço de Inquéritos, da Secretaria-Geral do Conselho;
- V) o Chefe do Serviço de Estatística para Fins Militares, da Secretaria-Geral do Conselho;
- VI) técnicos, um para cada órgão, das Repartições Centrais Federais, designados pelos respectivos Diretores

§ 1.º — Os membros indicados nos itens II a VI serão representados, em seus impedimentos eventuais, por substitutos devidamente credenciados

§ 2.º — Na falta eventual do Secretário-Geral, presidirá as reuniões da Comissão o Diretor da Diretoria de Levantamentos Estatísticos

Art 4.º — Participará dos trabalhos da Comissão, na qualidade de Secretário, o Chefe da Secção de Campanhas Estatísticas, da Secretaria-Geral do CNE, o qual será substituído, em seus impedimentos eventuais, por pessoa designada pelo Presidente

CAPÍTULO III**Da Competência**

Art 5.º — Compete ao Presidente:

- I) presidir as reuniões orientando os seus trabalhos;
- II) convocar técnicos estranhos à Comissão para opinar sobre matéria específica;
- III) indicar o substituto do Secretário;
- IV) convocar reuniões extraordinárias;
- V) delegar competência;
- VI) promover tôdas as providências necessárias ao êxito dos objetivos da CTRACE

Art 6.º — Compete ao Secretário:

- I) escriturar as atas das reuniões;
- II) preparar os instrumentos de coleta e os modelos de apresentação, de acôrdo com as deliberações da Comissão;

- III) exercer tôdas as demais atribuições inerentes ao cargo ou em decorrência de determinação do Presidente

Art 7º — Compete aos membros da Comissão:

- I) exercer as atribuições inerentes à sua participação na Comissão, bem assim quaisquer outras que lhes forem conferidas pelo Presidente;
- II) solicitar ao Presidente o pronunciamento de técnico ou entidade sobre matéria específica

CAPÍTULO IV

Das Reuniões

Art 8º — A Comissão reunir-se-á:

- I) mensalmente, em reunião ordinária, com presença dos representantes da Secretaria-Geral e de pelo menos um representante de Repartição Central Federal;
- II) mediante convocação do Presidente, em reunião extraordinária, quando se fizer necessário;
- III) com a presença de todos os seus membros ou dos respectivos substitutos credenciados, mediante convocação expressa do Presidente, para aprovação do anteprojeto anual da Campanha Estatística, a ser submetido à Assembléia-Geral do Conselho

Art 9º — As deliberações da Comissão serão tomadas por maioria simples de votos dos membros efetivos presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate

CAPÍTULO V

Dos Prazos

Art 10 — Os representantes dos órgãos integrantes da CTRACE deverão encaminhar ao Presidente da Comissão até o dia 30 de setembro, no máximo, doze coleções completas de modelos de instrumentos de coleta e de apuração dos inquéritos afetos aos respectivos Serviços, tendo em vista a organização do plano de pesquisas a ser aprovado pela Assembléia-Geral no ano seguinte

Art 11 — O prazo para o estudo desse material não poderá ultrapassar o último dia de janeiro do ano seguinte

Art 12 — Durante o mês de fevereiro o Secretário providenciará a remessa de cópias do novo plano às Juntas Executivas Regionais, de acordo com o que preceitua o art 3º da Resolução AG/705

Art 13 — Durante os meses de abril e maio de cada ano, a Comissão estudará em definitivo, apreciadas as sugestões oferecidas pelas JERE, todos os formulários integrantes das Campanhas Estatísticas, para apresentação do anteprojeto de Resolução à Assembléia-Geral pela Junta Executiva Central

Art 14 — No caso de antecipação de data de reunião da Assembléia-Geral, que apreciará o plano, os prazos fixados nos arts 10 a 13 variarão em períodos idênticos

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Art 15 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário-Geral do Conselho, na qualidade de Presidente efetivo da CTRACE

Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1957
as) *Jurandyr Pires Ferreira*, Presidente do Instituto e do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 551, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1957

Dispõe sobre concessão de auxílio especial

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando o disposto na Resolução nº 130, baixada pela Junta Executiva Regional de Estatística do Pará, em 4 de agosto último, no sentido de ser concedido ao Departamento Estadual de Estatística daquele Estado o auxílio especial de Cr\$ 92 400,00 (noventa e dois mil e quatrocentos cruzeiros), destinado a reajustamento de salário de servidores contratados pela verba do auxílio regular;

considerando o parecer do Senhor Conselheiro-Relator desta Junta, emitido no protocolo nº 14 393/57 e favorável à concessão do auxílio solicitado,

RESOLVE:

Art 1º — É concedido ao Departamento Estadual de Estatística do Pará, o auxílio especial de Cr\$ 92 400,00 (noventa e dois mil e quatrocentos cruzeiros), destinado ao fim mencionado na aludida Resolução JERE 130

Art 2º — Os recursos para abertura do crédito especial de que trata a presente serão obtidos mediante destaque dos fundos da Caixa Nacional de Estatística Municipal, obedecendo a comprovação das despesas às normas vigentes para a prestação de contas do auxílio regular

RESOLUÇÃO Nº 552, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1957

Concede auxílio especial destinado a custeio de levantamento do Registro Industrial

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando o exposto no ofício G-658, protocolado sob nº 16 221/57, com o qual o Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais encaminhou a esta Secretaria-Geral o pedido formulado pelo Serviço de Estatística da Secretaria da Agricultura, órgão da Secretaria da Agricultura daquela Unidade Federada, no sentido de que este Conselho lhe conceda um auxílio especial de Cr\$ 12 000,00, para custeio de levantamento do Registro Industrial, relativo a 1955;

considerando que, por força da organização do sistema estatístico regional, nem todos os encargos enumerados no artigo 1º da Resolução JEC-495 se acham sob a exclusiva responsa-

bilidade do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais;

considerando, finalmente, o parecer do Senhor Conselheiro-Relator desta Junta, emitido no mencionado protocolo n.º 16 221/57,

RESOLVE:

Art 1.º — É concedido, por intermédio do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais, e mediante abertura de crédito especial, ao Serviço de Estatística da Produção, da Secretaria da Agricultura daquele Estado, o auxílio especial de Cr\$ 12 000,00 (doze mil cruzeiros), destinado a ocorrer a despesas com o levantamento do Registro Industrial, relativo a 1955

Art 2.º — Os recursos para abertura do crédito especial de que trata a presente serão obtidos mediante destaque dos fundos da Caixa Nacional de Estatística Municipal, ficando a comprovação das despesas, perante esta Secretaria-Geral, a cargo do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais

RESOLUÇÃO N.º 553, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1957

Declara a concordância da composição da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado de Goiás com a Convenção Nacional de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que a Junta Executiva Regional de Estatística do Estado de Goiás, organizada pelo Decreto de 31-V-957, está constituída de acôrdo com as normas que regulam o assunto, conforme consta do processo 901 19/56, da Secretaria-Geral,

RESOLVE:

Art 1.º — Para os fins previstos na Resolução AG-608, de 9 de julho de 1954, e nos termos da Resolução JEC-495, de 28 de dezembro de 1955, fica declarada a concordância da organização vigente da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado de Goiás com o disposto na cláusula Primeira, item X, da Convenção Nacional de Estatística

Art 2.º — Esta Resolução produzirá seus efeitos a partir de 31 de maio de 1957

RESOLUÇÃO N.º 554, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1957

Abre crédito de Cr\$ 150 000,00 para o Natal dos servidores do Serviço Gráfico

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que pela Resolução JEC-524, de 5 de dezembro de 1956, foi concedido o crédito especial de Cr\$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros), para atender ao custeio de despesas com o congraçamento da "família ibgeana" no Serviço Gráfico;

considerando a conveniência de manter a útil tradição das festividades natalinas ali anualmente realizadas;

considerando, finalmente, a inexistência de recursos específicos no orçamento daquele órgão e a elevação das despesas a serem efetuadas,

RESOLVE:

Art 1.º — É aberto no orçamento da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, o crédito especial de Cr\$ 150 000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) para atender ao custeio de despesas com o congraçamento da "família ibgeana" no Serviço Gráfico

Art 2.º — Os recursos necessários ao crédito de que trata o artigo precedente serão obtidos de resíduos orçamentários de exercícios anteriores

RESOLUÇÃO N.º 555, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1957

Altera as disposições sobre a aplicação dos recursos distribuídos aos órgãos centrais, de que tratam as Resoluções JEC-536 e 540/57

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições,

RESOLVE:

Art 1.º — Além das despesas previstas nas Resoluções JEC-536 e 540, respectivamente, de 20 de fevereiro e de 8 de julho de 1957, poderão ser custeadas, por conta dos recursos financeiros especificados naqueles diplomas, outras despesas eventuais e de pronto pagamento

Art 2.º — A comprovação das despesas de que tratam esta e a citada Resolução 536 poderá ser feita semestralmente, ou à proporção em que os órgãos centrais federais forem requisitando suprimentos, caso não tenham recebido de uma só vez os recursos a que se refere o artigo anterior

RESOLUÇÃO N.º 556, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1957

Apróva o Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística do IBGE, para o exercício financeiro de 1958

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições,

RESOLVE:

Art 1.º — O Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística — IBGE, para o exercício financeiro de 1958, discriminado pelos anexos integrantes desta Resolução, estima a Receita e limita a Despesa em oitocentos e cinco milhões, trezentos e vinte mil, novecentos e vinte cruzeiros (Cr\$ 805 320 920,00)

Art 2.º — A Receita será realizada mediante o recebimento do "auxílio concedido" pelo Governo da União, de acôrdo com a Lei n.º 3 327-A, de 3 de dezembro de 1957, a arrecadação da "quota de estatística", *ex vi* da legislação em vigor, e de outras rendas ordinárias na forma das especificações constantes do Anexo n.º e subanexos sob o agrupamento abaixo:

RECEITA ORDINÁRIA

1 — Receita Financeira

11 — Receita de Auxílios e Subvenções

111 — Conselho Nacional de Estatística — Secretaria-Geral		195 803 931,00	
112 — Inspetorias Regionais de Estatística:			
Sedes	68 397 464,00		
Agências	163 406 425,00	231 803 889,00	427 607 820,00

2 — Receita da Caixa Nacional de Estatística Municipal:

Sedes

Secretaria-Geral — Pôsto de Arrecadação do Distrito Federal	85 560 000,00		
Rondônia	184 656,00		
Acre	177 516,00		
Amazonas	1 100 580,00		
Rio Branco	57 282,00		
Pará	3 545 436,00		
Amapá	169 404,00		
Maranhão	868 836,00		
Piauí	573 036,00		
Ceará	2 952 336,00		
Rio Grande do Norte	1 538 760,00		
Paraíba	1 117 116,00		
Pernambuco	9 881 112,00		
Alagoas	1 121 124,00		
Sergipe	1 320 120,00		
Bahia	8 706 096,00		
Minas Gerais	12 643 632,00		
Espírito Santo	1 854 120,00		
Rio de Janeiro	5 000 400,00		
São Paulo	85 986 600,00		
Paraná	7 480 332,00		
Santa Catarina	1 170 060,00		
Rio Grande do Sul	15 628 092,00		
Mato Grosso	416 784,00		
Goiás	2 281 056,00	251 334 486,00	

Agências:

Rondônia	44 496,00		
Acre	22 992,00		
Amazonas	73 824,00		
Rio Branco	6,00		
Pará	350 148,00		
Amapá	2 460,00		
Maranhão	348 534,00		
Piauí	400 860,00		
Ceará	943 248,00		
Rio Grande do Norte	409 032,00		
Paraíba	1 317 624,00		
Pernambuco	2 049 114,00		
Alagoas	826 668,00		
Sergipe	470 130,00		
Bahia	4 541 754,00		
Minas Gerais	21 013 068,00		
Espírito Santo	1 726 380,00		
Rio de Janeiro	14 334 300,00		
São Paulo	39 216 324,00		
Paraná	8 503 020,00		
Santa Catarina	5 045 688,00		
Rio Grande do Sul	14 562 684,00		
Mato Grosso	2 089 566,00		
Goiás	2 373 594,00	120 665 514,00	372 000 000,00

3 — Receita Patrimonial	2 918 200,00
4 — Receitas Diversas	2 794 900,00
Total	805 320 920,00

Art 3º — A despesa será realizada, na forma do Anexo n° e subanexos com atendimento dos encargos e manutenção dos serviços do Conselho Nacional de Estatística, obedecidos o desdobramento e a distribuição seguintes:

DESPESA ORDINÁRIA

1 — Secretaria-Geral — Inclusive o Núcleo de Planejamento Censitário 284 190 431,00

2 — Inspetorias Regionais de Estatística Municipal

Sedes:

Rondônia	1 655 400,00	
Acre	1 875 300,00	
Amazonas	3 855 300,00	
Rio Branco	1 417 100,00	
Pará	7 073 300,00	
Amapá	1 644 800,00	
Maranhão	6 884 880,00	
Piauí	4 904 300,00	
Ceará	8 956 520,00	
Rio Grande do Norte	4 568 740,00	
Paraíba	6 151 550,00	
Pernambuco	9 951 702,00	
Alagoas	5 083 611,00	
Sergipe	4 452 800,00	
Bahia	10 688 580,00	
Minas Gerais	17 965 600,00	
Espírito Santo	4 868 400,00	
Rio de Janeiro	8 383 000,00	
São Paulo	56 766 724,00	
Paraná	8 389 340,00	
Santa Catarina	6 200 600,00	
Rio Grande do Sul	11 357 300,00	
Mato Grosso	4 475 370,00	
Goiás	6 288 961,00	203 859 188,00

Agências:

Rondônia	245 400,00	
Acre	1 283 400,00	
Amazonas	3 191 100,00	
Rio Branco	—	
Pará	8 438 880,00	
Amapá	387 760,00	
Maranhão	9 633 600,00	
Piauí	7 326 600,00	
Ceará	12 671 840,00	
Rio Grande do Norte	6 622 740,00	
Paraíba	6 489 100,00	
Pernambuco	14 633 000,00	
Alagoas	5 620 800,00	
Sergipe	6 017 200,00	
Bahia	22 218 200,00	
Minas Gerais	59 411 400,00	
Espírito Santo	5 461 200,00	
Rio de Janeiro	12 535 100,00	
São Paulo	69 374 400,00	
Paraná	13 590 500,00	
Santa Catarina	10 205 200,00	
Rio Grande do Sul	23 875 260,00	
Mato Grosso	6 408 487,00	
Goiás	11 630 134,00	317 271 301,00
Total		805 320 920,00

Art 4º — O auxílio financeiro destinado aos Departamentos Estaduais de Estatística e Serviços de Geografia e Estatística, no total de Cr\$ 16 970 000,00 (dezesseis milhões, novecentos e setenta mil cruzeiros), será distribuído e aplicado em obediência ao disposto nas resoluções JEC-495 e AG-672

Art 5º — Fica o Presidente do Instituto autorizado a proceder, sempre que necessário, às alterações nas tabelas explicativas do orçamento, sem ultrapassar cada uma das verbas consignadas para o órgão respectivo

RESOLUÇÃO N° 557, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1957

Homologa o Convênio entre o Conselho Coordenador do Abastecimento e o Conselho Nacional de Estatística para melhoria da previsão e estimativa das safras agrícolas

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística no uso de suas atribuições, e

considerando a necessidade de assegurar melhores condições de eficiência à previsão e estimativa das safras agrícolas; e

considerando o que consta do processo n° 22 445/57, da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística,

RESOLVE:

Artigo Único — É homologado o Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Coordenador de Abastecimento e o Conselho Nacional de Estatística, para a execução, em melhores condições de eficiência, e pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, da previsão e estimativa das safras agrícolas do País

MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL

LEI N° 3 273, DE 1° DE OUTUBRO DE 1957

Fixa a data da mudança da Capital Federal, e dá outras providências

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art 1º — Em cumprimento do artigo 4º e seu § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será transferida, no dia 21 de abril de 1960, a Capital da União para o Novo Distrito Federal já delimitado no planalto central do País

Art 2º — Os Podêres Executivo, Judiciário e Legislativo ficam autorizados a tomar as providências necessárias ao atendimento do disposto no artigo anterior

Art 3º — Fica incluída na relação descritiva do Plano Rodoviário Nacional, de que trata a Lei n° 2 975, de 27 de novembro de 1956, a ligação Rio-Brasília, para os efeitos do artigo 30 da mesma lei

Art 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1º de outubro de 1957; 136º da Independência e 60º da República

JUSCELINO KUBITSCHEK
Nereu Ramos
Antônio Alves Câmara
Henrique Lott
Décio Moura
João de Oliveira Castro
Viana Júnior
Lúcio Meira
Mário Meneghetti
Clóvis Salgado
Parsifal Barroso
Francisco de Melo
Maurício de Medeiros

Publicado no "Diário Oficial", edição de 1º-X-1957

GUIAS DE IMPORTAÇÃO

DECRETO N° 42 914 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1957

Institui a Guia de Importação para fins estatísticos

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, número I da Constituição, e tendo em vista o disposto no parágrafo terceiro do artigo 38, da lei número 3 244, de 14 de agosto de 1957, decreta:

Art 1º — Nos termos do parágrafo terceiro do art 38 da lei n° 3 244, de 14 de agosto de 1957, fica instituída a Guia de Importação, para fins de levantamento da estatística de importação do comércio exterior

Art 2º — Para cumprimento do disposto no art 1º do presente decreto, deverão os importadores ou despachantes aduaneiros autori-

zados apresentar, junto aos demais documentos exigidos para o desembaraço das mercadorias importadas, a Guia de Importação, preenchida de acordo com o modelo e instruções anexos e acompanhada de uma das vias da fatura comercial correspondente

§ 1º Estão dispensadas de guia de importação:

- a) as encomendas expedidas por via postal ou aérea cujo valor comercial não exceder de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros);
- b) as amostras sem valor comercial;
- c) a bagagem que acompanhar o passageiro

§ 2º No caso de desembaraço parcelado, a fatura comercial será anexada à primeira Guia de Importação referente ao primeiro despacho, figurando o número da fatura comercial nos demais

Art 3º — As Guias de Importação serão apresentadas, em 2 (duas) vias, à repartição aduaneira do local de importação, as quais terão os seguintes destinos:

a) a 1ª via será remetida ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda;

b) a 2ª via ficará arquivada na repartição aduaneira do local de importação

Art 4º — A Guia de Importação será preenchida a máquina de escrever ou a mão, a tinta ou a lápis indelével, com caracteres bem legíveis e sem emendas ou rasuras

Art 5º — A Guia de Importação é isenta de selo, impostos, taxa ou qualquer ônus fiscal por parte da União, Estado ou Município, na conformidade da legislação em vigor

Art 6º — As guias deverão ser impressas por conta de cada importador, de conformidade com o modelo anexo, com as dimensões de 0,440 m x 0,330 m em papel branco e terão, no verso, onde nada poderá ser escrito pelo importador ou despachante, as instruções constantes do novo modelo

Art 7º — Das Guias de Importação deverão constar:

a) numeração seriada anual, dada pela repartição aduaneira;

b) dados identificadores da repartição aduaneira: nome da repartição (Alfândega, Mesa de Renda); nome do porto ou aeroporto de entrada da mercadoria no país e o nome da Unidade da Federação em que os mesmos se localizam;

c) país de origem, entendido, para as matérias-primas, aquêle onde foi produzida a mercadoria; para os produtos manufaturados, aquêle onde se verificou a última transformação;

d) país de compra, entendido aquêle em que tiverem sido adquiridas as mercadorias;

e) porto de embarque, cu seja, aquêle de onde tiverem partido as mercadorias para o Brasil, sem que tenha havido transbordo ou mudança de condução;

f) bandeira do meio de transporte utilizado, ou antes, o nome do país a que pertence a embarcação, aeronave ou outro qualquer veículo utilizado no transporte das mercadorias;

g) frete total pago em moeda estrangeira e em moeda nacional;

h) taxa cambial, entendendo-se como taxa cambial a "efetivamente paga" pelo importador na licitação adicionada à do valor oficial;

i) a discriminação das mercadorias, indicando o importador ou despachante as mercadorias com as denominações próprias, de acordo com a compra realizada, de conformidade com o disposto no art 9º;

j) o peso bruto e líquido das mercadorias, entendendo-se como peso bruto dos volumes o que inclui todos os envoltórios externos e internos, e como peso líquido real o da mercadoria livre de todo e qualquer envoltório;

k) a quantidade em unidade diferente do quilograma, de acordo com a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (N B M);

l) o valor em moeda estrangeira em que se verificou a operação comercial;

m) o valor em cruzeiro efetivamente pago pelo importador, isto é, o valor pago na licitação, mais o obtido, segundo a taxa oficial;

n) o nome e a assinatura do importador ou despachante aduaneiro, garantindo a exatidão dos dados apresentados, bem como o nome e o endereço do importador ou sede da firma comercial.

Art 8º — Cada mercadoria deverá trazer a declaração do seu peso e valor comercial, sendo proibido englobar em um só peso ou num só valor, mercadorias diferentes

Art 9º — Não serão permitidas declarações genéricas, devendo as mercadorias ser discriminadas com as denominações próprias, de acordo com a compra realizada e segundo a nomenclatura tarifária, registrando-se também o número do código correspondente na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, desde que tenha sido publicado pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, o índice de conversibilidade, conforme determina o decreto nº 32 746, de 8 de maio de 1953

Art 10 — As repartições aduaneiras deverão verificar se todos os dados da Guia de Importação são verídicos e coincidem com os da Nota de Importação, convidando o importador ou despachante autorizado a fazer a devida correção, verificada qualquer irregularidade, ficando o desembaraço da mercadoria condicionado ao cumprimento prévio da diligência

§ 1º — Compete ao funcionário fiscal, encarregado da conferência, reproduzir na Guia de Importação qualquer retificação, feita posteriormente na Nota de Importação correspondente, após a conferência das mercadorias, dando saída imediata à guia

§ 2º — É considerada falta grave o desembaraço da mercadoria com desrespeito ao disposto neste artigo

Art 11 — Após o ato do desembaraço, serão as guias numeradas, de acordo com o que determina a letra a do artigo 7º, devendo as primeiras vias ser remetidas ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda

Art 12 — As Guias de Importação devem ser enviadas ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, semanalmente, pelo Correio, por via aérea, acompanhadas de uma das vias da respectiva fatura comercial, devidamente legalizadas pela repartição consular do porto de embarque das mercadorias, mencionando-se, nos ofícios de remessa, a quantidade e a numeração das mesmas

Parágrafo único — A Alfândega do Rio de Janeiro fará a entrega dos documentos a que se refere este artigo, por protocolo, mediante recibo, de dez (10) em dez (10) dias

Art 13 — Para fins de controle das Guias de Importação encaminhadas ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, deverão as repartições aduaneiras, no princípio de cada mês, comunicar à citada repartição, por telegrama, qual o número de guias processadas no mês anterior,

Art 14 — No mês em que não se verificar movimento, deverá ser feita esta comunicação ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda até o dia 5 do mês seguinte

Art 15 — Compete às repartições fiscais preencher as guias de importação relativas às mercadorias apreendidas e enviar ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, na forma do art 12 do presente decreto

Art 16 — É proibida a exibição das Guias de Importação a pessoas estranhas ao objetivo das mesmas

Art 17 — O Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda expedirá as instruções necessárias ao fiel cumprimento deste decreto

Art 18 — Os casos omissos serão resolvidos pelo diretor-geral da Fazenda Nacional, mediante proposta do diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda

Art 19 — Este decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 1958, revogadas as disposições em contrário

Instruções para o preenchimento da Guia de Importação

O preenchimento da Guia de Importação deverá ser feito pelo importador ou despachante autorizado e entregue às repartições aduaneiras junto aos demais documentos exigidos para o desembaraço das mercadorias

Todos os claros desta Guia de Importação, com a observação "Para uso oficial", são de uso exclusivo do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda:

a) a numeração, que compete à repartição aduaneira, deve ser anual;

b) neste item devem ser declarados o nome da repartição aduaneira (alfândega, estação aduaneira etc), o nome do porto ou aeroporto de entrada da mercadoria no país e o da unidade da Federação em que os mesmos se localizam;

c) país de origem, entendido, para as matérias-primas, aquele onde foi produzida a mercadoria; para os produtos manufaturados, aquele onde se verificou a última transformação;

d) país de compra é aquele em que são adquiridas as mercadorias para serem exportadas para o Brasil;

e) porto de embarque é aquele de onde partem as mercadorias para o Brasil sem que tenha havido transbordo ou mudança de condução;

f) deve-se registrar neste campo o país a que pertence a embarcação ou aeronave que fizer o transporte das mercadorias;

g) neste item deve ser declarado o frete total pago correspondente às mercadorias discriminadas nesta Guia de Importação, em moeda estrangeira e cruzeiros;

h) taxa cambial, entendendo-se como taxa cambial a "efetivamente paga" pelo impor-

tador, na licitação adicionada à do valor oficial;

i) o importador deverá indicar nesta coluna as mercadorias com as denominações próprias, e ainda, de acordo com a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (N. B. M.);

j) nesta coluna devem-se registrar os códigos das mercadorias na Lei de Tarifas e na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (N. B. M.);

k) peso bruto dos volumes é o que inclui o de todos os envoltórios externos ou internos. Peso líquido real é o da mercadoria livre de todo e qualquer envoltório;

l) nesta coluna deve ser registrada a quantidade em unidades diferentes do kg (quilograma) exigidas na N. B. M. (exemplo: 1 000 cabeças, 2 500 pares, 16 máquinas, 1 340 gramas, 2 400 sacos etc);

m) valor na moeda estrangeira em que se verificou a operação comercial;

n) o valor em cruzeiros efetivamente pago pelo importador, isto é, o valor pago na licitação, mais o obtido, segundo a taxa oficial

PARA USO DAS REPARTIÇÕES FISCAIS

a) cabe às repartições aduaneiras verificar se todos os dados da Guia de Importação são verídicos e coincidem com os na Nota de Importação, remetendo-os, em seguida, ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira (S. E. E. F.) do Ministério da Fazenda;

b) compete ao funcionário fiscal encarregado da Conferência, reproduzir na Guia de Importação qualquer retificação, feita posteriormente na Nota de Importação correspondente, após a conferência das mercadorias;

c) as Guias de Importação devem ser numeradas, seguidamente, a começar em cada ano pelo nº 1;

d) as Guias de Importação devem ser enviadas ao S. E. E. F., semanalmente, pelo correio, de preferência por via aérea, acompanhadas de uma das vias das respectivas faturas comerciais, mencionando-se nos ofícios de remessa, a quantidade e a numeração das mesmas; a Alfândega do Rio de Janeiro fará a entrega dos mesmos documentos, por protocolo, mediante recibo, de dez em dez dias;

e) para que o S. E. E. F. possa saber que nenhuma guia deixou de ser-lhe entregue, por extravio do correio ou descuido das repartições fiscais, deverão estas, no princípio de cada mês comunicar-lhe, por telegrama, qual o número de guias processadas no mês anterior;

f) no mês em que não se verificar movimento, deve ser feita esta comunicação ao S. E. E. F. até o dia 5 do mês seguinte;

g) compete às repartições fiscais preencher as Guias de Importação relativas a mercadorias apreendidas e enviar ao S. E. E. F. na forma do art 12 do decreto que institui a citada Guia"

XXX SESSÃO DO INSTITUTO INTERNACIONAL DE ESTATÍSTICA

REALIZOU-SE em Estocolmo, de 8 a 15 de agosto, a XXX Sessão do Instituto Internacional de Estatística, da qual participaram mais de 400 delegados, representando 50 países e 13 organizações internacionais.

Temário — o temário dos trabalhos estava assim constituído:

1. Teoria e prática da programação linear, particularmente quanto aos aspectos estocásticos;
2. Técnica de levantamento na pesquisa demográfica;
3. Emprego de máquinas eletrônicas para os recenseamentos da população e para outros objetivos;
4. Verificações estatísticas de previsões e planos econômicos nacionais;
5. A estatística das regiões do interior de um país;
6. Elaboração de um programa para o recenseamento mundial agrícola de 1960;
7. A estatística dos transportes, da segurança do trânsito e dos encobrimentos do tráfego;
8. Aplicação de métodos estatísticos nas pequenas empresas;
9. Aplicação dos métodos estatísticos na administração;
10. Papel da estatística na administração municipal;
11. Tema livre;
12. Medidas da fecundidade;
13. Reuniões mistas com a Sociedade de Biometria: Genética estatística;
14. Métodos de sondagem;
15. Reuniões para a discussão das contribuições livres.

Sessão de instalação — A sessão de instalação, que teve caráter solene, foi realizada na Sala de Concertos de Estocolmo, sob a presidência do sr. T. Erlander, Presidente do Conselho de Ministros da Suécia, que saudou, em nome do governo, os delegados presentes.

Na ausência do presidente do I.S.I., prof. G. Darmonis, discursou o vice-presidente, prof. B. C. Geary, pelo Instituto. Falou também a presidente da Comissão Organizadora da XXX Sessão, Sra. Karin Kock.

Sessões plenárias — As sessões plenárias foram realizadas na sede do Parlamento, onde funcionaram o secretariado, os serviços auxiliares e exposições.

De acordo com o regimento, apenas cinco contribuições foram debatidas em cada sessão. Realizaram-se duas sessões especiais, em conjunto com a União Internacional para o Estudo Científico da População, para exame dos trabalhos relacionados com a demografia.

Participação do Brasil — A delegação brasileira à XXX Sessão do ISI estava constituída dos Srs. João Maria Brozado Filho, Luiz de Abreu Moreira, Giorgio Mortara, Raul do Rêgo Lima e João Jochman, pelo IBGE;

Mesa Diretora de uma das reuniões. Na presidência, o Sr. E. Geary, tendo à sua direita o relator, Prof. Mahalamobis



Jorge Kingston, pela Sociedade Brasileira de Estatística; Flávio Faria, pela Prefeitura do Distrito Federal; A Guedes Bittencourt, Conselheiro da Embaixada do Brasil em Estocolmo, pelo Ministério das Relações Exteriores; e dos diretores dos Serviços de Estatística dos vários Ministérios

Como contribuição, foram apresentados os seguintes trabalhos: *Sur les erreurs dans les déclarations des enfants eus*, do prof Giorgio Mortara; *L'autonomie municipale et la statistique*, de Raul do Rêgo Lima; e *Contribution à la détermination du niveau de la mortalité au Brésil*, de Ernani Thimóteo de Barros

Na reunião do dia 9 foi debatida a contribuição do Sr Raul do Rêgo Lima, que dela fez um resumo para o plenário

Nas reuniões em conjunto com a União Internacional para o Estudo Científico da População foram discutidos os dois outros trabalhos, tendo falado na ocasião o prof Giorgio Mortara

Na exposição de publicações que o ISI organizou, ao lado das salas do secretariado, o Brasil teve papel de relevo. Despertaram especial interesse a "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", o "Anuário de Estatística do Brasil" e a tradução inglesa de "A Cultura Brasileira", do prof Fernando de Azevedo

Entre os participantes da XXX Sessão, fez-se ampla distribuição de publicações do CNE em língua estrangeira ("Brazil Up to Date", "Brésil d'aujourd'hui" e "Brazil, present and future")

Assembléia Geral do ISI — Na mesma oportunidade, realizou-se a Assembléia Geral do Instituto Internacional de Estatística, durante a qual foram feitas expressivas referências ao saudoso estatístico brasileiro M A Teixeira de Freitas, e elogiado o trabalho de organização da XXIX Sessão, realizada no Brasil, tendo sido expressamente mencionados os Srs Elmano Cardim, Waldemar Lopes e Tulo Hostilio Montenegro

Foram eleitos os novos membros da diretoria para o próximo biênio, tendo sido escolhidos os Srs G Darmois (França), presidente; M Boldrini (Itália), H Marshall (Canadá), Y Morita (Japão), A Wold (Suécia), vice-presidentes; G Goudswaard (Países Baixos), secretário-geral; Gertrude Cox (Estados Unidos), tesoureiro

Sessão extraordinária — A convite do governo da Bélgica, o ISI realizará em Bruxelas, no próximo ano, uma sessão extraordinária, que deverá coincidir com a Exposição Internacional que se organiza naquela cidade

XXXI Sessão — A sede da próxima sessão ordinária do Instituto, fora da Europa, será provavelmente o Canadá, estando a direção do ISI em entendimentos com o governo daquele Domínio

Assembléia Geral da União Internacional de População — A União Internacional para o Estudo Científico da População realizou em Estocolmo, na mesma época, a sua assembléia geral, tendo eleito para a presidência de honra o prof Giorgio Mortara, e para a presidência, o prof F Loimer, dos Estados Unidos

VATICÍNIOS DEMOGRÁFICOS

Os censos dos Estados Unidos acusaram para a cidade de Chicago as populações de 3 396 808 e 3 620 962, respectivamente, em 1940 e 1950, e que nos permitiu determinar em 0,000642 a taxa de crescimento anual da população daquela cidade americana, e estimar em 3 859,492 a sua população para 1960

Nas mesmas condições, os censos americanos acusaram as populações de 1 504 277 e 1 970 358, respectivamente, em 1940 e 1950, para a cidade de Los Angeles, o que nos facultou calcular em 0,2735 a taxa do crescimento demográfico dessa bela cidade californiana e em 2 580 650 a sua população para 1960

Semelhantemente, os censos brasileiros de 1940 e 1950 nos facultaram determinar em 0,05272 a taxa de crescimento anual de São Paulo, e estimar em 3 811 376 a sua população para 1960

Notamos, através das três taxas, que a de São Paulo é a mais alta de tôdas: é oito vezes superior à de Chicago, e quase o dôbro da de Los Angeles, que, por sua vez, é mais de 4 vezes a de Chicago

A população de São Paulo ficará, em 1960, bem distante da de Los Angeles, e será inferior apenas de 48 116 à de Chicago Mas, a partir de 1961, São Paulo ultrapassará Chicago

e será a 7ª cidade do mundo, em população, se fôr mantida por Deus a atual situação demográfica das cidades em referência

Nota: Não houve recenseamento demográfico em 1930 Estimamos a população do Município de São Paulo, para esse ano, por três processos, de que fluíram os seguintes resultados:

Pela fórmula de José Lus, Conde de La-grange, fazendo entrar nos cálculos os resultados dos censos de 1920, 1934, 1940 e 1950, São Paulo teria tido 891 650 habitantes, em 1930

Pelas diferenças finitas, não considerando o censo de 1934 nos cálculos, teria 786 573 habitantes

Pela fórmula de crescimento geométrico, considerando os censos de 1920 e 1934, determinamos a taxa em 0,04225, isto é, 42,25 habitantes por mil, de aumento por ano, e a população de 951 407 habitantes

Parece-nos que a primeira e a última estimativas são as melhores, com vantagem para a primeira, por levar em conta os quatro dados censitários — *Authos Pagano*

Publicado no "Diário de São Paulo", do dia 19-3-57

EMIGRAÇÃO ESPANHOLA PARA AS AMÉRICAS

Estão publicados os números da emigração espanhola para as Américas em 1955 O número líquido das saídas atingiu 47 369 unidades, pois, para 62 237 que foi o seu número total, houve retornos de 14 868 Em 1954 os números haviam sido respectivamente: 37 785, 52 418 e 14 633 Houve, portanto, em 1955, um aumento efetivo de 9 584 emigrantes sobre o ano anterior já que o total cresceu muito e o número de retornos não teve aumento sensível

O principal destino dos emigrantes espanhóis, no ano passado, foi a Venezuela para onde se dirigiram 26 277 contra 22 033 em 1954 ou um aumento de 4 244 Mas como também nos retornos houve aumento de 1 639, o número líquido da emigração espanhola para a próspera República foi, em 1955, de 20 942 unidades ou 44,2 por cento de toda a emigração espanhola para o Ultramar

A seguir à Venezuela foi ainda o Brasil o principal destino dos emigrantes espanhóis O seu número líquido, em 1955, excedeu o dos que se dirigiram para a Argentina, embora o total dos espanhóis que procuraram este país fôsse superior ao dos que buscaram fixar-se no Brasil Para o Brasil seguiram, no último ano, 10 206 espanhóis mas regressaram 1 223, o saldo líquido da emigração sendo, portanto, de 8 983 unidades contra 9 400 em 1954, o que significa uma baixa de 417

Para a Argentina a emigração líquida aumentou no ano passado Saíram para lá 13 504 emigrantes mas voltaram 5 576, ficando o saldo sendo de 7 928, quando no ano anterior os números haviam sido de 12 576, 6 748 e 5 828, respectivamente

O quarto país, entre os destinos principais dos emigrantes espanhóis em 1955, foi o Uru-

gual que o fôra já, também, no ano anterior. Mas a emigração efetiva para este país aumentou muito. De 6 050 espanhóis que foram para o Uruguai só houve 914 retornos, o que significa um saldo líquido de 5 136 em relação a 2 866 no ano anterior.

Dos outros países americanos de imigração foi a República Dominicana que ocupou o quinto lugar: 3 403 emigrantes contra apenas 837 em 1954 ou um aumento de mais quatro vezes. Os retornos foram respectivamente 96 e 44 e os saldos líquidos de 3 307 e 793.

Ainda Cuba foi destino de mais dum milhão de espanhóis: 1 142 que 844 retornos reduziram a 298, fixados de novo.

Em 1944 as saídas para Cuba haviam sido 900 e os retornos 955, havendo, portanto, um saldo negativo de 55.

Para a Colômbia, México e Peru os emigrantes espanhóis deduzidos os retornos, foram apenas 386 contra 477 no ano anterior, sendo para outros países não discriminados, 429 contra 79.

Para os Estados Unidos houve um saldo negativo de 40 unidades, pois para 191 saídas houve 231 retornos.

O maior número de emigrantes espanhóis em 1955 foi de pessoas sem profissão (mulheres e crianças de menos de 15 anos).

Saíram nessas condições 29 721 tendo retornado 5 798 o que reduziu o saldo líquido a 23 923 ou quase metade do total líquido. No ano anterior o saldo líquido dessa emigração fôra de 19 270 pessoas ou mais de metade do total, deduzidos os retornos.

Os destinos principais dos saldos líquidos dessa emigração foram: Venezuela: 8 950; Argentina: 6 012; Brasil: 4 670; Uruguai: 3 132 e República Dominicana: 434.

Dos emigrantes espanhóis com profissão, em 1955, foi de trabalhadores de indústria o número mais elevado, 14 918 que, deduzidos os 2 803 retornos, se reduziu a 12 115.

Dos operários industriais saídos a maior parte foi para a Venezuela e para o Brasil: 7 341 e 3 357, números líquidos, respectivamente.

Os trabalhadores agrícolas ocuparam, em 1955, o lugar a seguir aos industriais: 9 698 de saldo líquido. A Venezuela foi o principal destino: 3 697. Em segundo lugar a República Dominicana: 2 555. Seguiram-se Argentina: 1 371 e o Uruguai: 1 159.

Os retornos no grupo dos trabalhadores agrícolas são os mais baixos, inferiores aos das indústrias e estes, por sua vez mais baixos do que os do comércio e de ocupações privadas cuja saída total foi de 4 175, mas cujo saldo líquido foi apenas de 1 219, por terem sido os retornos de mais do dobro: 2 956.

A Argentina foi o principal destino do terceiro grupo: 1 997 no total que, diminuídos dos retornos, 1 851, deram um saldo líquido de 146 somente, contra um saldo negativo de 153 no ano anterior.

Para a Venezuela o total das saídas foi de 1 004. Entraram dessa origem 342. Saldo líquido: 662 que foi o mais elevado de todos.

Emigrantes com profissões liberais saíram no ano passado, ao todo: 553. Os retornos fo-

ram 110. A emigração líquida ficou, pois, em 443, dos quais 196 na Venezuela, 109 na Argentina, 29 no Brasil, 24 na República Dominicana e 22 no Uruguai.

Como se vê, para a Venezuela, Brasil e Argentina, em conjunto, foram 79,9% da emigração líquida da Espanha no ano passado, quando no anterior a participação líquida desses países fôra de 83,5%.

É a Venezuela o maior destino da emigração espanhola e esse lugar lhe cabe desde 1952. O aumento dela em 1953 foi de quase 50% sobre o ano anterior.

Apesar de ter aumentado ligeiramente em 1955, a emigração para a Argentina vem a declinar desde 1952 em que foi de mais de 32 000 unidades.

Coisa idêntica, embora mais gradualmente, vem sucedendo com o Brasil.

Quanto aos emigrantes saídos em 1955 fez-se a dedução dos retornos por países de residência e por profissões. Em relação a esses países os retornos mais importantes foram da Argentina (37,5% do total em 1955) e da Venezuela (35,8%).

Os retornos voluntários em 1955 foram de 83%. Os repatriamentos por indigência atingiram 16%.

Os retornos de espanhóis com mais de 10 anos de residência no estrangeiro foram em 1955, de 33% contra 49% em 1954.

Quis fazer neste artigo um exame tão metucioso quanto possível da emigração espanhola para o Ultramar porque ela se assemelha muito à portuguesa, como oportunamente demonstrei com o exame que fiz desta última.

Não forneceram as "Informations Sociales" do B I T de 1º de dezembro em que forrageei os números agora referidos, informes sobre as regiões ou províncias espanholas de origem dos emigrantes. Quanto aos emigrantes portugueses pude examinar e fazer o estudo comparativo das regiões originárias porque a nossa estatística das emigrações as fornece.

E certamente sucederá o mesmo em Espanha.

Mas só os números que referi já permitem reflexão e confrontos sobre o que se passa no país vizinho com a emigração, seus destinos e distribuição profissional.

Ninguém me levará certamente a mal a insistência com que me estou ocupando dos problemas da emigração que tanto nos interessam ao Brasil e podemos dizer que tanto interessam a Espanha e principalmente às regiões da Espanha mais próximas de nós, pelas características geo-econômicas e pela saturação demográfica, como o é, sem dúvida, a Galiza cujos naturais continuam a procurar trabalho em Portugal e no Brasil, como o procuram nos países da língua espanhola que, se é mais sua, sob o ponto de vista legal, sob o ponto de vista sentimental alguns consideram mais alheia do que a nossa — *Nuno Simões*

A ESCOLA DE ESTATÍSTICA DA BAHIA

FUNDADA há cinco anos, a Escola de Estatística da Bahia é a segunda do país (pertence a primeira ao IBGE) e acaba de preparar a sua primeira turma de estatísticos de alto padrão. Correspondendo a uma necessidade premente do desenvolvimento econômico do Brasil o ensino de estatística, já regulamentado em nível médio pela Lei Orgânica do ensino comercial dentro em breve será objeto de uma legislação específica, com o que se criará, em definitivo, a profissão de estatístico, de nível universitário. Antecipando-se à lei, a escola do IBGE e a da Bahia estão cuidando da preparação destes profissionais, subvencionada a nossa pela Universidade da Bahia. Este é um serviço de inegável merecimento, pois a estatística, nos dias de hoje, além de constituir um instrumento indispensável ao progresso dos serviços públicos e empresariais, é também um método científico igualmente necessário nos domínios da pesquisa em todos os ramos do saber. Por este motivo, a Escola de Estatística da Bahia tem sido procurada não só pelos jovens que concluem cursos secundários, como também por pessoas já graduadas que se dispõem a fazer o

curso de estatística à maneira de uma especialização necessária ao aperfeiçoamento profissional. A estes candidatos, especialmente os que possuam diploma de engenheiro, arquiteto, economista, matemático e agrônomo, a escola dispensa o exame vestibular e, durante o curso, os exames nas disciplinas que já tenham cursado, em grau suficiente aos objetivos da escola. Os demais candidatos deverão submeter-se a exame vestibular que se realizará em junho, isto é, depois de terem frequentado condicionalmente o primeiro semestre do primeiro ano, quando também lhes serão ministradas aulas de matemática, português e inglês, disciplinas constitutivas do exame vestibular. As inscrições para este curso, como para o curso médio de estatística, equivalente ao curso comercial técnico e assim submetido à fiscalização do Ministério da Educação, encontram-se abertas na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia, na praça 13 de Maio, pela manhã e à noite.

Publicado pelo jornal *A Tarde*, de Salvador a 11-II-1957

ATIVIDADES DA JEC

★ 1^a de julho, sessão ordinária — Compareceu o novo representante do Ministério das Relações Exteriores, Conselheiro Meira Pena, que foi saudado pelo Sr Moacir Malheiros O Sr Secretário-Geral comunicou, entre outras coisas, que fôra inaugurada no dia 22 de junho a sede da Agência Municipal de Estatística de Siriri (Sergipe), em prédio construído pela Prefeitura Municipal

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou voto de congratulações com o Sr Nirceu da Cruz César, pela publicação de um trabalho do SEPT sobre o salário-mínimo; b) aprovou voto de pesar pelo falecimento do Sr Álvaro Gueiros, funcionário do Ministério da Educação e Cultura

Publicações distribuídas: *Quadro Sintético da Safra de 1956/57*, do IAA; *Nota sobre a Legislação Cambial Brasileira*, do Laboratório de Estatística; *Mensário Estatístico n.º 71*, do SEEF; *Exportação do Distrito Federal por Vias Internas, 1956* (DLE); *Estudos Demográficos n.º 209-A*, do Laboratório de Estatística; *Resoluções aprovadas pela XVII Assembléia-Geral do CNE*

★ 8 de julho, sessão extraordinária — Foram aprovados os seguintes votos: de pesar, pelo falecimento do Sr Paulo Pimentel, antigo diretor do DEE de Pernambuco; de congratulações, com o povo e o prefeito de Montes Claros, pela passagem do primeiro centenário daquele Município O Sr Secretário-Geral fez, entre outras, as seguintes comunicações: a) ratificaram os Convênios Nacionais de Estatística Municipal os Municípios de Itariri e Guapirama (SP) e São Luís de Montes Belos (GO); b) como parte das comemorações do aniversário do IBGE, o prefeito de Santa Cruz Cabralia (BA) dera o nome de Teixeira de Freitas a uma escola naquele município

A Junta baixou as Resoluções de ns 539 a 542 Foram, ainda, aprovadas as prestações de contas da Secretaria-Geral, do primeiro quadrimestre de 1957; dos DEE — do Ceará, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Maranhão e Espírito Santo, e do SGE do Amapá, referentes a auxílios concedidos em 1957; do DEE de São Paulo, de auxílio concedido em 1955

Publicações distribuídas: *Estudos Demográficos n.º 213*, do Laboratório de Estatística

★ 16 de julho, sessão ordinária — O Sr Alberto Martins falou sobre a contribuição do SEEC ao próximo "Anuário Estatístico do Brasil" O Sr Paulo Rangel referiu-se ao levantamento da produção do tilgo pelo método de amostragem,

fêz reparos à publicação da Legislação Orgânica do Conselho e ao questionário do Censo Experimental de Ituiutaba

A Junta resolveu: a) formular votos de congratulações com o Senador Joaquim Pires Ferreira, pelo transcurso de seu aniversário natalício; e com o padre Kerginaldo Memória, ex-diretor do Departamento de Estatística Militar da PDF, pela sua ordenação e celebração de primeira missa; b) baixar a Resolução n.º 543; c) aprovar as contas do auxílio concedido em 1956, aos DEE do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Bahia; d) aprovar a reforma da Seção de Intercâmbio da Secretaria-Geral; e conceder isenção da taxa de estatística a espetáculos de cunho beneficente

O Sr Secretário-Geral comunicou a instalação, no dia 11, da Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento do Plano de Pesquisas

Publicações distribuídas: *Produção de Algumas Espécies de Origem Mineral; Indústria Brasileira de Cal; Brasil — Produção Agrícola 1952/6; Número de Animais Existentes e Produção de Origem Animal; Produção Agrícola, por Município* (todas do SEP); Monografias Municipais de *Campo Maior* (PI) e *Anápolis* (GO), da DDD; *Estudos sobre as Quantidades e os Preços das Mercadorias Produzidas ou Negociadas*, n.º 69, do Laboratório de Estatística

★ 24 de julho, sessão extraordinária — Compareceu o novo representante do Ministério da Guerra, tenente-coronel Edson de Figueiredo, que foi saudado pelo Prof Jurandyr Pires Ferreira Vários dos Srs Conselheiros felicitaram o presidente do IBGE pela escolha do Inspetor Regional, Sr Arthur Ferreira, para substituir o Secretário-Geral, durante sua viagem a Estocolmo, aonde ia representar o Brasil na Sessão do ISI

Entre outras, a Junta tomou as seguintes deliberações: a) homologou a Resolução n.º 135, da JERE do Rio de Janeiro; b) aprovou as contas do auxílio especial concedido ao DEE de São Paulo, e dos auxílios concedidos em 1956 aos DEE do mesmo Estado e de Mato Grosso, e aos SGE dos Territórios de Guaporé e Rio Branco; c) converteu em diligência processos da JERE da Paraíba, do Espírito Santo e do Maranhão; d) baixou as Resoluções n.º 544 e 545; e) aprovou os pareceres das Comissões designadas para estudar os processos sobre aquisição da sede da IR de Goiás, prestação de contas do primeiro trimestre de 1957 do Serviço Gráfico e aquisição de sede para a IR do Rio Branco

Publicações distribuídas: *Boletim Estatístico* n.º 58 (DDD); *Estudos Demográficos* n.º 214, do Laboratório de Estatística; Monografia municipal de *Buquim* (SE), da DDD

★ 31 de julho, sessão extraordinária — Foram tomadas pela Junta, entre outras, as seguintes deliberações: a) aprovados votos de congratulações com o DASP, pelo transcurso do aniversário de sua fundação; com o Governador e a Assembléa Legislativa de Pernambuco, pelo 10.º aniversário da Constituição daquele Estado; com o vespertino "O Globo" pela passagem da data de sua fundação; b) aprovou voto de elogio à DDD, pela publicação de "O Mundo em Números"; c) concedeu isenção da taxa de estatística para espetáculos beneficentes

O Sr Secretário-Geral comunicou que fôra iniciada pela Prefeitura Municipal de Barcelos, no Amazonas, a construção de prédio destinado à Agência Municipal de Estatística, e que fôra ratificado pelo Município de Ipixuna, no Amazonas, o Convênio Nacional de Estatística

Publicações distribuídas: *O Mundo em Números* (DDD); *Estudos Demográficos* Ns 210 e 215 (Laboratório de Estatística); Monografia Municipal de *Conceição do Mato Dentro* (MG), da DDD

★ 7 de agosto, sessão ordinária — O Sr Secretário-Geral comunicou que fôra ratificado pelo município de Toritama (PE) o Convênio Nacional de Estatística

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou votos de congratulações com a Confederação Nacional das Indústrias pelo êxito da III Reunião Plenária da Indústria; e de pesar, pelo falecimento do ex-Presidente da República, Washington Luís, tendo ainda guardado, de pé, um minuto de silêncio em homenagem à memória do extinto; b) autorizou a aquisição de um compressor de ar e de uma máquina de dobrar papel para o Serviço Gráfico; c) aplicou multas por infração ao decreto-lei n.º 4736; d) concedeu isenção da taxa de estatística a espetáculos beneficentes

Publicações distribuídas: *Estudos Demográficos* n.º 216 e 211 (Laboratório de Estatística); Monografia do *Vale do Cariri* (CE), da DDD; *Mensário Estatístico* n.º 72, do SEEF; *Estatística do Comércio Exterior, janeiro a dezembro de 1956* (SEEF)

★ 14 de agosto, sessão extraordinária — A Junta recebeu o Sr José A. Mora, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, que foi saudado pelos Srs Jurandyr Pires Ferreira e Germano Jardim

O Sr Presidente leu carta que dirigiu a um matutino desta capital, a propósito de comentários feitos sobre o IBGE

Publicações distribuídas: *Estudos Demográficos* Ns 218 e 118 (Laboratório de Estatística); *Inquéritos econômicos — a indústria e o comércio atacadista em janeiro, fevereiro e março de 1956* (DLE)

★ 19 de agosto, sessão ordinária — O Ten Cel Edson de Figueiredo solicitou alguns esclarecimentos sobre as atividades e a estrutura do

IBGE, os quais lhe foram prestados pelo Sr Presidente

O Sr Secretário-Geral comunicou à Casa ter sido inaugurado na AME de Urbano Santos, no Maranhão, com a presença do Governador do Estado, o retrato de M. A. Teixeira de Freitas

A Junta aprovou voto de pesar pelo falecimento do coronel Carlos Ribeiro Trovão, chefe da subsecção de Estatística do Estado Maior do Exército

Publicações distribuídas: *Inquéritos Econômicos — A Indústria e o Comércio Atacadista, 1957, janeiro/março, (DLE); Contributions à la Détermination du Niveau de la Mortalité au Brésil* (Laboratório de Estatística); Monografia municipal de *São João del Rei* (MG), da DDD

★ 22 de agosto, sessão extraordinária — O Sr Secretário-Geral comunicou ter a Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas encerrado seu trabalho relativo à XXII Campanha, cujos resultados foram aprovados. A Junta debateu aspectos do critério de concessão de isenção da taxa de estatística. Em seguida baixou Resoluções ns 546 e 547

Publicações distribuídas: *Estudos Demográficos* N.º 221 (Laboratório de Estatística); *Elementos de Amostragem Probabilística Aplicada aos Censos (NPC); Boletim Bibliográfico* n.º 1 (DDD); *Brasil, Présent et Futur* (DDD); Monografia municipal de *Russas* (CE) da DDD; *Regimento Interno da JEC* (Miniatura)

★ 27 de agosto, sessão extraordinária — Compareceu à sessão o Inspetor Regional em São Paulo, Sr Wladimir Pereira, que fez uma exposição sobre os convênios em diversos municípios do Estado

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou voto de congratulações com o Sr Luiz de Abreu Moreira pelo transcurso do primeiro aniversário de sua administração à frente da Secretaria-Geral; b) homologou as Resoluções ns 110, da JERE de Mato Grosso; e 94, da JERE de São Paulo; c) aprovou as prestações de contas dos auxílios concedidos em 1956 aos DEE da Paraíba e Rio de Janeiro, e ao SGE do Distrito Federal

Publicações distribuídas: *Estudos Demográficos* n.º 219 (Laboratório de Estatística); *Mensário Estatístico* n.º 73 (SEEF)

★ 3 de setembro, sessão ordinária — Foram aprovados os seguintes votos: a) de congratulações: com o prof Giorgio Mortara, pela sua eleição para presidente honorário da União Internacional para Estudos Científicos da População; e com o Sr Rubens Pôrto, pela sua eleição para membro titular da mesma Sociedade; b) de pesar, pelo falecimento do Sr Rubens Mendes Freitas, antigo servidor do Serviço de Estatística da Produção; c) de cumprimentos ao Sr Presidente da República, pelo transcurso de mais um aniversário da Independência do Brasil; d) de louvor, aos Srs Arthur Ferreira, Mário Peçanha de Carvalho

e Thomé Gonçalves, pela sua atuação na JEC, durante o impedimento dos respectivos titulares

O Sr Luiz de Abreu Moreira fez uma exposição sobre os trabalhos da XXX Sessão do ISI, em Estocolmo

Publicações distribuídas: *Estudos Demográficos n.º 220* (Laboratório de Estatística); *Inquéritos Econômicos: Pessoal Ocupado na Indústria e no Comércio Atacadista, Segundo Classes de Salário — abril a novembro de 1956* (DLE); Monografia municipal de *Parnaíba* (MG), da DDD

★ 16 de setembro, sessão ordinária — A Junta baixou a Resolução n.º 548 e tomou ainda as seguintes deliberações: a) aprovou voto de pesar pelo falecimento do escritor José Lins do Rêgo e voto de satisfação pelo retorno do Coronel Dionísio Taunay; b) aprovou as contas do Serviço Gráfico, relativas ao primeiro trimestre de 1957; c) aprovou as contas do DEE do Amazonas, do auxílio recebido em 1955

O Sr Rubens Pôrto expressou sua satisfação por ter presenciado a distribuição, na Exposição Internacional de Amsterdão, de publicações sobre o Brasil, editadas pelo IBGE, em holandês

Publicações distribuídas: *Estudos sobre as Quantidades e os Preços de Mercadorias Produzidas ou Negociadas, n.º 70* (Laboratório de Estatística); *Inquéritos Econômicos*, maio de 1957 (DLE)

★ 18 de setembro, sessão extraordinária — Compareceu à sessão o Sr Alcides de Andrade Aruda, consultor técnico do Conselho em Estatística Comercial, que foi saudado pelo Sr Presidente

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou voto de congratulações com o Sr Renato Sampaio, pela sua indicação para membro do Conselho Nacional de Economia; aprovou voto de reconhecimento à colaboração dos suplentes da representação dos Ministérios da Saúde, Fazenda e Agricultura; c) autorizou suplementação de verba para a reforma da Seção de Intercâmbio da Secretaria-Geral

O Sr Nirceu da Cruz César informou ter sido concluído pelo SEPT o estudo sobre a escala móvel de salários

O Sr Paulo Rangel fez observações sobre o programa do Censo de 1960

O Sr Secretário-Geral comunicou a ratificação do Convênio Nacional de Estatística pelos municípios de Coronel Ezequiel, no Rio Grande do Norte, e Caracai, no Território do Rio Branco

Foi recebido na Junta o Almirante Ribeiro Espindola, ex-Presidente do IBGE, que, em nome do Instituto Histórico de Petrópolis, convidou o Instituto a se fazer representar na Exposição do Centenário daquela cidade

Publicações distribuídas: Monografia municipal de *Montes Claros* (MG), da DDD; *Mensário Estatístico n.º 74* (SEEF); *Escala Móvel de Salários* (SEPT); volume XXVIII da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*

★ 30 de setembro, sessão extraordinária — A Junta formulou votos de elogio ao Sr Germano Jardim, pela sua atuação no período em que atuou como substituto do titular da representação do Ministério da Educação; de congratulações, com os municípios de Belo Horizonte, Garanhuns, Montenegro, São José do Rio Preto e Garças, por terem sido escolhidos, em concurso, os mais progressistas do Brasil; de congratulações com o prefeito de Petrópolis, pelo transcurso do aniversário de fundação daquele Município

A Junta tomou as seguintes decisões: a) autorizou a impressão do livro "*Magé, Terra do Dedo de Deus*" pelo Serviço Gráfico; b) homologou a Resolução n.º 199 da JERE do Espírito Santo; c) concedeu isenção da taxa de estatística a espetáculos beneficentes, negando-a a outros que não satisfiziam as exigências mínimas

Publicações distribuídas: *Produção Industrial 1955 — Ceará* (DLE); Monografias municipais de *Petrópolis* e *Marquês de Valença* (RJ), e *Três Pontas* (MG), da DDD; *Estudos Demográficos Ns 224 e 230* (Laboratório de Estatística)

★ 2 de outubro, sessão ordinária — Foi debatida a questão de prazos para apuração de dados e remessa de matéria a ser inserida no "Anuário Estatístico"

Foi aprovado um voto de congratulações com o Sr Mário Meneghetti, ministro da Agricultura, pelo primeiro aniversário de sua gestão

Publicações distribuídas: *Produção Industrial 1955 — Pernambuco* (DLE); *Estudos Demográficos n.º 223* (Laboratório de Estatística)

★ 16 de outubro, sessão ordinária — A Junta deliberou: a) formular voto de pesar pelo falecimento do Almirante Santiago Dantas; b) autorizar abertura de crédito especial para o DEE do Pará; c) transformar em diligência processo do SEEC sobre encomendas ao Serviço Gráfico

O Sr Secretário-Geral comunicou ter sido ratificado pelos Municípios de Santa Mariana, Chopinzinho, Ipirorã, Campo Mourão e Borrazópolis, do Pará, o Convênio Nacional de Estatística

Publicações distribuídas: *Produção Industrial, 1955: São Paulo e Goiás* (DLE); *Estudos Demográficos n.º 231* (Laboratório de Estatística); Monografias municipais de *Juazeiro* (CE) e *Magé* (RJ), da DDD; *Sinopse Estatística do Ensino Primário Fundamental Comum em 1957* (SEEC)

★ 23 de outubro, sessão extraordinária — Foram examinados aspectos da próxima reunião da COINS e do estudo, pela JEC, do respectivo tomário

Foram aprovados votos de congratulações com o Sr Ministro da Aeronáutica, pelo transcurso do Dia do Aviador, e com os Srs Ministro da Fazenda e Orlando Bandeira de Melo, pela nomeação e investidura deste último no cargo de Diretor das Rendas Internas

NOVAS INSTALAÇÕES DA SEÇÃO DE INTERCÂMBIO — Com a presença do prof. Juandyr Pires Ferreira, presidente do IBGE, Luiz de Abreu Moreira, secretário-geral do CNE, funcionários do Conselho e pessoas gradadas, foram inauguradas, a 23 de setembro, as novas instalações da Seção de Intercâmbio da Diretoria de Documentação e Divulgação do CNE. As fotos (ao lado e em baixo) mostram o momento em que a Srta. Maria de Lourdes Albuquerque cortava a fita simbólica do ato inaugural, e um aspecto das novas instalações, em estilo moderno e funcional.

A Junta deliberou: a) homologar a Resolução n.º 124 da JERE do Distrito Federal; b) reconhecer a composição da JERE de Goiás e da JERE do Rio Grande do Norte; c) conceder isenção da taxa de estatística a espetáculos beneficentes e negar isenção a outros pedidos que não preenchiam as condições mínimas.

Publicações distribuídas: *Arrecadação e Fiscalização das Rendas Públicas Federais*, de autoria do Sr. Augusto de Bulhões; *Dados sobre a Produção de Algumas Indústrias Brasileiras de 1945 a 1955* (Laboratório de Estatística); *Estatística do Ensino Médio, 1956* e *Principais Aspectos da Organização Didática, 1957* (SEEC); *Produção Industrial, 1955 — Mato Grosso (DLE)*; *Produção Industrial 1955 — Maranhão (DLE)*; *Aspectos da Economia Agropecuária — Região Nordeste (SNR)*; Monografias municipais de São Lourenço (MG), Irati (PR), da DDD; *Mensário Estatístico n.º 75* (SEEF); *Boletim Estatístico n.º 59* (DDD); *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. XIV*; *Crimes e Condições, Distrito Federal, 1953* (SEDMP).

★ 30 de outubro, sessão extraordinária — O Sr. Nirceu da Cruz César teceu considerações sobre trabalho do SEPT sobre o abono familiar. O Sr. Rubens Gouvêa sugeriu a colocação do retrato do General Djalma Polly Coelho, ex-Presidente do IBGE, na sala do gabinete da presidência, o que foi aprovado pela Casa. O Sr. Presidente comunicou o próximo afastamento

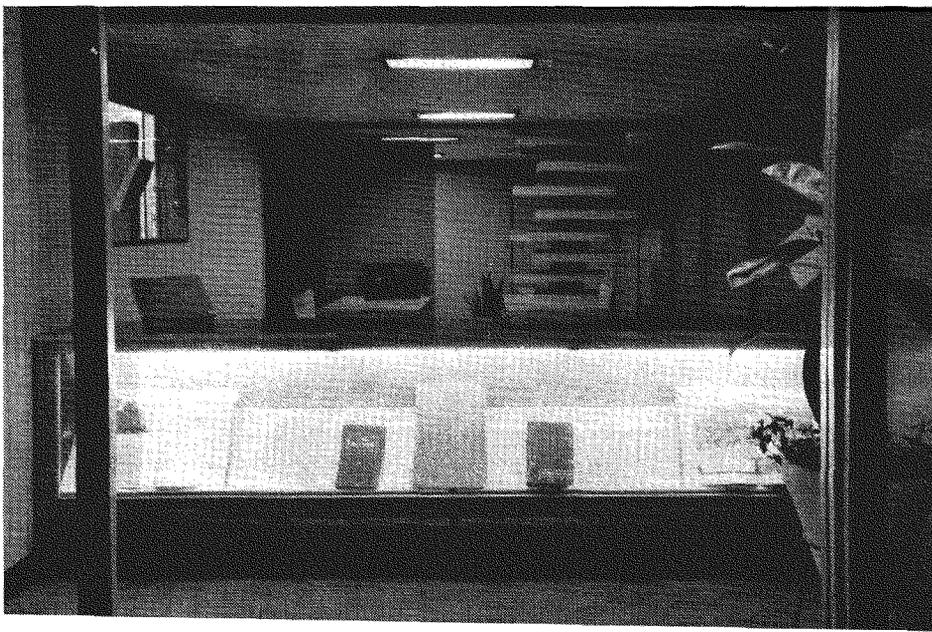


do Sr. Luiz de Abreu Moreira, para ir representar o Brasil junto à COINS, em Washington.

A Junta aprovou votos de congratulações com o Sr. Nirceu da Cruz César, pelo trabalho sobre abono familiar; e de aprêço ao Sr. Luiz de Abreu Moreira.

Foram tomadas pela Casa as seguintes deliberações: a) indeferido pedido de reajustamento dos servidores contratados do DGE do Acre; b) homologada a Resolução n.º 118, da JERE de Goiás; c) concedida isenção da taxa de estatística a espetáculos beneficentes.

Publicações distribuídas: *Inquéritos Econômicos, julho de 1957* (DLE); *Produção Indus-*



trial do Rio Grande do Sul, 1955 (DLE); Características Econômicas da População (NPC)

★ 6 de novembro, sessão ordinária — O Sr Presidente informou que, devido a obras realizadas pela Prefeitura nas imediações do Serviço Gráfico, ficaram as instalações e o depósito de papel sujeitos a danos provocados pelo represamento de águas pluviais, sendo necessária a construção de novo galpão Acrescentou que vai entender-se com o Sr Prefeito do Distrito Federal, sobre o assunto

O Sr Secretário-Geral comunicou que foi ratificado pelo município de Planalto, em São Paulo, o Convênio Nacional de Estatística

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou voto de congratulações com o Sr Presidente do Instituto e a JERE de Minas Gerais, pela indicação do Sr Hildebrando Martins para ocupar o cargo de Secretário-Geral, durante o impedimento do Sr Abreu Moreira; b) aprovou voto de agradecimentos ao Sr Nereu Ramos, pelo apoio que deu à estatística, na qualidade de Ministro da Justiça e Negócios Interiores; c) retirou de pauta o projeto de Regulamento para a Cobrança da Dívida Ativa da Caixa Nacional de Estatística Municipal

Publicações distribuídas: *Mensário Estatístico* n.º 75 (SEEF); *Produção Industrial, Paraíba, 1955 (DLE)*; *Estudos Demográficos* n.º 225 (Laboratório de Estatística); *Ensino Médio: Principais Aspectos Didáticos no Início do Ano Letivo (SEEC)*; *Flagrantes Brasileiros* n.º 8; Monografias municipais de *Picuí (PB)* e *Cantagalo (RJ)*, *Revista Brasileira dos Municípios e Boletim Estatístico*, estas últimas da DDD

★ 13 de novembro, sessão extraordinária — Foram debatidos aspectos de projeto sobre o sistema estatístico nacional, apresentado à Câmara pelo deputado Badaró Júnior

A Junta resolveu: a) formular um voto de pesar pelo acidente verificado durante as manobras do Exército, em Rezende, em virtude do qual perderam a vida dois pára-quedistas; b) deferir solicitação do Conselho Coordenador do Abastecimento, para que sejam feitos levantamentos isolados de preços em algumas capitais estaduais; c) baixar a Resolução n.º 549

Publicações distribuídas: *Produção Industrial, Bahia, (DLE)*; *Estudos Demográficos* n.º 226 (Laboratório de Estatística); Monografia municipal de *São Carlos e Dois Córregos (SP)*, da DDD

★ 20 de novembro, sessão ordinária — O Sr Alberto Martins pediu informações sobre o andamento do plano de construção do fanalstério no Serviço Gráfico, tendo o Sr Nirceu da Cruz César feito sobre o assunto detalhada exposição

O Sr Secretário-Geral comunicou que o município de Serra Caiada, no Rio Grande do Norte, ratificou o Convênio Nacional de Estatística

A Junta homologou as Resoluções ns 128, da JERE de Minas Gerais; 143, da JERE do

Rio Grande do Sul; 178, da JERE da Paraíba; 159, da JERE do Ceará, e concedeu auxílio especial ao DEE de Minas Gerais Foram aprovados votos de regozijo, pela elevação do Sr José Garrido Tôrres ao cargo de Presidente do Conselho Nacional de Economia; e de pesar, pelo falecimento do comendador João da Silva Gonçalves, um dos pioneiros da fundação da cidade de Goiânia

Publicações distribuídas: *Produção Industrial, 1955 — Piauí (DLE)*; *Números Índices das Quantidades e dos Valores Médios Unitários de 37 Mercadorias Exportadas nos Anos de 1948/56 (Laboratório de Estatística)*; *O Ensino Médio no Brasil (SEEC)*; Censo da Cidade de Ituitaba, notas mimeografadas do NPC

★ 27 de novembro, sessão extraordinária — Foram tomadas as seguintes deliberações: a) homologada a Resolução n.º 125, da JERE do Distrito Federal; aprovada a prestação de contas de auxílios concedidos ao DEE do Amazonas e ao DEE do Paraná, em 1956; b) aprovada a execução de pesquisa solicitada pelo NPC

Votos aprovados: de pesar, pelo falecimento do Sr Simões Filho, ex-ministro da Educação; de regozijo, pelo retorno dos Srs Augusto de Bulhões e Paulo Rangel aos trabalhos da Junta; de saudade e admiração, pelos patriotas que tombaram vítimas da intentona comunista de 1935

Publicações distribuídas: *Estudos Demográficos* n.º 231 (apêndice); *Produção Industrial em 1955, Minas Gerais (DLE)*; *Inquéritos Econômicos Estatísticos*; Monografia municipal de *Marília (SP)*, da DDD.

★ 6 de dezembro, sessão ordinária — Foi designada uma comissão composta dos Srs Nirceu da Cruz César, Paulo Rangel e Alberto Martins, para examinar processo relativo à aquisição de máquina de costurar livros para o Serviço Gráfico

A Junta baixou as Resoluções ns 550 a 553

O Sr Secretário-Geral comunicou terem ratificado o Convênio Nacional de Estatística os Municípios de Urubici, em Santa Catarina, e Remígio, na Paraíba

Foram aprovados, ainda, votos de louvor, ao Sr José Guimarães Lobo, pela sua atuação como Secretário-Assistente interino da JEC; e de agradecimentos e apêço ao prof Giorgio Mortara, pelos serviços que tem prestado na direção do Laboratório de Estatística

Publicações distribuídas: *Estudos Demográficos* n.º 227 (Laboratório de Estatística); Monografia municipal de *Lapa (PR)*, da DDD

★ 11 de dezembro, sessão extraordinária — A Junta, além de baixar a Resolução n.º 554, aprovou os seguintes votos: de louvor, à Diretoria de Documentação e Divulgação da Secre-



VISITA DO SECRETÁRIO-GERAL DA OEA — O Sr. José A. Mora, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, visitou o CNE no dia 14 de agosto, tendo sido recebido pela Junta Executiva Central, que naquele dia realizava uma de suas sessões. O ilustre visitante foi saudado pelos Srs. Prof. Jurandyr Pires Ferreira e Germano Jardim, representante do Ministério da Educação e Cultura. Na foto, o Sr. José A. Mora, quando agradecia, ladeado pelos Srs. Presidente do IBGE e Arthur Ferreira, Secretário-Geral substituto do CNE.

tarla-Geral, pela publicação do *Anuário Estatístico do Brasil*, extensivo a todos os que para isso colaboraram; de louvor, ao Sr. Presidente do IBGE e ao Sr. Superintendente do Serviço Gráfico, pela publicação do Vol. XXIX da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, extensivo ao Sr. Secretário-Geral; de congratulações, com o Ministério da Marinha, pelo transcurso do Dia do Marinheiro; de congratulações com os Srs. Hildebrando Martins e Sílvio de Miranda Ribeiro, pelo lançamento da separata da "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", relativa a Belo Horizonte; de congratulações com a Prefeitura e o povo de Belo Horizonte, pelo transcurso do 60º aniversário de fundação daquela cidade.

Publicações distribuídas: *Movimento Bancário do Brasil*, dezembro de 1956 (SEEF); *Mensário Estatístico* n.º 76 (SEEF); *Transmissões de Imóveis e Inscrições Hipotecárias dos Municípios das Capitais* (SEEG); *Município de Belo Horizonte*, separata da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vol. XXIX; *Anuário Estatístico do Brasil*, 1957 (DDD).

★ 18 de dezembro, sessão ordinária — O Sr. Paulo Rangel pronunciou-se sobre alterações nos questionários dos Inquéritos Econômicos, pedindo esclarecimentos.

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) homologou as Resoluções ns. 129 e 130, da JERE de Minas Gerais; b) aprovou os resultados do Censo de Ituiutaba; c) aprovou voto de pesar pelo falecimento do economista prof. José Rodrigues Valle.

Publicações distribuídas: Monografias municipais de Osório (RS), e de Campos (RJ) da DDD; *Produção Agrícola do Brasil*, (SEP);

Produção Industrial do Amazonas em 1955 (DLE); *Produção Industrial do Pará, em 1955* (DLE); *Estudos sobre as Quantidades e os Preços das Mercadorias Produzidas ou Negociadas*, n.º 73 (Laboratório de Estatística); *Mensário Estatístico* n.º 77 (SEEF).

★ 23 de dezembro, sessão extraordinária — O Sr. Alberto Martins, falando em nome dos Srs. Conselheiros, formulou votos de felicidades, ao ensejo do transcurso do Natal, a todo o pessoal do sistema estatístico nacional. Foi também aprovado um voto de congratulações com o DGE do Distrito Federal pela publicação do *Anuário de Estatística do Distrito Federal*, 1956 e do *Mensário Estatístico* abril/junho de 1957.

Além das publicações citadas, foram distribuídas cópias dos *Estudos complementares das Informações básicas sobre o Brasil*, do Laboratório de Estatística.

★ 30 de dezembro, sessão extraordinária — O Sr. Secretário-Geral comunicou que foi ratificado pelos municípios de Pedro Avelino, no Rio Grande do Norte, e Itá, em Santa Catarina, o Convênio Nacional de Estatística.

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) baixou as Resoluções ns. 556 e 557; b) elegeu, por aclamação, o Sr. Moacir Malheiros representante da JEC no CNG, em 1958; c) aprovou voto de agradecimento a D. Hilda Gomes, até então representante dos órgãos filiados, pela colaboração prestada ao Conselho.

Publicações distribuídas: *IBM World Trade News*, novembro de 1957; *Estudos Demográficos* n.º 228 (Laboratório de Estatística); *Inquéritos Econômicos: a Indústria e o Comércio Atacadista*, em setembro de 1957 (DLE).



O Presidente do IBGE oferece ao Sr François Louis Clozon um exemplar da "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros"

VISITA DO DIRETOR DE ESTATÍSTICA DA FRANÇA

EM sessão conjunta da Junta Executiva Central e do Diretório Central, o IBGE recebeu a visita do prof François Louis Clozon, diretor-geral do Instituto Nacional de Estatística da França. A solenidade, que se realizou no dia 7 de novembro no auditório do Conselho Nacional de Estatística, presidida pelo prof Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do IBGE, compareceram Mme Gabrielle Mineur, adido cultural da Embaixada da França, os Secretários-Gerais do CNE e CNG, os membros da Junta Executiva Central e do Diretório Central, representantes da Escola Nacional de Ciências Estatísticas e grande número de funcionários dos dois Conselhos.

Saudaram o ilustre visitante os Srs Antônio Garcia de Miranda Neto, pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas; General Ja-

guaribe de Matos, pelo Conselho Nacional de Geografia; e Victor José Silveira, representante do Itamarati na JEC, pelo Conselho Nacional de Estatística.

O prof Clozon agradeceu, em seguida, a homenagem que lhe era prestada, tendo palavras de elogio para o sistema estatístico brasileiro. Encerrando a sessão, discursou o prof Jurandyr Pires Ferreira.

O Sr Clozon visitou, ainda, o Conselho Nacional de Geografia, o Núcleo de Planejamento Censitário e o Serviço Gráfico. Em companhia do prof Jurandyr Pires Ferreira, visitou a área da Cachoeira de Paulo Afonso e as cidades de Fortaleza, Teresina, Belo Horizonte e São Paulo.

Retribuindo a recepção que teve por parte dos estatísticos brasileiros, o Sr Clozon ofereceu ao IBGE um almôço na Maison de France.

CONCURSO BULHÕES CARVALHO

DURANTE o mês de fevereiro de 1958 serão recebidas pela Sociedade Brasileira de Estatística as inscrições para o Concurso Bulhões Carvalho, relativo ao ano de 1957. Poderão apresentar-se autores de trabalhos originais inéditos, que possam ser classificados em uma das seguintes seções:

- a) Ensaio sobre tema escolhido no campo da estatística econômica ou financeira, fundamentado em levantamentos estatísticos realizados pelo sistema estatístico brasileiro;
- b) Ensaio sobre tema escolhido no campo da estatística demográfica, social ou cultural,

fundamentado em levantamentos estatísticos realizados pelo sistema estatístico brasileiro

Os prêmios serão de vinte mil cruzeiros para cada uma das duas secções acima, e será concedido ao trabalho que, na respectiva secção, fôr classificado em primeiro lugar

Poderão participar do concurso associados da SBE inscritos e quites até 31 de dezembro de 1957

Os trabalhos deverão ser datilografados em três vias, em espaço dois, papel formato ofício O número de páginas não deve ultrapassar de 150, inclusive tabelas e gráficos

O julgamento será feito por uma comissão de três membros, para cada Secção, escolhidos pela Diretoria da Sociedade

Os trabalhos deverão ser enviados à SBE como correspondência registrada, com as seguintes indicações: Concurso Bulhões Carvalho — Sociedade Brasileira de Estatística — Caixa Postal 1730 — Distrito Federal O autor deverá utilizar um pseudônimo, colocando junto ao seu trabalho um envelope fechado contendo o título do trabalho, o pseudônimo e o nome do autor

CONCURSO TEIXEIRA DE FREITAS

Em homenagem à memória de M A Teixeira de Freitas, idealizador da rede nacional de Agências Municipais de Estatística, a Sociedade Brasileira de Estatística vem realizando anualmente o concurso Teixeira de Freitas, cujas bases são as seguintes:

1 — O Concurso Teixeira de Freitas destina-se a premiar trabalhos originais, inéditos, sobre o tema "A Importância da Estatística para o Município"

2 — Somente os Agentes e demais servidores de Agências Municipais de Estatística (Quadro III da Secretaria-Geral do CNE) poderão participar do concurso

3 — Os prêmios a serem conferidos serão os seguintes: 1º prêmio, no valor de Cr\$ 10 000,00; 2º prêmio, no valor de Cr\$ 5 000,00; Prêmio Região Norte, no valor de Cr\$ 3 000,00; Prêmio Região Nordeste, no valor de Cr\$ 3 000,00; Prêmio Região Leste, no valor de Cr\$ 3 000,00; Prêmio Região Sul, no valor de Cr\$ 3 000,00; Prêmio Região Centro-Oeste, no valor de Cr\$ 3 000,00

4 — Os trabalhos devem ser datilografados em duas vias e espaço dois, ocupando apenas uma das faces do papel de formato ofício O número de páginas datilografadas não deve ser inferior a dez, todas numeradas e rubricadas pelo autor, que assinará a última

5 — Os trabalhos serão capeados por folha de papel de formato duplo ofício Na capa da frente, serão consignadas pelo autor as seguintes indicações:

Concurso Teixeira de Freitas — 1957

"A importância da Estatística para o Município"

Trabalho apresentado por:

Agente (ou Auxiliar de Agência) Municipal de Estatística de:

6 — Os trabalhos devem ser encaminhados entre 5 a 20 de março de 1958 aos Inspetores Regionais de Estatística Municipal, que darão recibo a cada concorrente

7 — Até o dia 25 de março, os Inspetores encaminharão:

a) À Sociedade Brasileira de Estatística — relação dos concorrentes (nome e cargo) e as primeiras vias dos trabalhos apresentados;

b) À Comissão Regional encarregada de selecionar os trabalhos, cópia da relação dos concorrentes e as segundas vias dos trabalhos apresentados

8 — O presidente da Comissão Regional distribuirá os trabalhos entre os membros da Comissão, de maneira que até 20 de abril estejam selecionados os melhores de cada região Não poderão ser selecionados mais de seis trabalhos em cada região; o número deles pode ser, contudo, inferior a seis

9 — Até 30 de abril, cada Comissão Regional enviará à SBE comunicação relacionando os trabalhos selecionados, para concorrer ao julgamento final

10 — Recebidas as comunicações mencionadas no item anterior, o Presidente da SBE encaminhará os trabalhos selecionados à Comissão Julgadora, que classificará aqueles que devem receber os prêmios mencionados no item 2

11 — Todos os trabalhos selecionados concorrerão aos 2 primeiros prêmios Aos demais prêmios concorrerão apenas os trabalhos oriundos das Regiões que dão nome aos mesmos, excluídos os já premiados Para efeito do concurso, o Estado de Minas Gerais será considerado na Região Centro-Oeste, juntamente com Goiás e Mato Grosso A Comissão julgadora poderá conceder "menção honrosa" àqueles trabalhos que, não obtendo nenhum dos prêmios mencionados, merecerem destaque especial

12 — As Comissões Regionais, sediadas em Belém, Recife, Niterói, São Paulo e Belo Horizonte, serão constituídas de três membros oportunamente designados pelo presidente da SBE

13 — A Comissão Julgadora, sediada no Distrito Federal, será integrada também por três membros, designados pelo Presidente da SBE

14 — Se a Comissão Julgadora assim entender, podem deixar de ser concedidos um, alguns ou todos os prêmios

15 — A decisão da Comissão Julgadora, depois de homologada pela Diretoria da SBE, não poderá ser revista, sob qualquer pretexto

16 — A SBE poderá divulgar, na "Revista Brasileira de Estatística", na "Revista Brasileira dos Municípios", ou em separatas das mesmas, os trabalhos que forem premiados ou que merecerem "menção honrosa"

17 — No julgamento será levado em conta:

a) o valor do trabalho, a sua utilidade prática e a contribuição pessoal do autor;

b) a clareza, a simplicidade e a precisão da exposição, bem como a correção da linguagem;

c) a originalidade e a objetividade com que o tema fôr desenvolvido

18 — A Coordenação dos trabalhos do concurso ficará a cargo do 1º Secretário da SBE

19 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Sociedade, que poderá submetê-los à Diretoria da entidade

Simpósio de Biblioteconomia

REALIZOU-SE nesta Capital, em julho, a IX Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Na oportunidade, foi promovido pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação um Simpósio de Biblioteconomia, durante o qual foram debatidos os seguintes temas:

- 1 Direito autoral de trabalho científico divulgado em publicações de distribuição restrita, por Jacques Danon
- 2 Tipos de pesquisa bibliográfica de interesse para o cientista, por Célia Ribeiro
- 3 Plano para levantamento da Bibliografia Científica Brasileira, por Laura Maia de Figueiredo
- 4 Apresentação de trabalho científico, por Doris de Queiroz Carvalho

5 Colaboração do Bibliotecário à pesquisa científica, por Maria Luiza Monteiro

6 Empréstimo entre bibliotecas, por Odette Pena

7 Relatório sobre o Catálogo Coletivo Nacional, por Maria Elvira Strang

8 Os serviços de publicações nos centros de documentação, por Janice Monte-Mor Alves de Moraes

9 A Biblioteca na indústria, por Maria Laura Cunha

10 A referência legislativa nas bibliotecas do Distrito Federal, por Amélia Rosauro

11 As bibliotecas especializadas como fonte de orientação da pesquisa científica, por Emília Bustamante

Secretário-Geral do CNE

DURANTE a viagem do Sr Luiz de Abreu Moreira, titular da Secretaria-Geral do CNE, a Estocolmo, para participar da XXX Sessão do Instituto Internacional de Estatística, exerceu interinamente o cargo de Secretário-Geral o Sr Arthur Ferreira, Inspetor Regional de Estatística Municipal na Bahia

Posteriormente, com a designação do Sr Luiz de Abreu Moreira para representar o IBGE junto à COINS, em Washington, foi chamado a

ocupar aquele posto o Sr Hildebrando Martins, Inspetor Regional de Estatística Municipal em Minas Gerais

A posse do Sr Hildebrando Martins no cargo de Secretário-Geral foi realizada no dia 4 de novembro, na presença de altas autoridades. Durante a solenidade, usaram da palavra o Prof Juandy Pires Ferreira, Presidente do IBGE, o Sr Abreu Moreira e o novo Secretário

Pequenas Notícias

O INSTITUTO Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais realizou em Pernambuco, no município de Vitória de Santo Antão, em princípios deste ano, um inquérito social entre os agricultores. Os objetivos dessa pesquisa foram revelar aspectos do comportamento social, condições de vida e padrões da sociedade rural, principalmente a composta de proprietários agrícolas.

Os questionários foram elaborados pelo escritor e sociólogo Gilberto Freyre, e o levantamento ficou a cargo dos alunos do curso de Sociologia da Vida Rural, mantido pelo Instituto Joaquim Nabuco, em colaboração com a Faculdade de Filosofia de Pernambuco e a Universidade do mesmo Estado.

★ O Instituto de Sociologia Solvay, da Universidade Livre de Bruxelas, assumiu a direção

da "Revista do Instituto de Sociologia", que vem sendo publicada desde 1920. Em suas páginas são divulgados regularmente trabalhos sobre ciências políticas, econômicas, sociais, problemas do trabalho, estatísticas etc.

A revista é publicada trimestralmente, em fascículos de cerca de 200 páginas, em francês e inglês.

★ O diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira baixou, a 23 de dezembro de 1957, a Portaria n.º 48, que introduz alterações na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias. Para tal efeito, foi considerado o critério previsto de revisões periódicas, com o objetivo de manter a Nomenclatura sempre atualizada, acompanhando a evolução da técnica e o desenvolvimento da composição das correntes de comércio

A revisão foi realizada pela Comissão Permanente que funciona no SEEF, com esse objetivo.

A Portaria 48, que é longa, foi publicada no "Diário Oficial" do dia 31 de dezembro, Seção I, páginas 29 106/7

★ Promovida pela Embaixada do Brasil no Peru, será realizada em Lima, em abril de 1958, uma Exposição de Revistas e Catálogos de Indústria, num movimento para tornar mais conhecido naquele país o desenvolvimento econômico e cultural do Brasil.

O IBGE estará representado naquela Exposição pelas suas publicações regulares e por alguns trabalhos de grande envergadura, como a "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros"

★ Em solenidade realizada a 4 de setembro no auditório do CNE, foram empossadas as Comissões Técnicas Executivas da Exposição Internacional de Indústria e Comércio e da Exposição dos Municípios Brasileiros. O ato foi presidido pelo Sr Parsifal Barroso, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e contou com a presença de altas autoridades, inclusive o General Nelson de Melo, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, membros do Congresso, Presidente da Confederação Nacional da Indústria e do Comércio

Discursou, inicialmente, o deputado Guilherme de Oliveira, que salientou a importância das Exposições. A seguir, falou o prof Jurandyr Pires Ferreira, que enalteceu o trabalho que se executa no IBGE, para o maior brilhantismo das exposições

Encerrando a solenidade, falou o ministro Parsifal Barroso

★ Foi instalada a 11 de julho a Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas, criada pela Resolução n.º 705 da última Assembléia Geral do CNE

★ Em nome do Presidente do IBGE, o Inspetor Regional de Estatística Municipal de Sergipe fez entrega ao Governador daquele Estado do primeiro volume da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros

★ Sob o patrocínio do IBGE, o Sr Georges Rabinovitch, chefe do Centro de Informações da ONU no Brasil, visitou várias cidades paulistas, entre as quais Piracicaba, onde foi organizada uma exposição relativa às atividades das Nações Unidas

★ Na Livraria Regina, em Aracaju, realizou-se em agosto uma exposição de publicações do IBGE

★ A Academia Matogrossense de Letras aprovou, em sessão realizada no dia 18 de outubro, uma moção de aplausos ao IBGE pela publicação da "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros"

★ Tomou posse, em agosto, no cargo de Inspetor Regional de Estatística Municipal na Paraíba o Sr Francisco Valadares, que exerceu cargo idêntico no Amazonas

★ No escritório de Estatística do Trabalho, nos Estados Unidos, seis estatísticos brasileiros es-

tão realizando um curso de um ano, sob o patrocínio do Ponto IV

★ Pela Portaria n.º 1402, de 13 de julho, foi nomeado representante do Exército na Junta Executiva Central do CNE o Tenente-Coronel Edson Figueiredo.

★ Quando de sua visita ao Piauí, aonde foi tratar de assuntos de interesse do sistema estatístico-geográfico brasileiro, o prof Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do IBGE, foi recebido pela Assembléia Legislativa daquele Estado, que lhe prestou expressiva homenagem.

★ A Câmara Municipal de São José dos Pinhais, no Paraná, aprovou recentemente um voto de louvor ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na pessoa de seu Presidente, prof Jurandyr Pires Ferreira, pela publicação da "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", obra de vulto, que está sendo preparada e editada pelo IBGE

Diz a justificativa daquele voto, que foi apresentado pelo vereador Adyr Moss: "Essa iniciativa do IBGE, ou melhor, um ideal do seu atual presidente, o prof Jurandyr Pires Ferreira, sem dúvida alguma é altamente meritória, e por isso a Câmara Municipal de São José dos Pinhais não se pode furtar de uma moção de aplauso a esse grande idealizador e ao Instituto que ele preside, e que é também o nosso Instituto"

★ Atendendo a uma recomendação da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística (IBGE), o Governador do Estado do Espírito Santos, Sr Francisco Lacerda de Aguiar, designou uma comissão para estudar a fixação da divisão territorial administrativa daquela Estado, para o quinquênio 1959-1963

A Comissão está constituída dos Srs Jaime Smith, presidente da Junta Executiva Regional de Estatística, Cícero Moraes, diretor da Divisão de Geografia, Geologia e Mineralogia, e Adolfo Frejat, inspetor regional de estatística municipal

★ Faleceu nesta Capital, a 29 de junho de 1957, o Dr Paulo Pimentel, diretor do Departamento Estadual de Estatística de Pernambuco, cargo que vinha ocupando há mais de vinte anos

Era o Dr Paulo Pimentel um estudioso e um conhecedor dos problemas ligados à estatística, tendo publicado várias obras, entre as quais "Observações Estatísticas sobre os Mocambos do Recife", "Desenvolvimento da Estatística em Pernambuco após a criação do IBGE", "Teste de qualidade pela análise seqüencial", "Pernambuco e seus Serviços de Estatística da Produção Vegetal" e "Plano de amostragem de levantamento fitossanitário da Zona Canavieira de Pernambuco"

O extinto, que contava 58 anos, deixou viúva a Sra Leni Galhardo Pimentel, e os seguintes irmãos: Everaldo Acioli Pimentel, Chefe do Serviço de Material da Secretaria-Geral do CNE, Euvaldo Acioli Pimentel, Eurico Acioli Pimentel, Maria Haydée Acioli Pimentel e Maria Haydée Ferreira de Carvalho

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

ANO XVIII, N.ºS 69 a 72 — 1957

ÍNDICE GERAL

Através da Imprensa

- A Escola de Estatística da Bahia — n.º 71/72, pág. 145
Emigração espanhola para as Américas — n.º 71/72, pág. 143
Ensino técnico de grau médio — Bráslilo Machado Neto — n.º 69/70, pág. 46
Portuguêses no Brasil e no Mundo — Nuno Simões — n.º 69/70, pág. 45
Vaticínios demográficos — n.º 71/72, pág. 143

Bibliografia

- A Fecundidade da mulhe: no Brasil — Giorgio Mortara — n.º 71/72, pág. 109
Ângulos práticos do municipalismo — A S Cunha Bueno — n.º 71/72, pág. 111
Anuário Estatístico do Brasil, 1957, Ano XVIII — n.º 71/72, pág. 110
Atlas demográfico mundial — Friedrich Burgdoerfer — n.º 69/70, pág. 33
Conselho Nacional de Estatística — Publicações durante o primeiro semestre de 1957 — n.º 69/70, pág. 34; publicações durante o segundo semestre de 1957 — n.º 71/72, pág. 110
Enciclopédia dos municípios brasileiros — Vols I, II e III — IBGE — n.º 69/70, pág. 34; vols XIV, XXVIII e XXI — n.º 71/72, pág. 110
Estudos do Laboratório de Estatística, no período de 1.º de janeiro de 1954 a 30 de setembro de 1957 — n.º 71/72, pág. 104
Geografia dos preços — Moacyr M. F. Silva — n.º 71/72, pág. 111
Resumen historico de la estadística en España — Anselmo San Serrano — n.º 71/72, pág. 111

Colaboração

- A população ativa no mundo — Escritório Internacional do Trabalho — n.º 71/72, pág. 86
Aspectos Econômicos da composição por idade da população do Brasil — Giorgio Mortara — n.º 71/72, pág. 81
A superpopulação da Terra e suas perspectivas — Castro Barreto — n.º 69/70, pág. 18
Incógnitas da mortalidade no Brasil — Giorgio Mortara — n.º 69/70, pág. 1

Estudos e sugestões

- Considerações sobre as tábuas de mortalidade italianas — Orêncio Longino de Arruda Gomes — n.º 71/72, pág. 118

Informações gerais

- O Brasil na Comissão de População da ONU — Germano Jardim — n.º 69/70, pág. 27
O ensino da estatística na França — Raymond Warnier — n.º 69/70, pág. 31
O recenseamento da China — Instituto Nacional de Estudos Demográficos de França — n.º 71/72, pág. 112

Legislação

- Atos do Govêno: Decreto n.º 41150, de 14-3-1957 — Cria, no Instituto de Óleos, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, o "Grupo de Estudo do Babaçu" — n.º 69/70, pág. 41; decreto n.º 42914, de 27-12-1957 — Institui a Guia de Importação para fins estatísticos — n.º 71/72, pág. 138; lei n.º 3273, de 1.º-10-1957 — Fixa a data da mudança da Capital Federal, e dá outras providências — n.º 71/72, pág. 138

Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica: Portaria n° 16 de 21-12-1956 — Expede instruções sobre o serviço de distribuição e aplicação do Fundo Federal de Eletrificação e do Imposto Único sobre a energia elétrica — n° 69/70, pág 41

Resoluções da JEC: Res n° 529, de 4-1-57 (Abre o crédito especial de Cr\$ 196 217,10 para o fim de atender a devolução da "quota de estatística" por força de isenção concedida *a posteriori* — n° 69/70, pág 52; Res n° 530, de 30-1-57 (Concede filiação aos serviços estatísticos do Banco do Nordeste do Brasil S/A) — n° 69/70, pág 42; Res 531, de 30-1-57 (Dispõe sobre aquisição de máquinas) — n° 69/70, pág 43; Res n° 532, de 30-1-57 (Dispõe sobre concessão de auxílio especial) — n° 69/70, pág 43; Res n° 533, de 30-1-57 (Aprova os resultados definitivos dos Inquéritos especiais sobre Transportes e Comunicações) — n° 69/70, pág 43; Res n° 534, de 30-1-57 (Autoriza a emissão de Selos de Estatística) — n° 69/70, pág 43; Res n° 535, de 20-2-57 (Amplia o item I — Aquisição de máquinas e inversões para o Serviço Gráfico e melhoria de suas instalações, do Plano de Inversões dos Recursos Disponíveis) — n° 69/70, pág 44; Res n° 536, de 20-1-57 (Dispõe sobre a aplicação dos recursos orçamentários consignados na rubrica 3 2 16 — Cooperação com os órgãos do sistema estatístico, da Tabela explicativa pertinente à Secretaria-Geral do Instituto) — n° 69/70, pág 44; Res n° 537, de 27-3-57 (Declara a concordância da composição da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado do Paraná com a Convenção Nacional de Estatística) — n° 69/70, pág 44; Res n° 538, de 2-5-57 (Altera a Resolução JEC-531, de 30-1-1957) — n° 69/70, pág 44; Res n° 539, de 8-7-57 (Autoriza a abertura de crédito suplementar de Cr\$ 3 500 000,00 no Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística — Subanexo 2 01 — Secretaria-Geral) — n° 71/72, pág 129; Res n° 540, de 8-7-57 (Dispõe sobre a aplicação dos recursos disponíveis consignados na rubrica 3 2 16 — Cooperação com os órgãos do sistema estatístico, da Tabela explicativa pertinente à Secretaria-Geral do Conselho, em complemento à Resolução JEC-536/57) — n° 71/72, pág 129; Res n° 541, de 8-7-57 (Abre no orçamento vigente do Conselho Nacional de Estatística — tabela explicativa referente à Secretaria-Geral — o crédito especial de Cr\$ 72 000,00 (setenta e dois mil cruzeiros) destinado a remunerar, no corrente exercício e no período de junho a dezembro, 4 (quatro) servidores da Diretoria Municipal de Estatística e Divulgação, da Prefeitura de Salvador — Bahia) — n° 71/72, pág 129; Res 542, de 8-7-57 (Autoriza a emissão de selos de estatística) — n° 71/72, pág 130; Res n° 543, de 16-7-57 (Dispõe sobre a elaboração da História da Estatística no Brasil) — n° 71/72, pág 130; Res n° 544, de 24-7-57 (Concede auxílio especial destinado a contratação de técnico em serviços Hollerith) — n° 71/72, pág 131; Res n° 545, de 24-7-57 (Concede auxílio especial destinado a Curso Elementar de Estatística) — n° 71/72, pág 131; Res n° 546, de 23-8-57 (Declara a concordância da composição da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado da Bahia com a Convenção Nacional de Estatística) — n° 71/72, pág 132; Res n° 547, de 23-8-57 (Autoriza a emissão de selos de estatística — n° 71/72, pág 132; Res n° 548, de 16-9-57 (Dispõe sobre destaques e suplementações de verbas no subanexo 2 01 — Secretaria-Geral, do Orçamento em vigor para o Conselho Nacional de Estatística) — n° 71/72, pág 132; Res n° 549, de 13-11-57 (Declara a concordância da composição da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado do Rio Grande do Norte com a Convenção Nacional de Estatística) — n° 71/72, pág 133; Res n° 550, de 6-12-57 (Dá regimento à Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas e promove outras providências correlatas) — n° 71/72, pág 133; Res n° 551, de 6-12-57 (Dispõe sobre concessão de auxílio especial) — n° 71/72, pág 134; Res n° 552, de 6-12-57 (Concede auxílio especial destinado a custeio de levantamento do Registro Industrial) — n° 71/72, pág 134; Res n° 553, de 6-12-57 (Declara a concordância da composição da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado de Goiás com a Convenção Nacional de Estatística) — n° 71/72, pág 135; Res n° 554, de 11-12-57 (Abre crédito de Cr\$ 150 000,00 para o Natal dos servidores do Serviço Gráfico) — n° 71/72, pág 135; Res n° 555, de 18-12-57 (Altera as disposições sobre a aplicação dos recursos distribuídos aos órgãos centrais, de que tratam as Resoluções JEC-536 e 540/57) — n° 71/72, pág 135; Res. n° 556, de 30-12-57 (Aprova o Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística do IBGE, para o exercício financeiro de 1958) n° 71/72, pág 135; Res n° 557, de 30-12-57 (Homologa o Convênio entre o Conselho Coordenador do Abastecimento e o Conselho Nacional de Estatística para melhoria da previsão e estimativa das safras agrícolas) — n° 71/72, pág 138

Noções de Estatística

Normas de apresentação tabular — prof Lauro Sodré Viveiros de Castro — n° 69/70, pág 35

Reportagem

XVII Assembléia Geral do CNE — n° 69/70, pág. 48

XXX Sessão do Instituto Internacional de Estatística — n° 71/72, pág 141

Resenha

- A estatística na América — n.º 69/70, pág. 77
Atividades da JEC — n.º 69/70, pág. 87; n.º 71/72, pág. 146
Censo de Ituiutaba — n.º 69/70, pág. 75
Concurso Bulhões Carvalho — n.º 71/72, pág. 152
Concurso Teixeira de Freitas — n.º 71/72, pág. 153
Curso de Estatística nos países latino-americanos — n.º 69/70, pág. 78
Homenagem à memória de M. A. Teixeira de Freitas — n.º 69/70, pág. 65
Novo órgão filiado — n.º 69/70, pág. 78
O IBGE e a "Enciclopédia Brasileira" — n.º 69/70, pág. 77
Pequenas notícias — n.º 69/70, pág. 78; n.º 71/72, pág. 154
1.º aniversário da administração do prof. Jurandyr Pires Ferreira — n.º 69/70, pág. 78
Secretário-Geral do CNE — n.º 71/72, pág. 154
Simpósio de Biblioteconomia — n.º 71/72, pág. 154
XXX Sessão do Instituto Internacional de Estatística — n.º 69/70, pág. 75
XXI aniversário do IBGE — n.º 69/70, pág. 73
Visita do Diretor de Estatística da França — n.º 71/72, pág. 152

Índice de autores

- BARRETO, Castro — A superpopulação da Terra e suas perspectivas — n.º 69/70, pág. 18
GOMES, Orêncio Longino de Arruda — Considerações sobre as tábuas de mortalidade italianas — n.º 71/72, pág. 118
JARDIM, Germano — O Brasil na Comissão de População da ONU — n.º 69/70, pág. 27
MACHADO NETO, Brasílio — Ensino técnico de grau médio — n.º 69/70, pág. 46
MORTARA, Giorgio — Aspectos econômicos da composição por idade da população do Brasil — n.º 71/72, pág. 81
MORTARA, Giorgio — Incógnitas da mortalidade no Brasil — n.º 69/70, pág. 1
SIMÕES, Nuno — Portugêses no Brasil e no Mundo — n.º 69/70, pág. 45
WARNIER, Raymond — O ensino da Estatística na França — n.º 69/70, pág. 31

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE
JURANDYR PIRES FERREIRA

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto n.º 24 809, de 6 de julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades Geográficas dentro do País, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretrizes, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas do Governo e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos, — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto n.º 24 809, de 6 de julho de 1934, consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho.

2. "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", que são: a *Assembléa Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos Presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e os Territórios (reúne-se anualmente no mês de julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do Instituto, dos Diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha, Aeronáutica e dos órgãos Filhados (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera "ad referendum" da Assembléa Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e nos Territórios, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J. E. C. (reúnem-se ordinariamente no primeiro dia útil em cada quinzena).

3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas etc.) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, composto de 36 membros eleitos pela Assembléa Geral.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1 "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", isto é, as seis Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura), Serviço de Estatística Econômica e Finança (Ministério da Fazenda) e Serviço de Estatística da Saúde (Ministério da Saúde); e órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.

2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística, e no Distrito Federal e no Território do

Acre — Departamentos de Geografia e Estatística, mais os órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", isto é, as Agências Municipais de Estatística, existentes em todos os Municípios, subordinadas administrativamente à Secretaria-Geral do C N E, através da respectiva Inspeção Regional das Agências Municipais e, tecnicamente, ao Departamento Estadual de Estatística.

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho.

2 "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", ou sejam a *Assembléa Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e os Territórios (reúne-se anualmente no mês de julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário-Geral do C N G, de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições do ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Governo Municipal da Capital da República e de um representante do C N E (reúne-se ordinariamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e nos Territórios de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D. C. (reúnem-se ordinariamente uma vez por mês).

3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D. C., e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D. R.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", com um órgão executivo central, — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — e órgãos cooperadores — Serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada).

2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

QUADRO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
(Repartições Centrais em 31-XII-1957)

ORGANIZAÇÃO FEDERAL:

- Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Ministério da Justiça e Negócios Interiores
Diretor — *RUBENS D'ALMADA HORTA PÔRTO*
- Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda
Diretor — *AUGUSTO DE BULHÕES*
- Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura
Diretor — *PAULO DE JESUS MOURÃO RANGEL*
- Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
Diretor — *NIRCEU DA CRUZ CÉSAR*
- Serviço de Estatística da Educação e Cultura — Ministério da Educação e Cultura
Diretor — *ALBERTO MARTINS*
- Serviço de Estatística da Saúde — Ministério da Saúde
Diretor — *RUBENS GOUVÊA*

ORGANIZAÇÃO REGIONAL:

- Território do Acre — Departamento de Geografia e Estatística
Diretor — *Oswaldo Pinheiro Lima*
- Território do Amapá — Serviço de Geografia e Estatística
Diretor — *João Braga de Farias*
- Território de Rondônia — Serviço de Geografia e Estatística
Diretor — *Cirilo Arruda*
- Território do Rio Branco — Serviço de Geografia e Estatística
Diretor — *José da Silva Pereira Campos*
- Amazonas — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Maria dos Remédios V. de Oliveira*
- Pará — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Pe. Cupertino Contente*
- Maranhão — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *José Martins Dourado*
- Piauí — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *José Lopes dos Santos*
- Ceará — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Thomaz Gomes da Silva*
- Rio Grande do Norte — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Maria Silva Carriço*
- Paraíba — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Adalberto de Araújo Barreto*
- Pernambuco — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Geraldo Peixoto de Melo*
- Alagoas — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *José Maria de Carvalho Veras*
- Sergipe — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Ruy Eloy dos Santos*
- Bahia — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Felippe Nery do Espírito Santo*
- Minas Gerais — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Romeu Jacob*
- Espírito Santo — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Jayme Smith*
- Rio de Janeiro — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Aldemar Alegria*
- Distrito Federal — Departamento de Geografia e Estatística
Diretor — *Flávio Faria*
- São Paulo — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Celeste Angela de Souza Andrade*
- Paraná — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Jahyr Leal*
- Santa Catarina — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Walter Belo Wanderley*
- Rio Grande do Sul — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Adalberto Tostes*
- Goiás — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Geraldo Campos*
- Mato Grosso — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Horminda Pitaluga de Moura*

Nota — Colaboram com essas repartições aproximadamente 2.300 Agências Municipais de Estatística, além de numerosos órgãos de estatística especializada, da União, dos Estados e dos Municípios.